

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LIANA ABRÃO ROMERA

**JUVENTUDE, LAZER E USO
ABUSIVO DE ÁLCOOL**

Campinas
2008

LIANA ABRÃO ROMERA

**JUVENTUDE, LAZER E USO
ABUSIVO DE ÁLCOOL**

Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física.

Orientadora: Heloisa Helena Baldy dos Reis

**Campinas
2008**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

R664j Romera, Liana Abrão.
 Juventude, lazer e uso abusivo de álcool / Liana Abrão Romera, SP:
 [s.n], 2008.

Orientador: Heloisa Helena Baldy dos Reis.
Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade
Estadual de Campinas.

1. Juventude. 2. Lazer. 3. Drogas. I. Reis, Heloisa Helena Baldy dos.
II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III.
Título.

(dilsa/fef)

Título em inglês: Youth, leisure and abusive use of alcohol

Palavras-chave em inglês (Keywords): Youth, Leisure, Drugs.

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Titulação: Doutorado em Educação Física.

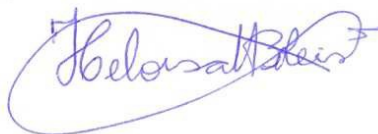
Banca Examinadora: Jorge Sergio Perez Gallardo, Pedro José Winterstein, Raul
Aragão Martins, Ricardo Ricci Uvinha.

Data da defesa: 27/05/2008

LIANA ABRÃO ROMERA

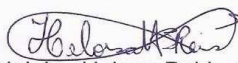
JUVENTUDE, LAZER E USO ABUSIVO DE ÁLCOOL

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Liana Abrão Romera e aprovada pela Comissão Julgadora em: 27/05/2008.

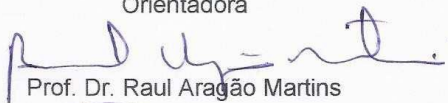
A handwritten signature in blue ink, reading "Heloisa Baldy dos Reis", enclosed within a large, loopy oval shape.

Prof. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora

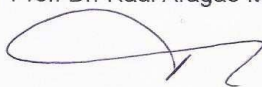
Campinas
2008

COMISSÃO JULGADORA

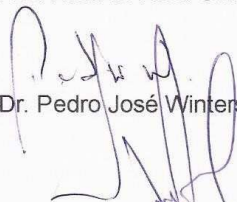
Prof. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora



Prof. Dr. Raul Araújo Martins



Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha



Prof. Dr. Pedro José Winterstein



Prof. Dr. Jorge Sérgio Perez Gallardo

A DEUS

**Por todas as vezes que me conduziu para
os lugares em que eu deveria estar, por
todas as vezes que me apresentou às
pessoas com as quais eu deveria conviver
e por todas as vezes que me aproximou
das lições que deveria aprender por meio
de oportunidades imperdíveis.**

Dedicatória

**Ao meu pai e ao meu irmão, que mesmo
distantes continuam tão próximos.
A minha mãe pelo incentivo e exemplo.
A Pâmela e Maria Clara pelo carinho.
Especialmente João e Ivan, razão de tudo.**

Agradecimentos

À Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis, pelas mãos firmes com que me conduziu durante essa jornada, pela orientação segura, mas principalmente pela amizade sincera e pela compreensão de sempre.

Aos componentes da banca que contribuíram em momentos decisivos desta jornada com sugestões, apoio e incentivo.

Ao Prof. Dr. Raul Aragão Martins, pelos ensinamentos brilhantes e sempre seguros, pelos conselhos, pela amizade e dedicação.

Ao Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, pela amizade mesmo que distante, pelos ensinamentos e pelas discussões sobre lazer.

Às Profas Dra Ana Regina Noto e Dra. Solange Napo, pelos ensinamentos sobre as drogas e todas as discussões desenvolvidas na disciplina “Drogas e contextos socioculturais” cursada na Faculdade de Medicina da UNIFESP.

À Profa. Dra. Marília Pontes Spósito, pela disciplina sobre “Juventude” cursada na Faculdade de Educação da USP.

Ao Prof. Dr. Ricardo Antunes, pelas discussões travadas na disciplina “Sociologia do trabalho”, cursada na Faculdade de Ciências Sociais da UNICAMP.

Ao GEF, Grupo de Estudo do Futebol, e todos os seus membros que carinhosamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus alunos, que não mediram esforços para colaborar nas coletas de dados em dias de jogos.

Aos colegas da UNICAMP que tive o prazer de conhecer e conviver, que contribuíram para as coletas em dias de jogos.

A todos os funcionários da FEF Unicamp, sempre atenciosos e dedicados.

Ao Marcelo Godoy Ruiz, pela atenção e gentileza com que sempre me atendeu.

A Mônica Bassan, Carmem Lúcia Bueno Valle e Eliana Boni, amigas queridas que me ajudaram a alimentar o sonho.

ROMERA, Liana Abrão. **Juventude, lazer e uso abusivo de álcool**. 2008. 136f. (Tese de Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RESUMO

A relação que na contemporaneidade se estabeleceu entre juventude, lazer e o uso abusivo de álcool tem representado tema de preocupações e estudos de diferentes segmentos da sociedade, devido aos impactos negativos de curto e médio prazo que vem ocasionando. Nesse sentido, este trabalho busca aprofundar o conhecimento destes sujeitos e fenômenos a partir dos locais onde eles ocorrem, na tentativa de melhor compreendê-los. A relação entre lazer, juventude e uso de drogas representa um dos grandes fenômenos da contemporaneidade, promovendo consequências diretas e indiretas em diferentes segmentos sociais. O álcool figura como droga lícita e, portanto, livremente comercializada no país, estando classificada, segundo pesquisas do CEBRID, como a substância de maior preferência de uso entre o público jovem brasileiro. Acompanhando tal situação, o álcool está presente na maioria dos casos de acidentes automobilísticos, brigas, agressões, discussões e mortes, especialmente entre o público jovem. Tal fato é resultado das reações que provoca no sistema nervoso central, fazendo com que a pessoa mude rapidamente de estado mental, indo de muito alegre para muito triste, de muito dócil para muito agressivo, além de ter bastante distorcida sua capacidade de ponderar, analisar e perceber as situações à sua volta. O esporte espetáculo é um dos mais importantes eventos de lazer do país, que tem como público, na maior parte, jovens, que formam as torcidas, e estes, por sua vez, têm sido atores de cenas nas quais a violência e a agressão aparentemente gratuita são facilmente observadas. O presente estudo teve por objetivo identificar o padrão de uso de álcool junto à população jovem, frequentadora de espetáculos esportivos de futebol, elegendo, para tanto, os jovens torcedores de agremiações futebolísticas do país. Com utilização de método qualitativo, o trabalho foi realizado com três enfoques: bibliográfico, documental e de campo, supondo a inserção do pesquisador em estádios de futebol em eventos de esporte espetáculo, com aplicação do AUDIT, instrumento para avaliar o grau de comprometimento entre sujeito e álcool. Foram pesquisados 263 sujeitos em diferentes ocasiões de espetáculos futebolísticos no estado de São Paulo durante o Campeonato Paulista de Futebol nos anos de 2007 e 2008. Lançar-se ao desafio de abordar alguns pontos existentes entre juventude, lazer e drogas, a partir de suas inter-relações na sociedade atual, representa importante exercício de compreensão do fenômeno, com intuito de provocar a reflexão e o debate necessários, tomando o devido cuidado para que não se incorra em concepções moralistas e preconceituosas, imprimindo aos temas propostos uma compreensão simplista e reducionista. Compreender o fenômeno e as possíveis relações estabelecidas entre estes e a condutas de risco, por meio da detecção dos padrões de uso de álcool nas atividades vivenciadas no tempo livre, poderá remeter-nos à proposição de ações que contribuam tanto para a diminuição dos índices de violência quanto para a diminuição dos padrões de uso de álcool entre a população estudada.

Palavras-chave: Juventude; Lazer; Drogas.

ROMERA, Liana Abrão. Youth, leisure and alcohol abusive use. 2008. 136f (Tese de Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ABSTRACT

▲ The contemporaneous relationship which has been established between abusive use of alcohol, youth and leisure has been the focus of concern and the theme of studies of different societal segments, due to both long and short term negative impacts that this has aroused. For this reason, this research aims to widen the knowledge about these subjects and phenomenon within the context where it occurs, in an attempt to have a better understanding of them. The relationship between leisure, youth and the use of drugs is regarded as one of the biggest contemporaneous phenomenon which has led to direct or indirect consequences in different segments of society. Alcohol is under the heading of licit drugs; therefore, it is licitly commercialized in this country. It is classified, according to CEBRID, as the favorite substance of consumption among Brazilian youngsters. Along with this situation, alcohol accounts for most car accidents, fights, assaults, arguments and deaths, especially among that age group. This is due to the reaction that it arouses within the nervous system, causing the person's mental state to change rapidly, going from a very euphoric to a very deep state of sadness, from very sweet to very aggressive mood. Furthermore, one loses one's capacity to ponder, to perceive one's surroundings and, therefore everything seems to be seen in a distorted way. Sport performance is one of the most important leisure events in the country and the large majority of fans are youngster who organize their team supporters (the cheerers), and these have been the main actors in violent scenes as well as the scenario where violence for no apparent reason can be observed. The aim of this study was to identify the use of alcohol within the youth, frequently sports events – Football, and to achieve that purpose, young supporters of a football team in the country were selected. With the use of qualitative method, the study was carried out through a combination of bibliographical and field research with the insertion of the researcher in football stadium during sport performances, with the application of AUDIT, an instrument to assess the degree of compromise between alcohol and the subject. 263 subjects were researched in different occasions within the football events in the sate of São Paulo during the paulista championship of 2007 and 2008.

This challenge of approaching some specific existing aspects between leisure and drugs through the interrelation of current society represents an important attempt to understand the phenomenon, aiming to provoke a reflection and the necessary debate, however, taking care in order not to incur in moralistic and prejudiced conceptions which could lead to a simplistic and reductionist understanding of the theme proposed. Understanding the phenomenon, and the possible relationship between these and the conducts of risk through the pinpointing of alcohol use pattern and the activities carried out during free time, can lead us to propose actions that contribute both to the reduction of violence rate and the pattern of alcohol use within the population studied.

Keywords: Youth; Leisure; Drugs

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fase bifásica do uso de álcool	56
Figura 2	Porcentagem dos torcedores por idade	103
Figura 3	Vínculo familiar dos torcedores	104
Figura 4	Torcedores que moram com a família original	105
Figura 5	Porcentagem de torcedores por nível de instrução	106
Figura 6	AUDIT total dos torcedores	108
Figura 7	Porcentagem do padrão de beber no AUDIT por idade	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEAD	Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Drogas
ABEDETTRAN	Associação Brasileira de Departamentos de Trânsito
ACCA	Aliança Cidadã pelo Controle do Álcool
AUDIT	Alcohol User Disorders Identification Test
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CNPG	Conselho Nacional de Procuradores Gerais da Justiça
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LSD	Dietilamida do Ácido Lisérgico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SNC	Sistema Nervoso Central
SPA	Substância Psicoativa
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
UNODC	Escritório das Nações Unidas para Controle de Drogas e Crimes

LISTA DE APÊNDICE

A	Instrumento de entrevista	134
B	Instrumento de levantamento inicial	135

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2 SOBRE JUVENTUDE: DE QUEM FALAMOS, AFINAL?	20
2.1 Juventude: desde quando? Um breve passeio na história	21
2.2 A lente do olhar adulto para a juventude	28
2.3 Juventude e atualidade	32
CAPÍTULO 3 DROGAS ... O LÍCITO DO ILÍCITO: DOIS LADOS DE UM MESMO PROBLEMA	39
3.1 Classificação das drogas	41
3.2 A droga na história e na mídia televisiva ... ou a droga da mídia televisiva na história	44
3.3 O brasileiro e o uso abusivo de álcool	48
3.4 Sobre os efeitos do álcool	52
CAPÍTULO 4 LAZER E JUVENTUDE: UMA RELAÇÃO DE BUSCA DO PRAZER .	60
4.1 Lazer e Processo Civilizador	64
4.2 Lazer e juventude	73
4.3 O risco da droga, ou a droga do risco?	76
CAPÍTULO 5 FUTEBOL MASCULINO E TORCIDAS ORGANIZADAS	81
5.1 Alguns apontamentos sobre o surgimento do esporte moderno	83
5.2 Reflexões acerca da sociologia do esporte e suas torcidas	88
CAPÍTULO 6 MÉTODO	96
6.1 Os participantes	97
6.2 Delineamento da pesquisa	98
6.3 Técnicas de pesquisa	98
6.4 Treinamento da equipe	100
6.5 Procedimento da entrevista	100
6.6 Análise dos dados	101

CAPÍTULO 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	102
7.1. Levantamento inicial	103
7.2 Discussão	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	134

1 Introdução

A relação que na contemporaneidade se estabeleceu entre juventude, lazer e o uso abusivo de álcool tem representado tema de preocupações e estudos de diferentes segmentos da sociedade, devido aos impactos a curto e médio prazo que os mesmos têm provocado.

Nesse sentido, este trabalho buscou aprofundar o conhecimento desses sujeitos e fenômenos, na tentativa de uma maior compreensão à luz dos principais estudiosos do assunto.

O objetivo do presente estudo foi identificar o padrão de beber entre torcedores de futebol, com utilização do AUDIT (*Alcohol User Disorders Identification Test*) para futuras proposições interventivas de caráter preventivo, o que em outras palavras significa dizer aprender a conviver com a presença de drogas no mundo, porém num esforço coletivo de amenizar ao máximo os impactos negativos que estas provocam de forma direta ou indireta ao indivíduo e à sociedade, sem perder de vista que não há uso de drogas que não incorra em riscos.

O AUDIT foi desenvolvido junto à Organização Mundial de Saúde (OMS) (BABOR et al., 1992) e adaptado para o Brasil por Mendez (1999); ele possibilita identificar padrões de uso de álcool em uma população específica.

O estudo foi realizado com a combinação de pesquisas qualitativa, bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica deu-se com base nas indicações de leituras das diversas disciplinas cursadas, além de levantamento nas bibliotecas da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) e USP (Universidade de São Paulo).

O estudo de campo foi realizado por meio de entrevistas com torcedores de futebol em dias de espetáculos futebolísticos, nos estádios de futebol onde aconteciam os jogos do Campeonato Paulista de Futebol em março de 2007 e março de 2008.

Entre as questões discutidas no âmbito mundial, o uso de drogas encontra-se em destaque, sendo considerado pela OMS, em estudos de 2002, um problema crescente de saúde pública presente tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento.

Pesquisadores do assunto percebem, cada vez mais claramente, a necessidade de tratá-lo de modo multidisciplinar, aglutinando esforços de diversas áreas do conhecimento no intuito de diminuir o consumo ou o uso abusivo de drogas entre a população, principalmente crianças e jovens.

O uso de drogas é compreendido como um fenômeno complexo e multifatorial, resultante de um modo de funcionamento da própria sociedade na qual é verificado.

A complexidade do tema, aliada ao constante crescimento no número de usuários, faz desse um problema de dimensões sociais, políticas e econômicas que deve reunir esforços das diferentes áreas do conhecimento no sentido de compreender a problemática e traçar estratégias de prevenção, pois estudos apontam ser esse o caminho mais eficaz para um possível abrandamento dos impactos no uso e na diminuição do número de usuários, uma vez que não existe sociedade livre da presença das drogas.

Portanto, não se trata da busca de um mundo sem drogas, já que isto seria impossível vislumbrar, considerando que drogas sempre existiram na história da humanidade, com diferentes usos e objetivos, por diversos segmentos e em distintos contextos sociais.

Assim, a temática do uso abusivo de drogas, além de ter-se tornado reconhecidamente um problema de âmbito mundial, transformou-se em uma questão de responsabilidade de todos os segmentos da sociedade, pois as conseqüências do problema têm sido enormes, em termos individuais e sociais, vividas tanto por aqueles que sofrem os danos no próprio corpo, quanto pelos que se encontram à sua volta.

Bucher (1992) afirma não existir um trabalho de prevenção que seja amplo, geral e irrestrito; temos de definir o que se quer prevenir e para quem se dirige essa prevenção. Adverte ainda o citado autor que, em muitas abordagens preventivas do consumo de drogas, o aspecto do prazer proporcionado pelo uso não está sendo considerado, como se o prazer fosse secundário à vida humana.

Nesse sentido é que a maior parte das discussões relativas às drogas lícitas ou ilícitas se reporta ao uso efetuado pelo público jovem, e entre os principais contextos de uso estão as

situações de lazer, que, por sua vinculação com prazer e liberdade, se tornam as ocasiões preferidas para a experimentação e o uso das drogas.

Embora não seja objetivo principal deste estudo a discussão aprofundada do termo “juventude”, não se pode deixar de abordá-lo, uma vez que a relação estabelecida entre essa fase da vida e o uso abusivo de droga – objeto primeiro deste trabalho – na sociedade contemporânea é bastante freqüente.

Considerando então a tríade composta por indivíduo, droga e contexto social é que se estabeleceu a divisão dos capítulos deste trabalho, sendo o indivíduo aqui representado pela juventude, a droga destacada é o álcool, lícita e fortemente propagada na sociedade, e o contexto de uso, o lazer em dias de futebol.

Dentro da especificidade a ser considerada por este estudo, destacam-se o contexto dos estádios de futebol e o uso de álcool por parte dos freqüentadores desta modalidade de lazer, uma das mais expressivas entre os brasileiros, com atenção especial aos jovens componentes das torcidas organizadas de clubes de futebol do estado de São Paulo.

O segundo capítulo aborda a questão da adolescência e juventude, fases do desenvolvimento humano compreendidas como uma estação da vida, na qual estão concentradas as mais significativas articulações da experiência humana. O início do capítulo desenvolve uma pequena incursão pela história da juventude, a partir da discussão dos diferentes conceitos apresentados pelos estudiosos do tema. Neste capítulo, há uma preocupação em ressaltar as juventudes, considerando as desigualdades sociais, econômicas e todas as demais que destas resultam, em meio a um Brasil formado por tantos e distintos Brasis, no qual se deve compreender a existência de muitas juventudes, que dificilmente poderão ser resumidas a uma única juventude. O capítulo considera, principalmente, que a juventude é reflexo da sociedade na qual está inserida, e que, de acordo com Quapper (2001), deveríamos olhar para o jovem do mesmo modo como olhamos um caleidoscópio, ou seja, olhar multicolorido e em permanente movimento, por meio do qual a figura observada se compõe e recompõe de diferentes formas, e não como se olhássemos por meio do telescópio, capaz de proporcionar, mesmo que de forma aumentada, um olhar fixo, para um objeto e um cenário estáticos.

O terceiro capítulo aborda a temática das drogas, apresenta uma classificação das distintas substâncias psicoativas (SPA) presentes na atualidade, divididas em lícitas e ilícitas. As discussões partem da premissa na qual não houve, na história da humanidade, alguma fase isenta do uso de

alguma droga, sendo o álcool uma das substâncias mais antigas. É ressaltada, neste capítulo, a importância de se considerar o tipo de droga e o contexto de uso, pois recentes estudos apontam que as características dos usuários, assim como seus padrões de uso, diferem consideravelmente entre os diversos grupos, além do que tal consideração é de máxima importância para a proposição de políticas de intervenção e prevenção.

É também discutida a aceitação social referente ao uso do álcool, o reforço propiciado pela mídia, assim como a forte influência que esta exerce sobre os costumes da sociedade. A opção pelo estudo do uso do álcool, entre tantas outras drogas, dá-se principalmente a partir dos levantamentos realizados pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), os quais apontam ser o álcool a droga mais utilizada pela população brasileira e, conseqüentemente, a que mais danos têm provocado, tanto em termos individuais quanto sociais.

Mudanças de comportamento que o uso do álcool pode provocar, aliadas às circunstâncias de risco que o usuário se coloca, como envolvimento em situações de violência, fazem uma aliança perfeita, e essa combinação ocorre também nos dias de espetáculos futebolísticos.

O quarto capítulo aborda a temática do lazer, apoiando-se na teoria do processo civilizador apresentada por Elias e Dunning (1992), que defendem a idéia de se estudar a sociedade tomando o homem integral, e não somente alguns aspectos particulares de sua vida, o que provocaria um olhar fragmentado do fenômeno.

O lazer oferece a possibilidade de extravasamento das emoções e sua vivência está relacionada com a quebra da rotina. Essa busca do extravasamento das próprias emoções, quando aliada ao consumo de drogas, sugere a vivência dos riscos, ou, conforme Marcellino (1996), da vivência de valores destrutivos do lazer.

O quinto capítulo discute a questão do futebol espetáculo reconhecidamente como uma situação de lazer. Os esportes representam uma das possibilidades mais conhecidas e vivenciadas, quer seja em termos de prática ou assistência, e entre as modalidades esportivas mais populares o futebol masculino de campo destaca-se, pela capacidade de mobilizar e emocionar as grandes torcidas que acompanham seus clubes prediletos pelos diversos campeonatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais e pela presença dos jovens torcedores nos estádios de futebol, representando o sujeito deste estudo.

O sexto capítulo refere-se à metodologia empregada, apresenta um detalhamento dos sujeitos pesquisados, dos instrumentos de pesquisa, as técnicas utilizadas, um delineamento da pesquisa e os procedimentos.

O sétimo capítulo avalia os resultados obtidos com base na análise dos dados, que são apresentados em dois conjuntos de informações, assim divididos: o primeiro conjunto está subdividido em três partes, formadas por: 1) levantamento inicial, que aponta dados específicos sobre idade e estado civil e vínculo familiar e de moradia dos 263 entrevistados; 2) em seguida são apresentados dados referentes ao nível de instrução do entrevistado e do chefe de família. A parte 3) aponta a classificação do AUDIT com os resultados positivos e negativos da análise.

Para finalizar, no segundo conjunto de informações, são tratados os torcedores que atingiram mais que 8 no AUDIT, sendo aqui classificados como positivos. Com base nos resultados do primeiro conjunto de dados, as análises seguiram mediante alguns cruzamentos entre os principais dados que foram julgados de relevância.

O capítulo finaliza com a discussão que se delineia a partir dos dados levantados e confrontados com as publicações da comunidade científica brasileira e estrangeira, estabelecendo uma relação com o corpo teórico da pesquisa.

E, por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, além do referencial teórico e instrumentos de pesquisa que guiaram este estudo.

CAPÍTULO II

Sobre juventude: de quem falamos, afinal?

A adolescência e a juventude representam fases do desenvolvimento humano que vêm ganhando, nos últimos anos, importante espaço nas discussões acadêmicas, na mídia de modo geral e nos interesses de instituições públicas e privadas que têm em seus objetivos de ação a oferta de serviços voltados para esta fase da vida.

A despeito de toda visibilidade que o assunto acumula, na história recente da humanidade, abordar a temática da juventude requer, por parte daquele que o faz, um distanciamento de preconceitos, moralismos ou das influências do senso comum que, geralmente, acompanham o tema.

Destacar determinados parâmetros que compõem a conceituação da adolescência e juventude evidencia alguns dos caminhos percorridos por autores que fazem da juventude e sua relação com as drogas (álcool, maconha e cocaína) em situações de lazer seu objeto de estudos e pesquisas, trazendo ao debate e à reflexão pontos de convergências e divergências que envolvem esta fase do desenvolvimento humano e os fenômenos em questão.

Abramo (1994) defende a presença da juventude somente em algumas formações sociais, nas quais ela se configura como período destacado e de visibilidade social. De acordo com a autora: “A juventude aparece, assim, como uma categoria especialmente destacada nas sociedades industriais modernas; na verdade, nas sociedades ocidentais, como um problema da modernidade” (ABRAMO, 1994, p.4).

Embora esses autores considerem as distintas possibilidades de juventudes, concordam que tais conflitos são generalizados nesta fase, o que os leva a afirmar que este comportamento jovem independe de fatores como gênero, condição social, cultural, financeira, dentre outras, como se houvesse somente um perfil de juventude.

No entanto, ao afirmar que “juventude é apenas uma palavra”, Bourdieu (1983) resume a dificuldade presente na tentativa de demarcar os limites e os sentidos das idades e gerações, além de apontar a exigência imposta pela significação do termo, sugerindo que o emprego deste se deva dar no plural. De acordo com o sociólogo francês, tal procedimento se faz necessário devido às infinitas peculiaridades que permeiam cada realidade, ou cada juventude. Nesse sentido, a provocação por ele proferida: a juventude é só uma palavra, refere-se à impossibilidade de homogeneização desta, pois há que se considerar questões socioculturais, econômicas, de gênero das distintas juventudes.

Mas... o que é juventude? Ou deveríamos referir-nos às juventudes? Talvez empregar a resposta de Margulis e Urresti (1998) à provocação proferida por Bourdieu (1983): juventude é mais que uma palavra. Será, no entanto, a juventude uma possibilidade vivenciada por todos os jovens? Qual o tempo de duração da juventude?

Quais os critérios que estabelecem esta fase do desenvolvimento humano?

De qual juventude ou juventudes falamos, afinal?

Alguns autores consideram as distintas possibilidades de juventudes, e concordam que determinados conflitos são generalizados nessa fase, o que os leva a afirmar que o comportamento jovem independe de fatores como gênero, condição social, cultural, financeira, entre outras, como se houvesse somente um perfil de juventude.

2.1 Juventude: desde quando? Um breve passeio na história

Por conta da inter-relação que se estabelece entre juventude e uso de drogas, deve-se considerar duas questões fundamentais: uma que se aproxima do problema da relação dos indivíduos com as drogas a partir das interações sociais que acontecem no âmbito microssocial; e outra que coloca em evidência o peso dos fatores socioeconômicos ou macrosociais na determinação de uma relação prejudicial dos indivíduos com as drogas.

Faz-se também importante a realização de uma incursão, ainda que breve, pelos caminhos que, ao longo da história, contribuíram para a construção do conceito de juventude, mas sem o

estudo mais detalhado que o tema exige, pois que esse resgate histórico já fora efetuado e apresentado por outros pesquisadores e historiadores em diferentes oportunidades.

Dentre as obras mais expressivas acerca da referida fase da vida, encontra-se a pesquisa de Ariès (1981), que fundamentou vários estudos que o sucederam. Atualmente, destaca-se como historiador da juventude o espanhol Feixa Pampols (2004, p. 286) defensor da tese de que na Europa medieval e moderna se tornou difícil identificar uma fase da vida que corresponda ao que, atualmente, entendemos por juventude. Ele cita uma enciclopédia resultante de uma compilação latina do século XIII, que reunia saberes sagrados e profanos da época, publicada em 1556, na qual se distinguem sete idades correspondentes aos sete planetas: infância, puerícia, adolescência, juventude, senectude, velhice, senilidade. Encontrou-se aí a dificuldade em traduzir para o francês os termos latinos correspondentes às sete idades, traduzindo-se, na língua francesa, apenas três delas: infância, juventude e velhice.

Ainda Feixa Pampols (2004, p.286) ressalta que os argumentos antes apresentados ofereceram a Ariès (1981) subsídios necessários para que este pudesse sustentar a defesa da inexistência da juventude na sociedade do antigo regime. Apoiado em Ariès (1981), argumenta:

Nossa velha sociedade tradicional representava, a duras penas, a infância e ainda pior a adolescência. A duração da infância se reduzia a seu período mais frágil, quando o pequeno não se bastava por si só; então a criança, apenas fisicamente constituída, passava a conviver, o quanto antes, com os adultos, dividindo seus trabalhos e seus jogos, sem passar pelas etapas da juventude que, porventura existiam antes da idade média e que se converteram em aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje [...] (FEIXA PAMPOLS, 2004, p.286).

A tese defendida por Ariès (1981) refere-se a uma época da história da civilização na qual se passava da infância à vida adulta. Entretanto, a inexistência da juventude não é compartilhada por Feixa Pampols (2004), que, de modo contrário ao do historiador em questão, defende a existência da juventude no antigo regime. Embora nessas defesas os sujeitos nos séculos XVI ou XVII fossem jovens, não chegavam a configurar-se como organizações juvenis, mas, sim, grupos isolados de jovens de determinadas parcelas da sociedade.

Para Ariès (1981), juventude refere-se a uma categoria que foi sendo construída a partir do século XIII, e mediante gradativa extensão é que as categorias foram ganhando especificidade e diferenciação no tratamento a elas pertinentes. De acordo com Debert (1999), apoiado em Áries (1981):

Na França medieval, as crianças não eram separadas do mundo adulto; a partir do momento em que sua capacidade física permitisse, em idade relativamente prematura, participavam integralmente do mundo do trabalho e da vida social. A noção de infância desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente a criança passou a ser tratada como um problema específico (DEBERT, 1999, p.43).

Também apoiada na tese de Ariès (1981), Abramo (1994) defende que a juventude passa a existir na sociedade moderna especificamente a partir da transição para a sociedade industrial, na qual se verifica uma cisão entre o mundo do trabalho e da família. Simultaneamente, a democratização do ensino contribui para a separação dos grupos por idade. Até então o desenvolvimento humano ocorria sem grandes rupturas; nas sociedades agrárias, a criança permanecia junto aos adultos, e assim que adquirisse autonomia de movimento e comunicação se juntava a eles e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena ela transformava-se imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas correspondentes à juventude. Nessa época, a sociabilidade verificava-se não apenas na família como também nas visitas, festas, nos encontros. Essa sociabilidade observada nas sociedades antigas, nas quais não havia a separação das distintas faixas etárias, sofre gradativa transformação:

A partir do século XVII, ocorre uma mudança notável, fundada em dois fenômenos centrais. Um deles é a transformação da família que, juntamente com a profissão, vai crescentemente polarizando a vida social e fazendo desaparecer a antiga sociabilidade coletiva. A família, no mesmo movimento se retrai para a esfera privada e torna-se elemento central para as referências morais passando a formar os corpos e almas de seus membros. (ARIÈS, 1981, p.11).

Diante das afirmações dos autores que basearam seus estudos na obra de Ariès, dentre os elementos que mais fortemente contribuíram para o surgimento da juventude, estão a separação da convivência entre crianças e adultos em tempo integral, o início do processo de socialização e a conseqüente formação gradativa de um mundo de hábitos e costumes relativos à idade.

Não sendo nem criança, nem adulto, o jovem encontra-se então numa fase de transitoriedade. A transitoriedade que lembra algo passageiro confere ao termo certa insuficiência, pois faz pensar na fragilidade das coisas efêmeras e sem identidade própria.

No entanto, mesmo que se considere uma fase transitória, e portanto passageira, ela tem sentido em si mesma. Observa-se então que, historicamente, foi ocorrendo uma expansão do

tempo dessa transitoriedade, outorgando à juventude maior destaque na sociedade a partir da civilização industrial, fator que lhe conferiu, gradativamente, maior evidência. Essa flexibilidade torna-se bastante perceptível na atualidade, e aumenta na mesma proporção do poder da classe econômica à qual pertença o jovem, de modo que não podemos pensar a juventude sem considerar as distintas e distantes classes socioeconômicas que constituem não somente a sociedade brasileira, mas que acentuam especificidades nas muitas juventudes de diversos países.

Diante das contribuições dos pesquisadores apontados, na presente reflexão, podemos verificar que a adolescência sempre existiu, assim como as outras fases do desenvolvimento humano, infância, vida adulta, velhice, não significando, portanto, um fenômeno específico da contemporaneidade.

Observa-se que, em alguns momentos da história da humanidade, a adolescência esteve menos em evidência, e em outros estágios encontrava-se em destaque, de acordo com a importância que cada cultura, de modo específico, lhe conferiu.

Alguns aspectos da universalidade tanto da adolescência quanto da juventude, objeto de pesquisa de grandes estudiosos, contribuíram para a construção de diferentes correntes, por meio das quais se dividem autores que defendem a juventude como uma construção cultural e outros que a compreendem como fase natural do desenvolvimento, independentemente da cultura na qual se insere.

Para Feixa Pampols (2004), a adolescência encontra-se mais próxima de ser uma construção de algumas culturas do que uma fase do desenvolvimento humano passível de universalidade, existindo nessa compreensão o reconhecimento das transformações corpóreas que conferirão o *status* de adulto.

A partir de um retrospecto histórico-cultural abordando o complexo fenômeno da juventude, Feixa Pampols (2004, p.258-259) assim a conceitua:

[...] fase da vida individual, compreendida entre a puberdade fisiológica (uma condição natural) e o reconhecimento do status adulto (uma condição cultural), a juventude constituiu um status da cultura, uma fase natural do desenvolvimento humano que se encontraria em todas as sociedades e momentos históricos, explicado pela necessidade de um período de preparação e amadurecimento entre a dependência infantil e a plena inserção social.

Estão presentes referências aos aspectos biológicos de caráter fisiológico que acompanham esta fase do desenvolvimento, conferindo-lhe o *status* de importante sinal que

marca, especialmente, o início desta transição, mas que somente pode ser considerada mediante uma contextualização, e, portanto, com grandes variações determinadas culturalmente pelas características próprias de cada lugar e tempo específicos.

Uma das características comumente associadas como marca própria desta fase está relacionada aos estudos sobre ritos de passagem da infância para a vida adulta, costume que se extingue, gradativamente, até os dias atuais, por enfraquecimento dessas linhas demarcatórias da transição, ocasionadas pelas bruscas transformações que a modernidade vivencia.

A temática da juventude recebeu forte atenção na França do pós-guerra, inicialmente, versando sobre os hábitos referentes às vestimentas, músicas, ao comportamento dos jovens da época, sofrendo, gradativamente, mudanças no foco de atenção.

Dentre os importantes estudiosos do tema, na contemporaneidade, Pais (1993), Abramo (1994), Zaluar (1994), Spósito (1994) e Burak (2001) abordam a juventude relacionada com as interfaces da contemporaneidade. Prevalece ainda a falta de consenso para a fixação de uma idade de início e término desta fase, que vem adquirindo certa elasticidade no que refere à demarcação da faixa etária e, portanto, do tempo de duração. Essa falta de consenso pode ser verificada na categorização apresentada pelos principais órgãos que abordam o assunto.

Desse modo, com relação à delimitação deste período da vida, é que se verifica certa dissonância entre algumas organizações da sociedade tanto mundial quanto nacional: para a OMS, a adolescência começa aos 10 anos e termina aos 19 anos, já no Brasil, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) estabelece que esta fase começa aos 12 e estende-se até os 18 anos, enquanto para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), a adolescência encontra-se entre os 15 e os 24 anos, apresentando uma subdivisão que indica a fase entre 15 e 17 anos como adolescência e a dos 18 aos 24 anos como juventude.

Para fins de análise, no presente estudo optou-se pela categorização apresentada pelo IBGE, anteriormente apresentada.

Se levarmos em consideração os limites cronológicos defendidos pelo IBGE, teremos, como marca de transição da infância para a vida adulta, primeiramente a adolescência, seguida da juventude, verificando-se, então, a vinculação temporal entre adolescência e juventude. Entretanto, a idade que demarca o início desta fase, para o IBGE, é bastante elevada, se considerarmos que para as outras instituições apontadas, OMS e ECA (1990), a adolescência

passa a ser considerada a partir dos 10 e 12 anos, respectivamente, o que nos coloca mais próximos da realidade vivida nos países industrializados.

Para Melucci e Fabrini (1992), mais difícil que estabelecer o início desta fase é marcar o seu término; destacam eles:

Não é por acaso que, enquanto se consegue colocar um início à adolescência fazendo-a coincidir com a crise púbere (em torno aos treze-quatorze anos), é difícil, ao contrário, fixar um término e hoje se fala sempre mais de adolescência alongada. Esta dificuldade de identificar um cumprimento do processo adolescente, não se deve somente às grandes mudanças que intervieram na sociedade contemporânea, que levaram à permanência mais longa com a família, à maior duração dos estudos, à dificuldade de ingresso no mundo do trabalho, todos fenômenos que retardariam a conclusão desta fase etária. (MELUCCI; FABRINI, 1992, p.16).

Os autores apontam como categoria de análise da adolescência a fenomenologia, segundo a qual não há, na história pessoal, um fim da adolescência. Ela representa um momento, ou o marco inicial de ingresso na nova vida que as próprias mudanças biológicas e emocionais anunciam. Para os referidos autores, o foco central da adolescência é a mudança; ela não representa um tempo com término, e sim um tempo de concentração dos processos essenciais que serão requisitados para as necessárias movimentações individuais e sociais da vida adulta.

Para os citados autores, durante o ciclo vital, esta fase representa um momento emergente da irrupção em cena daqueles elementos que permanecerão, a partir daí, constantes na experiência.

Sendo o núcleo central da adolescência constituído pela mudança (do corpo, e do equilíbrio dos afetos, das referências sociais e relacionais), ela não se configura mais como um tempo com término, como a fase da crise, mas como o tempo de máxima concentração dos processos essenciais por todo o curso da vida sucessiva. A mudança contínua e a capacidade de enfrentá-la é, de fato, hoje, o recurso fundamental requerido a cada adulto para mover-se na experiência individual e social. (MELUCCI; FABRINI, 1992, p.16).

Assim, a principal característica que marca esta fase do desenvolvimento, a mudança, transforma-se também em uma das capacidades mais necessárias ao homem contemporâneo, que se percebe exigido às adaptações constantes que a sociedade moderna dinamicamente impõe.

Abramo (1994, p.14) traz à discussão dois momentos de crise bastante importantes: uma crise juvenil, de ordem coletiva e caracterizada pela explosão de dificuldades para entrar no

mundo adulto, e uma crise da adolescência, de ordem individual e limitada às perturbações momentâneas vividas por cada indivíduo.

Debert (1999) destaca a existência de três categorias: *idade cronológica*, *níveis de maturidade* e *idade geracional*. Nesse aspecto, esta fase da vida apresenta um caráter relacionado aos fatores de ordem sociológica, reforçando a impossibilidade de homogeneização da referida fase, por conta das diferentes peculiaridades que constroem cada juventude em particular e que torna bastante complexa a fixação de uma idade que delimite este período.

Somente a cronologia não representa recurso suficiente para demarcar esta etapa da vida, que está também entrelaçada às demais situações sociais, de gênero, econômicas, familiares, dentre outras que exercem suas influências diretas e pontuais na vida do ser humano.

Defende Ariès (1981) que a juventude ocorre na sociedade moderna ocidental, a partir da instituição de um espaço separado entre crianças e adultos para a preparação delas para a vida adulta. Nesse sentido, a instituição escolar surge como um dos segmentos de ordem social responsável pela consistência e visibilidade que a etapa entre infância e vida adulta foi adquirindo, além da legitimação que esta confere à separação social entre crianças, jovens e adultos, efetivada pela escola. De acordo com o autor, embora já houvesse, entre os séculos XII e XIV, as instituições escolares, não se atribuíam grande importância às idades; velhos e novos não formavam classes distintas, e, portanto, ao ingressar na escola, a criança entrava também no mundo adulto.

A separação entre adultos e crianças promovida especialmente pelo processo de industrialização, assim como a conseqüente e brusca diminuição da sociedade agrária, foi ainda reforçada pelo atual modelo educacional que fortalece a convivência entre indivíduos de idades aproximadas, criando as possibilidades de invenção de costumes próprios às distintas faixas etárias. Tais costumes vêm sendo fortalecidos e legitimados, como se observa na contemporaneidade, por conta das influências exercidas pela própria indústria e sua constante necessidade de consumidores específicos para seus bens e serviços.

2.2 A lente do olhar adulto para a juventude

O dinamismo característico da contemporaneidade deve estar presente nos modos de compreensão das juventudes que compõem a sociedade. Assim, conforme relação estabelecida por Quapper (2001), destacado sociólogo chileno, devemos olhar para o jovem através da metáfora do caleidoscópio, já citada anteriormente. Apontar o modo por meio do qual esta fase da vida é observada tem sido um ponto de unanimidade entre os estudiosos do assunto. O olhar adulto, contaminado por conceitos e preconceitos, baseado no senso comum e em valores moralistas, que sobre o jovem se estende, é também denunciado por Melucci e Fabrini (1992, p.5), que, ao estudarem a juventude italiana, argumentam:

Pensamos nos adolescentes de muitos modos: como criaturas inquietas, desconfiadas e em guerra com o mundo adulto. Ou pensamos neles inseguros, à procura de identidade, carentes de compreensão e de apoio. Imaginamo-los consumidores, viajantes, imaturos, desencaminhados, errantes, silenciosos, barulhentos, isolados ou agregados. Evocar a adolescência impõe facilmente à sensibilidade dos adultos a visão de um tipo de terra de ninguém, a medida de um tempo da transitoriedade, marcado por instabilidade e incerteza. (MELUCCI; FABRINI; 1992, p.1).

Esse estigma comumente associado à fase aqui estudada está mais diretamente relacionado às compreensões particulares ou ao tempo de juventude daquele que observa do que propriamente à realidade atual dos jovens, ou seja, tem muito mais de valores e preconceitos próprios das lentes de quem está observando do que do próprio sujeito observado.

No mesmo sentido, Melucci e Fabrini (1992) afirmam estar aí representada mais a compreensão que retrata a inquietação do adulto com relação ao que muda do que a fase em si:

A adolescência não é uma doença, mas uma estação da vida feita de turbulências e de estagnações, de ações que se esgotam em gestos, de projetos que permanecem como sonhos. A adolescência termina, mas não passa nunca. A sua memória e o seu rastro prolongam-se nas grandes etapas da existência, com um eco vívido continuamente re-despertado. (MELUCCI; FABRINI, 1992, p.1).

Sendo este um período caracterizado por escolhas de grande importância no desenvolvimento humano, a partir das quais se determinarão alguns aspectos da vida adulta, resultantes dessas tomadas de decisões, das influências sociais, educacionais e familiares, não poderia ser considerado apenas por traços da transitoriedade, restrito a um tempo passageiro. Há a necessidade de considerar as influências que daí ecoarão por toda a vida, além das interferências de caráter sociológico, pois conforme Melucci e Fabrini (1992, p. 20): “As mudanças da adolescência não podem ser exploradas e compreendidas somente do ponto de vista das mudanças da pessoa, mas se colocam dentro de uma modificação completa do campo, da relação que o adolescente empreende consigo mesmo e das relações sociais que o incluem.”

A afirmação dos autores fortalece uma compreensão de influências de caráter sociológico às quais esta fase da vida está exposta, estabelecendo-se uma relação dialética entre juventude e sociedade na qual ambas se influenciam mutuamente.

A juventude representa uma dentre as fases que delimitam o desenvolvimento humano, como também o são a infância, a vida adulta, a velhice, etapas marcadas por especificidades e características. Cada uma das fases traz em si elementos que lhe são peculiares e desempenham um grau de importância na formação humana, carregando, portanto, as influências que interferirão neste processo com maior ou menor grau de intensidade.

Nesse aspecto, Melucci e Fabrini (1992, p.1) destacam alguns dos conflitos pertinentes ao processo em discussão:

A adolescência é uma espécie de espelho da concentração e da intensidade, lugar do contraste e do contrário. Aqui também a raiva mais surda pode se dissolver no pranto e no desespero, o ímpeto mais incontrolável, no abandono. Estão concentradas nesta idade as articulações mais significativas da experiência humana, aquelas mesmo que encontramos diluídas no tempo da vida: o drama da escolha, a necessidade de mudar, o medo de fazê-lo. Esta é talvez uma das razões pelas quais a adolescência recebe hoje tanta atenção e aparece como reveladora de tendências e orientações que se referem à sociedade como um todo.

Esta fase da vida está representada na sociedade com base em duas compreensões simultaneamente antagônicas que são entendidas, por vezes, com lentes de extremo otimismo marcado por uma visão romântica, ao mesmo tempo em que por lentes de visível pessimismo que oportunizam o fortalecimento de um estigma. Tal possibilidade se verifica quando para uma parcela da sociedade esta fase do desenvolvimento humano é compreendida como a época de

total alegria e despreocupação relativa às obrigações da vida adulta, marcada por festas, encontros, passeios e namoros. O seu oposto verifica-se quando, para outra parcela social, significa um período de grandes conturbações, com propensões a envolvimento com brigas, drogas, violência, vandalismos, atos irresponsáveis e desrespeitosos.

Ambas as formas de compreensão, embora marcadas pela oposição, são veiculadas e fortalecidas pela mídia, que, ao explorar a imagem de juventude, determina os rumos da abordagem que irá desenvolver, de acordo com os interesses mais imediatos que pretenda veicular: consumo, informação, hábitos, comportamento, dentre tantos outros. Dessa forma, Margulis (2001, p.44) denuncia a visão romântica que a mídia argentina, por vezes, veicula sobre o jovem:

[...] a imagem do jovem legítimo que a *mass-media* tem imposto como portadora dos símbolos da juventude: bela, alegre, despreocupada, desportiva e saudável, vestindo as roupas da moda e vivendo romances e aventuras amorosas, alheia à falta de dinheiro, ao rigor cotidiano do trabalho ou às exigências do lar.

Esta é a imagem de juventude que se vê apresentada em seriados de TV, filmes, propagandas e novelas tanto nacionais quanto internacionais, quase que exclusivamente pelos seriados americanos, sem representar propriamente aquela juventude que figura nos noticiários televisivos e jornalísticos, que, ao invés de um tom romantizado da juventude, a apresentam de forma trágica e ameaçadora.

Esta compreensão idealizada da juventude também é discutida por Burak (2001), que a desenvolve, no entanto, de um ponto de vista oposto, no qual se abandona o foco romântico e se passa para um olhar pessimista desta fase da vida. Para o autor, a visão negativa que a mídia veicula acerca da juventude é trazida à discussão por intermédio de uma compreensão pejorativa e estigmatizante, direcionada a esta fase do desenvolvimento:

A sociedade contemporânea está desenvolvendo nas últimas décadas uma visão negativa geral dos adolescentes e jovens (“são gangues de ladrões”, “são drogados”, “desrespeitosos”, “engravidam irresponsavelmente”, “nada de bom se pode esperar deles”) são facilmente culpáveis de sucessos negativos. Esta rede pejorativa dos adultos toma todos por iguais. (BURAK, 2001, p. 30).

Ainda segundo Burak (2001), os preceitos negativos acerca deste período do desenvolvimento contribuem para a compreensão da existência de uma única juventude, com

características danosas tanto para ela própria como para a sociedade, tendo em vista que a lente negativa e generalista que o autor direciona para a juventude destaca:

A esta visão têm contribuído muito eficazmente os meios massivos de comunicação, tanto a imprensa, o rádio, a televisão, que se preocupam em mostrar com ares de maldade dos adolescentes e jovens, minando as capacidades e ações positivas que desenvolvem a maioria dos grupos, porque o crime e a violência ‘vendem’ e se faz um uso indiscriminado deste tipo de informação exagerando sua frequência e gravidade nos distintos meios. (BURAK, 2001, p.30).

Assim, muitas vezes, a imagem de juventude que a mídia veicula se aproxima mais de um recurso utilizado pelos meios de comunicação para atingir objetivos de audiência, a partir de uma concepção estereotipada e construída de modo distorcido, do que da realidade propriamente vivida por esta parcela da sociedade.

Desse modo, compreende-se a juventude a partir do olhar do adulto, carregado de seus preconceitos, medos e desconfianças relativos às possibilidades das novas gerações.

Burak (2001) confere à juventude uma posição estática desprovida da capacidade de agir e reagir, retirando-a da condição de ator social. Desse modo, torna-se fortalecida a idéia de juventude desenhada como um período caracterizado por determinada patologia de ordem comportamental que se atenua, gradativamente, até findar, com o passar dos anos e o ingresso na vida adulta. Este estereótipo da juventude, marcado quase que exclusivamente por aspectos negativos, delega ao próprio jovem a responsabilidade por tal imagem, esquecendo-se de que este é o próprio espelho da sociedade em que se insere.

Nesse sentido, Reyes (2001, p.119) destaca: “Nossas sociedades dificilmente são capazes de perceber que a estigmatização da juventude constitui um jogo de espelhos no qual se refletem as contradições sociais e os problemas estruturais de exclusão e desprezo à juventude”. Ao destacar a situação social da juventude, o autor atribui às instituições públicas e sociais a responsabilidade por tal estado, afirmando estarem tais instituições emprestando as cores que compõem este quadro. Dessa forma, a juventude que se apresenta, nos dias atuais, é consequência dos valores e modos de comportamento do adulto, refletindo a imagem da própria sociedade na qual estão inseridos.

Sendo a juventude uma construção cultural, e o jovem, como o adulto e a criança, um ser social, deve-se compreender este jovem também como produto da sociedade, parte dos acertos e

erros que permeiam todo o sistema social: educacional, trabalhista, familiar, assistencial, penitenciário, dentre todos os outros.

2.3 Juventude e atualidade

Mesmo notando a falta de consenso existente com relação ao tempo estabelecido para definir período de início e final da juventude, outro importante fator precisa também ser considerado, pois que este, muito mais que os impositivos de ordem cronológica, permitirá um tempo maior ou menor de vivência de uma situação juvenil socialmente aceita.

Dentre os principais fatores relativos ao tempo de juventude, ao menos dentre aqueles socialmente permitidos, está a questão socioeconômica. Embora não sejam tema principal desta pesquisa as classes sociais ou fatores econômicos, deve-se ter em mente que, para definir a juventude que se deseja estudar, é preciso considerar, dentre outras questões, o nível de poder aquisitivo a que pertence o jovem do qual se fala, pois se deve admitir que de acordo com a posição socioeconômica se subentende um tempo mais ou menos longo para esta fase da vida.

Tomando-se a juventude como construção histórica, e, portanto, influenciando e sendo influenciada pelo contexto no qual está inserida, tem-se notado uma flexibilidade relativa ao tempo que a delimita, observando-se daí que, historicamente, houve um alargamento desta transitoriedade referente especificamente a esta fase da vida. Assim, diante da necessidade de encurtamento da juventude ou da possibilidade de prolongamento desta, pode-se observar que fatores de caráter cronológico e biológico já não são os únicos elementos determinantes da temporalidade atribuída a esta fase da vida humana, provocando assim uma total ausência de linearidade.

As transformações que permeiam a contemporaneidade, o grande número de estímulos recebidos, principalmente dos meios de comunicação, as mudanças nos hábitos alimentares, dentre vários outros fatores, têm contribuído para que a infância se encerre mais cedo, promovendo o início da adolescência mais precocemente.

Ao mesmo tempo, as atuais exigências do mercado de trabalho, a formação mais especializada, da qual usufruem os jovens de uma camada social mais alta, adiam o ingresso

desses no mercado de trabalho, contribuindo para que se adie o encerramento da juventude o conseqüente ingresso na vida adulta.

As rápidas mudanças que intervieram nos últimos trinta anos não só modificaram o mundo, mas, mais profundamente, mudaram o próprio modo de ser e estar no mundo, como também as formas de se olhar para ele.

Dentre as várias transformações observadas no mundo moderno, podem-se destacar algumas que, de modo mais direto, interferem no prolongamento do tempo de juventude: desemprego, violência urbana e liberação sexual. Esta última pode ser exemplificada com a situação da autorização de filhos jovens para trazerem seus pares para dormir em casa, fazendo deste modelo de comportamento da juventude um dos fatores de prolongamento desta fase, se levarmos em consideração que um dos motivos que marcam seu fim se refere à saída dos filhos da casa de seus pais para o casamento.

Mesmo em situações nas quais se verifica a constituição de uma nova família, por parte dos filhos, sem que ocorra a saída destes das casas dos pais, percebe-se uma mudança no modo como passam a ser tratados, principalmente no âmbito familiar, que lhes confere o *status* de adulto e não mais de jovem, uma vez que, socialmente falando, agora se encontram em outro estado civil, que a sociedade reconhece como um estado pertinente ao mundo adulto. A condição de casado torna-se então um rito de passagem para a vida adulta, independente da sua idade cronológica e da sua fase de desenvolvimento afetivo-emocional.

Margulis (1998, p.14) defende que os estudos acerca da juventude apontam para cinco situações que marcam esta transição para a vida adulta, que se podem dar de modo concomitante, mas que repercutem diferentemente, dependendo da camada social considerada: 1- deixar a escola; 2- começar a trabalhar; 3- abandonar o lugar da família de origem; 4- casar-se; 5- formar um novo lugar para morar. Essas situações podem ser consideradas ritos de passagem da infância para a vida adulta, levando-se em conta que todas são marcadas por transposições de nível ou *status* social, independentemente da situação cronológica que a idade estabelece.

Nesse sentido é que Mannheim (1975) atribui um caráter sociológico à juventude, e não possui uma visão de juventude unicamente pautada na cronologia e, portanto, marcada pelo tempo. Assim afirma o autor: “A juventude é uma condição constituída por uma cultura, pois tem, por sua vez, uma base material vinculada com a idade [...] um modo particular de estar no mundo, de encontrar-se envolvido em sua temporalidade”.

Embora dentre seus sinais mais marcantes estejam as transformações corporais, sua compreensão não se restringe às questões de ordem física, conduzidas por fatores biológicos observados nas referidas mudanças, como sugerem alguns autores, tampouco a noção etária representa parâmetro único para definir comportamentos.

Segundo Mannheim (1975, p.96): “Em linguagem sociológica, ser jovem significa, fundamentalmente, ser um homem marginal, em muitos aspectos, um estranho”.

A marginalidade apontada pelo autor refere-se a estar à margem dos princípios que regem o mundo econômico, e podemos pensá-lo por dois aspectos, produção e consumo, ou seja, encontra-se o jovem em um momento no qual ainda não realiza função profissional nas linhas de produção, uma vez que não ingressou no mercado de trabalho, e, por consequência, não possui autonomia financeira para desempenhar livremente o papel social de consumidor dos bens produzidos por este mercado.

Temos que considerar, no entanto, que, muitas vezes, para as camadas menos favorecidas economicamente, a própria entrada no mercado de trabalho está diretamente relacionada à manutenção deste *status* juventude, pois somente por meio do salário recebido é que algumas situações, principalmente aquelas relacionadas à vivência do lazer e vestuário, poderão ser supridas.

Além dos enfoques biológico, sociológico, antropológico e cultural, devemos ainda levar em conta a seguinte questão: de que juventude se fala? Em que sentido são considerados os aspectos financeiro, de gênero, geográficos, níveis educacionais? Falamos dos excluídos socialmente ou da juventude que tem acesso ao trabalho, à cultura, ao lazer? Do jovem das grandes cidades, da periferia, do sertão? Das meninas e da gravidez não planejada?

Para os jovens das classes sociais mais favorecidas, o tempo de preparo para esse ingresso no mundo profissional também aumentou, prorrogando, do mesmo modo, a saída da casa dos pais.

Em sentido oposto, aos jovens de classes economicamente desfavorecidas fica estabelecida a urgência de ingresso no mercado de trabalho com pouca chance e tempo de preparo, provocando, conseqüentemente, certa abreviação do tempo socialmente permitido à juventude. Assim, juventude vai além do reconhecimento dos elementos cronológicos e critérios biológicos que estabelecem período de entrada e saída deste processo, devendo ser compreendida como um fenômeno de caráter cultural, sobre o qual precisam ser consideradas a especificidade e

a diversidade dos diferentes grupos de jovens que a representa, assim como do contexto cultural que a comporta.

Assim, a tese de moratória social e moratória vital defendida por Margulis e Urresti (1998, p.20) para distinguir jovens de juventude torna-se fragilizada, pois não consideram questões de gênero e classe social.

Na moratória vital, reside a idéia de um capital temporal, tempo de vida para o qual a morte se encontra distante, dando a sensação de imortalidade que justifica os comportamentos de risco vividos pela juventude, desafios e exposição ao perigo. Essa idéia relacionada aos comportamentos de risco se inter-relaciona com condutas de autodestruição, proporcionadas pelas drogas. A moratória social refere-se ao tempo permitido para a formação profissional e conseqüente ingresso no mercado de trabalho, muitas vezes para a própria subsistência.

Ao debruçar-se sobre a juventude portuguesa, afirma Pais (2001, p.80):

O caminho pelo qual os jovens transitam para a vida adulta é um caminho pouco claro, cheio de escolha, nomeadamente para os jovens mais desfavorecidos. Os modos precários de vida que caracterizam a condição juvenil tendem a conferir um grau forte de indeterminação ao futuro de muitos jovens.

Dessa forma, embora as incertezas desse caminho representem referencial para a condição juvenil, percebe-se, justamente entre aqueles menos favorecidos, uma dificuldade maior de ascensão em termos sociais e financeiros que o mundo do trabalho pode conferir. Os jovens economicamente desfavorecidos são colocados à margem do sistema produtor e consumidor, no qual se encontra uma população marcada pela escassez de oportunidades de acesso às instituições de ensino de qualidade, dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho, de impossibilidade de acesso aos bens culturais e de consumo, ou mesmo ao mínimo de dignidade quanto às condições básicas de moradia, alimentação, vestuário, lazer, educação e saúde. Trata-se de uma parcela da sociedade com baixo poder aquisitivo, e, de acordo com o nível de escolaridade e formação profissional recebidos, apresentam, ao ingressar no mercado de trabalho, pouca qualificação, restringindo-se à ocupação de cargos subalternos condizentes com a formação escolar insuficiente e, conseqüentemente, recebendo remuneração precária.

Enquanto os jovens das camadas menos favorecidas economicamente não conquistam o direito à moratória social, ou seja, a oportunidade de vivenciarem um tempo para sua formação, sem as cobranças referentes a ser produtivo, verificam-se aumentados os contrastes sociais,

legitimando o distanciamento entre as classes, conferindo uma desigualdade social que torna a miséria ainda mais evidente.

Embora não seja objetivo do presente estudo adentrar as questões econômicas, de formação e de mercado de trabalho, cabe aqui esta breve reflexão, que diretamente interfere no tempo da juventude. Os distintos contextos sociais que o Brasil apresenta são fortemente marcados pelo acúmulo das desigualdades que expõem uma camada da população precocemente, e portanto sem o devido preparo, para o mercado de trabalho, à qual estão delegados baixos salários e a dependência de serviços sociais de baixa qualidade que facilmente perpetuam as atuais condições de desigualdade entre os grupos jovens.

Segundo o IBGE (2006), os jovens de 10 a 17 anos e de 18 a 24 anos de idade são os mais atingidos, com aumentos na taxa de desemprego de 87% e 68%, respectivamente, em 2005, período analisado. Para o instituto, o elevado nível de desemprego entre os jovens revela não só o aumento da procura por trabalho, mas também a baixa capacidade da economia de absorver a mão-de-obra qualificada.

Em contrapartida, há uma minoria com direito à moratória social, que permite mais tempo e qualidade na formação, conferindo, ao ingressar no mercado de trabalho, maiores chances de ocupação dos melhores cargos, salários e condições.

As questões de desigualdade social que interferem no desenvolvimento do jovem representam um dos tantos elementos que delegam ao tema a complexidade que o envolve, assim como as consequências que tal situação gera junto aos extratos sociais. Considerando o contexto socioeconômico e cultural do Brasil, que comporta em seu interior muitos, diferentes e desiguais “Brasis”, podemos supor a juventude brasileira formada por muitas e diferentes juventudes, recortadas por questões de gênero, geográficas, raciais, mas acima de tudo de classe socioeconômica e as respectivas oportunidades nelas implícitas.

Muito embora se busque estabelecer idades cronológicas para delimitar esta fase, não são, propriamente, estes os determinantes finais desta condição, pois alguns fatores de ordem sociocultural são reconhecidos como indicadores da passagem para uma vida adulta, independente da idade cronológica. Condições socioeconômicas podem determinar o início da vida adulta, destacando-se a necessidade de ingresso precoce no mundo do trabalho e as responsabilidades inerentes à participação na manutenção econômica verificada nas famílias de baixa renda.

Ao afirmar um prolongamento da condição juvenil, apontando, dentre outros fatores, os percursos escolares e uma tardia inserção no mercado de trabalho, Pais (2001) denuncia a perpetuação deste círculo vicioso, por meio do qual os jovens das classes favorecidas têm a seu favor o *welfare family*, compreendido por um bem-estar promovido pela família, ao passo que aqueles jovens de classes menos favorecidas contam com o *welfare state*, compreendido por um insuficiente bem-estar promovido pelo Estado. Afirma Pais (2001, p.81):

[...] às expectativas criadas pelo prolongamento das trajetórias escolares, contrapõe-se a desqualificação dos diplomas e o desemprego; ao investimento do poder político nos jovens, alguns mostram um manifesto alheamento e desinteresse; aos apelos consumistas que lhes são dirigidos, respondem com fontes financeiras familiares, apenas possíveis porque vivem em regime de *welfare family*.

Por outro lado, Carrano (1999) registra que:

A noção de juventude é resultante da experiência social de determinado tempo histórico. A experiência social contemporânea fez da identidade juvenil algo profundamente associado ao hedonismo e ao sentido lúdico das práticas de lazer, seja na forma do consumo individual do tempo livre ou ainda nas práticas em que o sentimento de pertencimento a um grupo dá a tônica dos relacionamentos.

De modo antagônico, o ingresso no mercado de trabalho pode ser apontado como um dos elementos que têm provocado um prolongamento na duração desta fase da vida de uma parcela da sociedade, como também seu encurtamento, para outra parcela, uma vez que essa inserção no mundo do trabalho representa uma das grandes preocupações, dos jovens e da sociedade moderna.

Para a parcela da juventude que não conta com esta moratória social propiciada pelo *welfare family*, a entrada no mercado de trabalho exerce uma função ambígua, pois se por um lado diminui o tempo livre, por outro lado, confere ao jovem a oportunidade de vivenciar alguma atividade de lazer a partir do salário por ele conquistado.

Em contrapartida, na parcela da juventude que pode contar com o *welfare family*, percebe-se um adiamento da entrada no mercado de trabalho, por conta do tempo de preparação para ele.

Essas camadas sociais referiam-se aos economicamente privilegiados, oportunizando uma situação que permitia a poucos a possibilidade de gozo de um tempo disponível, uma das principais características do lazer, sendo, até os dias atuais, um dos fatores preponderantes que o

senso comum utiliza para a construção de uma compreensão acerca da juventude. Esta inter-relação entre juventude e tempo pode ser constatada em recente pesquisa de Brenner, Dayrell e Carrano (2004), quando apontam que um dos erros de se compreender a juventude como uma realidade homogênea aparece no senso comum em relação ao tempo livre e ao lazer. Nesse aspecto, os autores mencionados explicam: “Talvez, pela percepção de que o tempo da juventude, em geral, e o tempo das culturas juvenis, em particular, seria, em essência, momento de fruição de divertimentos, prazeres e distância relativa do mundo do trabalho, este último, característica principal do mundo adulto” (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2004, p.1).

Ao se aproximarem os estudos da realidade concreta dos jovens brasileiros, amplia-se a percepção de condições distintas de vivência do tempo das juventudes.

Por todas as variáveis que permeiam a juventude e que foram aqui discutidas é que temos que considerar as diferentes juventudes que formam a juventude, não somente brasileira, mas dos grupos jovens de modo geral, com seus costumes, poder aquisitivo, gostos, influências, formação e tudo o mais que compõe o ser humano no atual contexto social.

Reforça-se mais a tese de juventudes em detrimento de juventude, pois a multiplicidade de situações sociais e econômicas pode atribuir maior ou menor tempo à referida fase da vida, retirando do fator cronológico a responsabilidade da unicidade que marca o processo de início e fim desta fase.

Uma discussão mais aprofundada acerca do tema lazer e as relações que permeiam questões de juventude e lazer serão tratadas no quarto capítulo.

O próximo capítulo abordará a questão das drogas, com especial ênfase no álcool, a atual classificação que divide as drogas em lícitas e ilícitas, a visão da mídia e da sociedade sobre elas e, principalmente, a aceitação social observada sobre as bebidas alcoólicas.

CAPÍTULO III

Drogas ... o lícito do ilícito: dois lados de um mesmo problema

A existência das drogas, assim como o seu uso, não representa nenhuma novidade específica da contemporaneidade, pois drogas sempre existiram, em outras épocas, em diferentes sociedades, com usos distintos.

Não encontraremos, na história da humanidade, um período no qual se tenha constatado a ausência de algum tipo de droga. O consumo de bebidas alcoólicas é um dos mais antigos hábitos da história, fato que confere ao álcool *status* de substância milenar presente entre os homens e suas tradições, porém não a única.

Além do álcool, observa-se a presença de outras substâncias psicotrópicas, em diferentes contextos, tais como os de cura ou religiosos, dentro de rituais que legitimavam um uso pacífico e controlado destas substâncias, além de contextos de lazer com usos nem tão controlados, compondo, assim, parte da história das drogas no cenário histórico-social.

Ao analisar-se o fenômeno das drogas, algumas especificidades devem ser consideradas, pois, além das inúmeras reações que as drogas dos diferentes grupos podem provocar em um organismo, há que se levar em conta outros distintos fatores que acompanham o fenômeno aqui estudado e que fazem de cada grupo de usuários de cada droga específica um universo particular a ser considerado em toda sua amplitude, complexidade e unicidade.

Portanto, nos diferentes rituais que acompanham o uso de drogas, observa-se que as crenças, normas de uso, os valores, comportamentos, padrões de uso e riscos corridos são bastante distintos.

Considerando que o perfil do usuário de álcool é diferente do perfil do usuário de cocaína, que diverge do de *crack*, que por sua vez é distinto do de anabolizantes, de drogas sintéticas e assim por diante, seus contextos de uso também se apresentam de modos distintos. Cada grupo de usuários de cada diferente droga presente na sociedade comporta traços e características próprias que os distinguem dos demais.

Nesse sentido, para que se estude o assunto de modo aprofundado, faz-se necessário o reconhecimento da especificidade de uso da droga e do contexto analisado.

Crianças e jovens em situação de rua que se utilizam de inalantes, solventes e *crack* fazem parte de uma parcela da população economicamente desfavorecida, com baixa ou nenhuma escolaridade, na faixa etária entre 7 e 18 anos. São crianças e jovens que apresentam relações familiares bastante tênues e que elegem a rua para a maioria de suas atividades; além disso, normalmente não apresentam vínculos com a escola.

No que tange especificamente ao uso de *crack* no estado de São Paulo, Nappo, Galduroz e Noto (1994, p.82) descrevem que “Jovens com menos de 20 anos pertencentes a diferentes classes sociais, com predominância da classe baixa, são os consumidores preferenciais”. Afirmam os pesquisadores ser o *crack* uma droga com grande penetração em faixas etárias mais baixas, sendo que a maior parte dos usuários frequenta o ensino fundamental, e somente 16% dos entrevistados possuíam nível superior completo ou incompleto.

Comparando a população usuária de *crack* e inalantes aos usuários de drogas sintéticas, verifica-se novamente fortalecida a tese de que tanto os usuários como os contextos de uso divergem significativamente entre as populações observadas. De acordo com Baptista et al. (2002), os contextos de uso mais frequentes são os clubes noturnos e *raves*, ao som de música eletrônica. Apontam os pesquisadores tratar-se de “[...] jovens adultos, com uma boa formação escolar, inseridos no mercado de trabalho, pertencentes às classes sociais privilegiadas, sendo poli-usuários de drogas” (BAPTISTA et al., 2002, p.81).

Pode-se verificar, entre os diferentes padrões de uso, a seguinte classificação: experimental, moderado, abusivo, e finalmente a dependência, que por sua vez pode ser classificada em leve, moderada ou pesada.

Cada um dos estágios comporta um nível de problemas diretos ou indiretos que o uso pode causar: acidentes, problemas de saúde, distúrbios psiquiátricos, tolerância, ou seja, problemas de ordem biopsicossocial, finalizando com o estreitamento do repertório, grande mudança de hábitos, com o uso da droga tomando a maior parte do tempo e do interesse do usuário.

No entanto, é preciso destacar que um usuário de substância psicoativa não irá necessariamente passar por todos os estágios, culminando na instalação da dependência. Ele poderá estacionar em um dos estágios por toda a vida, mantendo um uso leve ou moderado, sem

com isso progredir para graus mais avançados de uso, abuso ou dependência. Verifica-se a ocorrência de uma inter-relação entre o tipo de droga procurada, o indivíduo e o modo como este irá relacionar-se com a droga.

Portanto, para estudar o uso de drogas, deve-se considerar o tipo de substância, o indivíduo e o contexto social no qual ele se insere, uma vez que a combinação desses fatores imprimirá toda a diferença nos distintos modos de uso de drogas, como também do seu significado para o usuário e, conseqüentemente, nas intervenções preventivas ou terapêuticas que se façam necessárias.

Dessa forma, a questão sobre a qual o presente capítulo se debruça diz respeito às drogas, considerando, especificamente, a tríade formada por droga, indivíduo e contexto social, resultando em algumas inquições com o objetivo de melhor compreender esse crescente fenômeno social.

3.1 Classificação das drogas

No início de aprofundado estudo acerca da existência das drogas na história da humanidade, Escohotado (1996) apresenta a seguinte conceituação do termo:

Por droga – psicoativa ou não – seguimos entendendo o que há dois mil anos pensavam Hypócrates e Galeano, pais da medicina científica: uma substância que em vez de ser vencida pelo corpo (e assimilada como simples nutrição), é capaz de vencê-lo, provocando – em doses ridiculamente pequenas se comparadas com os outros alimentos – grandes mudanças orgânicas, anímicas e de ambos os tipos. (ESCOHOTADO, 1996, p.9).

Sendo assim, as substâncias que modificam o comportamento humano, assim como suas funções fisiológicas e psíquicas, fazem parte das históricas discussões da área médica desde seus primórdios.

Para fins de estudos e análises, as drogas apresentam-se agrupadas conforme sua ação no sistema nervoso central (SNC). De acordo com o CEBRID, substâncias psicoativas são aquelas capazes de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de

comportamento. Por exemplo, determinadas substâncias, quando ingeridas, contraem os vasos sanguíneos e modificam sua função, provocando no indivíduo um aumento de pressão arterial, o que configura uma mudança na fisiologia. Em outro exemplo, existem substâncias que fazem com que os neurônios fiquem mais ativos, promovendo uma modificação das funções, e como consequência o indivíduo fica mais acordado, perde o sono, podendo-se observar uma mudança comportamental.

As drogas podem ser classificadas em: psicoativas e psicotrópicas. Drogas psicoativas são substâncias que atuam no SNC provocando alterações de comportamento, sendo que as drogas psicotrópicas são drogas psicoativas. Analisando o termo, verifica-se que *psico* se refere ao psiquismo, ou tudo aquilo que pensamos, sentimos, e o sufixo *trópico* relaciona-se com o termo *tropismo*, que significa “ter atração por”. Assim, psicotrópico significa atração pelo psiquismo, e drogas psicotrópicas são aquelas que atuam sobre o cérebro, alterando de alguma maneira o psiquismo, com potencial para desenvolver dependência. Elas dividem-se em três subgrupos, classificados de acordo com as modificações verificadas no SNC provocadas pelo seu uso.

1- Drogas estimulantes ou psicoanalépticos: atuam aumentando a atividade do cérebro, estimulam seu funcionamento, fazendo com que a pessoa que se utiliza delas fique ligada, elétrica, sem sono. Por isso essas drogas recebem a denominação de “estimulantes da atividade do sistema nervoso central”. Compõem esta categoria: anfetaminas, cocaína, cafeína.

2- Drogas depressoras ou psicolépticos são drogas que diminuem a atividade do cérebro, ou seja, deprimem seu funcionamento, o que significa dizer que a pessoa que faz uso deste tipo de droga fica desligada ou devagar, desinteressada pelas coisas que a cercam. Por isso estas drogas são chamadas de “depressoras da atividade do sistema nervoso central”. Estão representadas por: álcool, ansiolíticos (benzodiazepínicos), opiáceos (morfina, heroína), inalantes (cola, tintas).

3- Drogas perturbadoras ou psicotomicomiméticos: também conhecidas como psicodélicos, perturbam as atividades do SNC; são drogas que agem modificando qualitativamente a atividade do cérebro; não se trata, portanto, de mudanças quantitativas, como o aumento ou a diminuição da atividade cerebral. Aqui a mudança é de qualidade. O cérebro passa a funcionar fora do seu normal, e o indivíduo fica com a mente perturbada. Fazem parte deste grupo drogas como a maconha, o cogumelo, *ecstasy*, LSD.

A complexidade que acompanha o fenômeno do uso de drogas não permite respostas simplistas, tampouco autoriza observações preconceituosas, reducionistas e fragmentadas de uma única interface da vida humana que possam provocar conclusões precipitadas. A inter-relação existente entre os determinantes biológicos, socioculturais, familiares, pessoais, educacionais, de grupo, entre outros, é que vai compor um cenário completo das possibilidades de estudos que levem à compreensão, ao menos parcial, do fenômeno do uso de drogas por parte da população, principalmente jovem, na atualidade.

Estudar o fenômeno em questão exige, portanto, um olhar multifatorial, sem perder de vista que a droga é um produto inanimado, sem vida própria, que depende do usuário para manifestar seus efeitos e consequências tanto individuais quanto sociais.

Um dos primeiros obstáculos relacionados ao tema do uso problemático de álcool entre adolescentes é a própria definição do que é o uso normal. Pensar o uso também exige cuidado, portanto neste estudo optou-se pela classificação apresentada pela OMS (2002) a respeito de padrões de uso diferenciados, assim como a frequência de uso.

Padrões de uso podem ser caracterizados por: uso na vida, referente ao uso da droga pelo menos uma vez na vida; uso no ano, referente ao uso de droga pelo menos uma vez nos últimos 12 meses; uso recente ou no mês, referente ao uso de droga pelo menos uma vez nos últimos trinta dias; uso freqüente, referente ao uso da droga por seis ou mais vezes nos últimos trinta dias; uso de risco, que se refere a um padrão de uso que implica alto risco de dano à saúde física ou mental do usuário, mas que ainda não resultou em doença orgânica ou psicológica; uso prejudicial, referente a um padrão de uso que já está causando dano à saúde física ou mental.

Quanto à frequência do uso de drogas, ainda segundo a OMS (2002), os usuários podem ser classificados em: usuário leve, aquele que utilizou drogas no último mês, mas o consumo foi menor que uma vez por semana; usuário moderado, representado por pessoas que se utilizaram de drogas semanalmente mas não todos os dias, durante o último mês; usuário pesado, representado por pessoas que utilizaram drogas diariamente durante o último mês.

Padrão de uso e frequência de uso são importantes critérios a serem considerados, principalmente quando a intenção é a proposição de políticas de prevenção primária, ou seja, para um público que ainda não faz uso regular de drogas. O acesso a esse tipo de informação referente aos usos indica respostas para pontos cruciais da problemática do uso de drogas no país, e aponta para as principais características de uma questão bastante dinâmica presente na sociedade.

Embora se tenha a clareza de que não existe sociedade livre da presença das drogas e que não há um uso que não seja prejudicial, em diferentes níveis, acredita-se na possibilidade de se aprender a conviver com a presença da droga na sociedade, buscando amenizar, ao máximo, os impactos e prejuízos diretos ou indiretos causados à população.

3.2 A droga na história e na mídia televisiva ... ou a droga da mídia televisiva na história

A contemporaneidade emprega uma classificação das drogas na qual o álcool e o tabaco são considerados drogas lícitas, ao passo que maconha, cocaína, *ecstasy*, *crack* são consideradas drogas ilícitas, muito embora a classificação das referidas substâncias não tenha sido sempre esta, na história da humanidade.

Com os mais diversos objetivos, culturais, religiosos ou medicinais, seja pela busca da cura, do prazer, do êxtase, da liberdade, da fuga, entre outros, Escohotado (1996) diz que a presença e o uso de diferentes tipos de drogas representam um fenômeno existente desde a antiguidade, que já se anunciava há 4000 anos antes de Cristo, permanecendo até os dias atuais.

Ao publicar *A história elementar das drogas*, o autor tece comentários que vão desde as plantações de dormideira no sul da Espanha e Grécia até as recentes drogas sintetizadas em laboratórios e presentes nas boates, *raves* ou outras baladas e festas do mundo contemporâneo, entre as quais se destacam, na atualidade, o *ecstasy* e a ketamina.

Pode-se observar também, ao se estudarem os caminhos das diferentes drogas no curso da humanidade, que aquelas que em dado momento histórico eram tidas como ilícitas e, portanto, proibidas ao consumo, encontram-se atualmente totalmente legalizadas e livremente utilizadas e comercializadas. Nesse aspecto, o álcool torna-se o melhor exemplo, pois as bebidas alcoólicas já foram, em dada época da história, fortemente combatidas e proibidas, e, de maneira inversa, aquelas que eram classificadas como drogas legais em tempos remotos hoje se encontram no rol das drogas proibidas, como é o caso da cocaína, heroína e do ópio. Com relação ao uso das mais diversas drogas, ópio, heroína, morfina, cocaína e álcool, afirma Escohotado (1996, p.97) que:

Até 1900 todas as drogas conhecidas se encontram disponíveis em farmácias e drogarias, podendo-se comprar também do fabricante por correio. Isto se dá em

nível planetário, o mesmo que em América, que em Ásia e Europa. A propaganda que acompanha esses produtos é igualmente livre, e tão intensa quanto a que apóia outros artigos do comércio, para não dizer mais. Há sem dúvida adictos do ópio, morfina e heroína, mas o fenômeno em seu conjunto – os usuários moderados e imoderados – apenas chamam a atenção de periódicos e revistas, e não a juízes e policiais. Não é um assunto jurídico, político ou de ética social.

Já nessa época da história, o uso de substâncias psicoativas é considerado um vício, mesmo quando este se dava, conforme Escohotado (1996), de forma ocasional e prudente. Entretanto, é interessante notar a presença das diferentes drogas, principalmente aquelas que atualmente são rigorosamente proibidas, sendo, então, à época, livremente divulgadas, comercializadas e utilizadas pela sociedade. Afirmo o autor que:

Os habituados a ópio e morfina eram majoritariamente pessoas de segunda e terceira idade, bem integradas social e profissionalmente, que haviam começado a consumir as ditas drogas por recomendação médica e levavam uma ou várias décadas usando-as. (ESCOHOTADO, 1996, p.104).

Ao mesmo tempo em que se observa o uso das drogas que atualmente são consideradas “drogas pesadas”, pode-se observar também a tentativa de proibição de outras drogas não tão pesadas, ou pelo menos não provocadoras de mudanças comportamentais, como é o caso do tabaco. Em 1914, tornou-se proibido fumar tabaco em 12 estados norte-americanos, sendo que tal proibição rapidamente passou para 28 estados. Tais restrições passaram a estender-se também ao uso do álcool, substância para a qual se desenvolveu um olhar cada vez mais severo, culminando na implantação da lei seca americana.

Assim, a compreensão que se constrói a respeito das drogas, como também os interesses políticos e econômicos inerentes a cada uma delas, mudam de tempos em tempos e de cultura para cultura, conforme os interesses vigentes.

O álcool está classificado, possivelmente, entre uma das drogas mais antigas de que se tem notícia, havendo referências à cerveja e ao vinho em papiros que datam de 4000 antes de Cristo, quando recebe destaque como poderoso tônico, sendo recomendado para as mulheres em período de amamentação. Com o avanço da história, o álcool passou por tempos de ilegalidade, entretanto, na atualidade, encontra-se livremente comercializado, e fortemente incentivado, especialmente pela mídia, tornando-se uma das indústrias mais poderosas do mundo globalizado.

Além de estar classificado entre as drogas lícitas social e legalmente permitidas, o álcool

conta ainda com uma crescente permissividade social, legitimada e fortalecida por meio do alarde promovido pela mídia, tornando o uso bastante banalizado, incentivado pela veiculação de peças publicitárias, realizadas a partir de propagandas televisivas, *outdoors*, imagens e todo aparato que a indústria do *marketing* vem acumulando, na sua ação persuasiva, dissimulada e bastante convincente.

Na atualidade, conta ainda a seu favor a fragilidade das leis que controlam o comércio e uso de álcool no país, fortemente marcadas pela desobediência e impunidade. Um exemplo desta realidade refere-se à venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, assim como seu uso, que raras vezes foram motivo de sanção das leis vigentes, pois as ocorrências de transgressões a tais leis com poucas exceções tornam-se seriamente investigadas ou devidamente punidas.

Ainda no que se refere aos meios de comunicação, estudiosos da relação existente entre mídia e epidemiologia (NOTO et al., 2003) ressaltam a diferença de tratamento dispensado aos vários tipos de drogas, principalmente considerando a relação entre lícitas e ilícitas. De acordo com Noto et al. (2003, p.70), “[...] a população recebe, pelos meios de comunicação, informações contraditórias em alguns aspectos. Um evidente descompasso diz respeito ao conjunto de informações sobre ‘drogas ilícitas’”.

Os autores do referido estudo concluem que a mídia tem dado maior enfoque aos assuntos relacionados às drogas ilícitas, como se estas fossem de maior uso entre a população.

Os diversos estudos epidemiológicos realizados no Brasil pelo CEBRID, com estudantes ou domiciliares, encontram-se aqui referenciados como Carlini-Cotrim, Carlini, Silva Filho e Barbosa, 1989; Carlini et al., 1990; Galduroz, Almeida, Carvalho e Carlini, 1993; Galduroz, Noto e Carlini, 1997; Galduroz, Noto, Fonseca e Carlini, 2005; e Galduroz, Noto, Nappo e Carlini, 2000. Eles demonstram um uso muito superior de drogas lícitas, como o álcool, que tem o primeiro lugar da preferência de uso entre a população brasileira nas diferentes faixas etárias, se comparado ao uso de drogas ilícitas, como tem propagado a mídia.

A importante denúncia que a referida pesquisa ressalta está relacionada à discrepância verificada entre os resultados epidemiológicos do uso de drogas no Brasil apontados pelos levantamentos epidemiológicos efetuados pelo CEBRID e a distorcida ênfase promovida pela mídia, que dispensa grande destaque ao uso da maconha, cocaína e *crack*, entre outras drogas ilícitas, em comparação ao enfoque dado ao uso de drogas lícitas, como o álcool e o tabaco.

Esse mesmo enfoque sensacionalista que a mídia confere ao uso de drogas ilícitas

também pode ser verificado quando das abordagens relativas aos jovens e às torcidas organizadas nos estádios de futebol, apresentadas sempre a partir da vinculação desse segmento da sociedade com repetitivas cenas de violência, principalmente o vandalismo, conforme tem denunciado Reis (2004, 2005, 2006c) em seus estudos referentes ao futebol e violência.

No mesmo sentido das considerações levantadas acerca da influência da mídia no comportamento da sociedade, afirma Bandura, destacado psicólogo canadense que estuda o comportamento humano, que existe uma permanente e dinâmica interação entre o comportamento e o ambiente que rodeia a pessoa, ao que denomina um “determinismo recíproco”. Em sua teoria, Bandura (1977) alerta que os meios de comunicação não só são suscetíveis de ser observados, mas também atuam sobre os processos psicológicos da pessoa na medida em que acham imagens, representações, modelações da realidade e, conseqüentemente, produzem ou modificam as condutas e o mecanismo cognitivo que precede às condutas. Nesse aspecto, as propagandas de cerveja, especialmente, são veiculadas a partir de imagens de jovens felizes, saudáveis e em situações de lazer, na praia, no barzinho, na festa.

Afirma ainda Bandura (1977) que indivíduos de caráter agressivo tendem a aumentar comportamentos de agressividade, e estes poderão acentuar-se em períodos de “observação” (filmes, vídeos, programas de TV) cognitiva social muito intensa, como são a infância e a juventude. Adverte ainda o psicólogo que a violência não se produz automaticamente, como uma resposta causal, mas sim aumenta a possibilidade que, ante uma situação ambiental concreta, desencadeia uma conduta aprendida não na observação do ambiente social, mas na narração midiática.

Concordando com o referido autor, Gomide e Pinsky (2004, p.56) destacam: “É importante lembrar, porém, que a maior influência da tevê no comportamento humano é feita de forma indireta, sutil e cumulativa – e não imediata e direta”.

Em revisão realizada acerca de estudos internacionais das bebidas alcoólicas nos meios de comunicação, Pinsky e Silva (1995, p.115) ressaltam: “O conjunto de estudos revisados sugere que as imagens de bebidas nos meios de comunicação têm, entre outros efeitos, o de legitimar consumo do álcool”.

Ressaltam ainda as autoras que não se trata de “satanizar” a televisão, uma vez que esta representa importante instrumento de informação e educação, embora ainda tenda a “[...] privilegiar os conteúdos violentos em detrimento dos conteúdos educativos, exibindo, aliás, uma

carga ainda maior do que a de fato existe no mundo real” (GOMIDE; PINSKY, 2004, p.57).

Os recursos utilizados pela mídia de apresentação e repetição exaustiva e insistente das cenas de violência que suas câmeras capturam durante jogos somente contribuem para que mais cenas de violência sejam produzidas e propagadas.

Nesse aspecto, se aliarmos as afirmações de Bandura (1977) acerca da repetição de modelos que a mídia reforça com os efeitos causados pelo uso de álcool nos arredores dos estádios de futebol, uma vez que no interior deles as vendas estão proibidas no estado de São Paulo, nos aproximaremos de uma compreensão, ainda que parcial, da atual violência nos dias de jogos.

Certamente a mídia não pode ser responsabilizada, isoladamente, pelas mazelas sociais que se apresentam como reflexo de políticas inapropriadas ou ineficazes relativas às inúmeras dificuldades e contradições que compõem o cenário de um país tão grande quanto injusto e desigual, como é o Brasil. No que se refere às desigualdades de oportunidades e conseqüentemente de juventudes, o tema foi abordado de modo mais detalhado no primeiro capítulo deste estudo. Entretanto, uma parcela da responsabilidade que é conferida à mídia deve ser considerada, analisada para possíveis encaminhamentos e exposições das necessidades de mudança de enfoque de alguns temas abordados, para que melhores níveis de vida saudável possam ser verificados na sociedade.

3.3 O brasileiro e o uso abusivo do álcool

De acordo com o UNODC (Escritório das Nações Unidas para Controle de Drogas e Crime), em relatório (2002), estima-se que 205 milhões de pessoas no mundo todo usem algum tipo de droga, ilícita ou não. As mais comuns são o álcool e a maconha, seguidas das anfetaminas e da cocaína, além dos derivados do ópio, como a morfina, sendo no Brasil o consumo de álcool o que mais preocupa a organização (ONU, 2002).

Corroborando os dados antes mencionados, um levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de ensino fundamental e médio da rede pública, em 1997, realizado em dez capitais

brasileiras pelos pesquisadores do CEBRID, aponta que o álcool já foi consumido alguma vez na vida por 65% a 80% dos estudantes e outras drogas por 19% dessa população.

Entre as distintas fases da vida humana, a infância e a juventude destacam-se, no Brasil, como as fases mais estudadas na sua relação com o uso de drogas. Os principais estudos do país, realizados pelo CEBRID, referem-se aos levantamentos feitos nos anos de 1987, 1989, 1993, 1997 com alunos do ensino médio e fundamental da rede pública brasileira, seguidos de outros quatro estudos entre crianças e adolescentes em situação de rua, nos mesmos anos, realizados em seis capitais brasileiras. Em todos os estudos, o álcool aparece com destaque entre as drogas utilizadas pela população consultada, sendo a droga mais consumida no Brasil.

Pesquisadores do CEBRID realizaram o “I Levantamento nacional sobre padrões de consumo de álcool na população brasileira” (LARANJEIRA; PINSKY; ZALESKY; CAETANO, 2007) e apontaram que 24% dos jovens com menos de 18 anos de idade bebem ao menos uma vez ao mês. Esses números aumentam na proporção do aumento da idade; entre os jovens de 18 a 24 anos, 22% bebe de uma a quatro vezes por semana, o que significa uma considerável frequência no consumo de álcool.

Com relação à quantidade usual de álcool, o estudo aponta que 24% dos jovens entre 18 a 24 anos bebem de 5 a 11 doses por ocasião. Ainda de acordo com o referido levantamento: “É na quantidade de doses tomadas em um único dia que o beber como lazer pode transformar-se em uso nocivo de álcool, com danos para a saúde que vão da exposição a doenças ao risco de acidentes graves” (LARANJEIRA et al., 2007, p.19).

Os estudos têm confirmado sempre os resultados das pesquisas anteriormente efetuadas, ou seja, que o álcool é a droga mais consumida entre os brasileiros das diferentes amostragens abordadas nas pesquisas, dando legitimidade às preocupações da OMS com relação ao assunto, como também confirmando as conclusões de Noto et al. (2003) sobre a distorção promovida pela mídia no que se refere à exaltação das drogas ilícitas em comparação com as lícitas, não coincidindo com estudos epidemiológicos apresentados pelos pesquisadores do assunto.

Dados apontados nesses estudos mostram a precocidade da experimentação dessas substâncias; a proporção de indivíduos que fizeram uso na vida, na faixa etária mais jovem da pesquisa, compreendida entre 10 e 12 anos, revela 51,2 % de uso do álcool e 11,7 % de uso de outras drogas.

Importante sociólogo do lazer, Dumazedier (1994) questiona a maior atenção que a mídia, as autoridades políticas, da saúde, do direito, como a sociedade, de modo geral, dispensam à temática das drogas ilícitas em detrimento das lícitas, uma vez que, segundo o autor, os prejuízos individuais e sociais promovidos pelo uso abusivo de álcool são maiores que aqueles ocasionados pelo uso de outras drogas.

Adverte o sociólogo: “É lamentável que 200 drogados morram a cada ano por *overdose*, mas o que pensar das 12 mil mortes por abuso de álcool?” (DUMAZEDIER, 1994, p.59).

Estimativas da ABEAD (Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Drogas) apontam que 75% dos acidentes fatais no Brasil estão relacionados com bebida alcoólica. Ainda no mesmo aspecto, a ABEDETRAN (Associação Brasileira de Departamentos de Trânsito) aponta que 61% das pessoas internadas ou mortas por acidentes de trânsito apresentam índices alcoólicos no sangue.

Em estudo que analisou a presença de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação, Pinsky e Silva (1995) destacaram que especialmente as propagandas de cerveja têm nos grupos específicos seu público-alvo, e, ao patrocinarem eventos esportivos ou *shows* musicais, dirigem-se aos jovens e passam uma falsa idéia de que o álcool é parte da boa vida. De acordo com as pesquisadoras, o embate entre associações civis¹ que pretendem a censura para a propaganda de álcool nos meios televisivos de um lado, e as indústrias de cervejas, de outro, suscitaram no meio acadêmico a produção de pesquisas referentes ao tema².

Percebe-se uma mensagem não verbalizada com relação ao uso das drogas lícitas e ilícitas, deixando uma noção de que o perigo reside nas drogas ilícitas: maconha, cocaína e *crack*, passando despercebidos ou camuflados, sob as mensagens da mídia, todos os prejuízos causados pelo álcool.

Com relação às distintas formas de tratamento que a sociedade tem para com o uso de álcool em comparação às outras drogas, Silveira (1996, p. 6) destaca a seguinte:

No ocidente, o álcool representa um fator de sociabilidade, mesmo em quantidades excessivas. A própria embriaguez constitui um modelo de conduta, ainda que às avessas; o excesso é uma infração às normas sociais, perfeitamente

¹ A ACCA (Aliança Cidadã pelo Controle do Álcool) é um exemplo de organização da sociedade civil que lidera uma campanha pela propaganda sem bebidas; já colheu mais de 600 mil assinaturas para propor mudanças na legislação brasileira.

² O estudo das referidas autoras oferece vasta revisão acerca do impacto das propagandas com bebidas em diferentes públicos, em especial no público jovem.

aceitável enquanto exceção que reforça a regra. Em contrapartida, o simples uso esporádico de cocaína tende a ser visto como uma transgressão, que coloca o problema do limite e da lei, deflagrando quase que uma imediata necessidade de readequar aquele indivíduo a uma determinada norma de comportamento.

Trazer à discussão a afirmação de Silveira não significa legitimar o uso de drogas ilícitas, mas sim ressaltar a distinção equivocada que a sociedade delega a cada uma das drogas, com uma tolerância cada vez maior ao uso do álcool e uma exacerbada intolerância ao uso das demais drogas ilícitas. Tornou-se praticamente normal, ou será cultural, que os jovens se embriaguem nos finais de semana? Que compreensão construiu a sociedade que legitima o uso de uma droga e proíbe o uso das demais, sendo que todas elas desenvolvem a curto, médio ou longo prazo conseqüências comportamentais, físicas e, portanto, de saúde do usuário?

Com relação à compreensão que a sociedade estabelece diante do uso de álcool, Silveira destaca:

O álcool, como substância psicoativa que pode engendrar um processo de dependência, pode ser categorizado como uma droga. No entanto, o *status* sociocultural do álcool é diferente: existe uma aculturação ancestral do produto, assim como de suas formas de consumo. A ambivalência da sociedade é nítida quando falamos de distintas substâncias psicoativas. (SILVEIRA, 1996, p.6).

Ainda sobre a permissividade que a sociedade delega ao álcool, Noto (2000, p.32) afirma que: “Um em cada três brasileiros prova álcool pela primeira vez na própria casa, quase sempre oferecido pelos pais [...] Isso acontece porque a sociedade não considera o álcool uma droga”.

Outro equívoco presente na sociedade se refere ao que chamam de porta de entrada para outras drogas. Segundo Noto (2000), por muito tempo o uso da maconha foi considerado o primeiro passo rumo a um caminho da dependência química; depois de experimentar a maconha, o indivíduo passaria a usar drogas cada vez mais pesadas e em maior quantidade. Os estudos demonstram que o problema começa de outra forma: no consumo exagerado de bebidas alcoólicas.

O uso de álcool, por vezes, contribui para o uso de drogas ilícitas como a maconha, cocaína e *crack*. Não necessariamente alguém que faça consumo de álcool fará uso de outras drogas, no entanto, o uso abusivo do álcool entre jovens pode colocá-los em situação de vulnerabilidade de experimentação de outras drogas. Nesse sentido, deve ser retomado o convite à reflexão trazido por Dumazedier, ao questionar a ênfase direcionada às drogas ilícitas, quando

os maiores prejuízos individuais e sociais estão diretamente relacionados às drogas lícitas, especialmente o álcool.

O perigo da construção de uma falsa noção do uso de álcool reside na idéia comumente transmitida de que possíveis ameaças à vida estão na maconha, cocaína ou *crack*, e o álcool pode ser livremente usado, pois se torna fácil controlar e administrar seu consumo, o que nem sempre é verdadeiro, pois, dependendo de uma série de fatores de ordem social, genética, orgânica que influenciarão nos padrões de uso, poderá instalar-se a dependência, uma vez que se trata de uma substância psicoativa, além de ser a droga que maiores danos tem causado ao homem e à sociedade contemporânea.

Para a OMS, o alcoolismo é uma das doenças que mais matam em todo o mundo. Como o presente estudo visa identificar padrões de uso de álcool vinculados à situação de lazer espetáculo futebolístico, não se prenderá às situações de dependência, uma vez que o uso esporádico pode provocar situações de risco, tanto individuais quanto sociais.

3.4 Sobre os efeitos do álcool

Embora o álcool seja uma substância socialmente aceita e em determinados contextos de uso amplamente estimulado, os efeitos provocados a curto, médio e longo prazos no usuário são bastante grandes, além de se considerarem também os prejuízos sociais que o uso abusivo provoca direta ou indiretamente aos demais.

O tipo de álcool que compõe as bebidas é o etanol, e a equivalência referente a uma dose é: uma latinha de cerveja (350ml) é igual a uma taça de vinho (120ml), que é igual a uma dose de uísque ou aguardente (40ml), sendo que duas ou mais dessas doses serão suficientes para provocar uma intoxicação por etanol, o que destitui a cerveja do caráter inofensivo pregado pela mídia e tido como verdadeiro pelo senso comum. De acordo com Martins (2006), a quantidade de álcool em cada uma das doses é a mesma, o que difere é o aumento do volume líquido no qual esse álcool é diluído, ou seja, ao compararmos uma dose de aguardente e uma dose de cerveja,

temos a mesma quantidade de teor alcoólico, mas na cerveja essa quantidade de álcool está misturada a uma maior quantidade de líquido.

No que tange aos efeitos individuais do uso do álcool, Kerr-Corrêa et al. (1999) afirmam que, considerando a equivalência que existe do teor alcoólico nas diferentes bebidas, os efeitos do álcool no sangue podem ser assim classificados:

0,04% equivale a um hábito alcoólico calmo, e deixa o consumidor ligeiramente alto; 0,06% julgamento prejudicado, cabeça leve, rosto vermelho, perda de controle sobre o comportamento, menor capacidade de processar informações. O consumidor encontra-se ligeiramente intoxicado; 0,10%-0,15% embriagado, comprometimento das atividades motoras, o andar é cambaleante e o indivíduo sente-se embriagado; 0,20%-0,25% alto risco de *blackout* (amnésia) e acidentes, o indivíduo sente-se péssimo; mais que 0,35% perda da consciência, risco de morte.

Observa-se, com essa classificação que avalia a porcentagem de álcool por litro de sangue, que não é preciso chegar a um alto grau de consumo de álcool para se colocar em situações de risco que podem ser sugeridas, por exemplo, a partir do momento em que o consumidor perde o poder de julgamento dos próprios atos. Outra importante ressalva é que não é necessário que se instale a dependência para que os prejuízos se apresentem, principalmente aqueles de ordem comportamental e social, como acidentes automobilísticos, brigas, situações de violência doméstica, entre tantos outros.

De acordo com Zaleski e Lemos (2004), os diversos estudos realizados na última década confirmam que, de todas as drogas depressoras, a mais utilizada com fins recreacionais é o álcool. “O jovem, em especial, busca no álcool seus efeitos iniciais, relacionados a uma desinibição comportamental, uma certa euforia que se manifesta pela descontração e extroversão, seguida por uma sensação de relaxamento” (ZALESKI; LEMOS, 2004, p.17).

Para os autores, o álcool possui um forte elemento socializador, no entanto, também estimula a impetuosidade e a agressividade, capazes de levar o jovem a assumir atitudes de risco sem a noção real da gravidade. Praticar sexo sem camisinha, dirigir alcoolizado e envolver-se em brigas são alguns dos exemplos mais comuns de incidentes efetuados sob o efeito do álcool.

Baltieri (2004, p.38) destaca algumas das reações físicas promovidas pelo uso de álcool:

Em função da grande aceitação social do uso de álcool etílico, a Intoxicação Alcoólica é a mais freqüente forma de transtorno mental associado ao consumo

de bebidas alcoólicas. O consumo excessivo de etanol pode causar euforia, diminuição de atenção, prejuízo do julgamento, irritabilidade, humor deprimido, labilidade emocional, lentificação psicomotora, sonolência, redução do nível de consciência e, eventualmente, coma.

Ainda neste sentido, ao focar a combinação de mudanças de ordem física e comportamental, Zalesky e Lemos (2004, p.18) apontam como resultado de uma intoxicação as seguintes características relacionadas às consequências sociais que tal comportamento pode provocar:

[...] a) alteração do humor (poderá variar da euforia até o desânimo e apatia, passando por comportamento inconveniente, irritabilidade e ou agressividade); b) aumento da sensação de autoconfiança; c) alteração da percepção do que está acontecendo ao seu redor, prejudicando a capacidade de julgamento; d) diminuição da atenção, dos reflexos e da capacidade motora; e) visão dupla; f) tontura e sonolência; g) náuseas e vômitos; h) coma, parada cardiorrespiratória e morte.

As características comportamentais ressaltadas como irritabilidade, agressividade, sensação de autoconfiança e alteração da percepção tornam-se elementos facilitadores de situações de violência, como, por exemplo, aquelas verificadas entre o público frequentador de estádios de futebol.

A violência física não é o único risco ao qual o jovem se expõe ao se encontrar sob o efeito do álcool; no entanto, afirmam Zalesky e Lemos (2004, p.18) que “[...] o álcool deixa o jovem mais exposto a acidentes, à violência e ao risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis”.

Ainda com respeito ao aumento dos riscos e os prejuízos sociais verificados em decorrência do uso de álcool, Carlini, Cotrim e Chasin (2002) realizaram estudo sobre as mortes violentas ocorridas na região metropolitana de São Paulo no ano de 1994. Os resultados apontaram que 50% dos atropelados, 60% dos afogados e 50% das vítimas de homicídios haviam ingerido altas doses de álcool.

Resultados semelhantes foram colhidos anteriormente em pesquisas conduzidas no Brasil: o álcool é responsável por cerca de 60% dos acidentes de trânsito e aparece em 70% dos laudos cadavéricos das mortes violentas (PINSKY; LARANJEIRA, 1998).

Entre as principais considerações que os estudiosos fazem acerca do álcool está a afirmação de que não há uso de álcool isento de riscos, e de acordo com Marques e Ribeiro (2002, p.34):

Evidências a partir de registros populacionais e revisões sistemáticas de estudos de corte e caso controle, mostram que qualquer dose de bebida alcoólica, por menor que seja, aumenta o risco de morte entre adolescentes e adultos jovens, numa relação dose dependente, ou seja, com o aumento da dose de bebida consumida, a mortalidade por todas as causas também aumenta entre os 16 e 34 anos de idade, tanto nas mulheres como nos homens.

Nesse sentido, Marques e Ribeiro (2002) advertem que as complicações advindas do consumo de álcool não estão necessariamente relacionadas ao seu uso crônico, uma vez que o uso esporádico pode provocar grandes danos individuais e sociais. Nesse aspecto, faz-se necessário compreender as alterações de humor, e conseqüentemente comportamentais, provocadas pelo uso do álcool que se verificam durante a resposta bifásica ao álcool.

Entre os efeitos ocasionados pelo uso do álcool está a reação bifásica, termo empregado para explicar as duas fases pelas quais o organismo passa quando da ingestão de bebidas alcoólicas. A Figura 1 avalia as sensações provocadas pela ingestão do álcool observando nos primeiros momentos reações de prazer e euforia que se seguem, depois de certa quantidade de álcool ingerida, de momentos de disforia e depressão, conforme demonstrado na Figura 1.

A primeira fase é caracterizada pelos efeitos prazerosos que o álcool provoca no organismo, desenvolvidas em ritmo crescente até atingir um pico, para em seguida decrescer nas referidas sensações de prazer, o “ponto de virada” onde se iniciam as sensações ruins. Quando o indivíduo já desenvolveu a tolerância pelo álcool, a passagem para a segunda fase acontece mais rapidamente. No segundo momento, o aumento da ingestão de bebida levará a uma diminuição dos efeitos de euforia e a um aumento dos efeitos depressivos. Pode-se ainda observar, na figura a seguir, que uma das noções do senso comum de que quanto mais álcool for ingerido maior será a sensação de prazer não se verifica realmente. Embora o álcool promova a falsa sensação de estimulante em suas doses iniciais, ele é sempre depressor; no entanto, a sensação depressora somente será sentida após a ingestão de algumas doses. As primeiras doses inibem a crítica, a capacidade de julgamento, fazendo com que o bebedor se sinta mais livre para falar o que desejar, agir de forma mais corajosa, violenta e perigosa. É nessa fase que podem surgir algumas

situações de violência, uma vez que a crítica e a capacidade de julgamento se tornam comprometidas ao mesmo tempo em que a coragem se torna exacerbada.

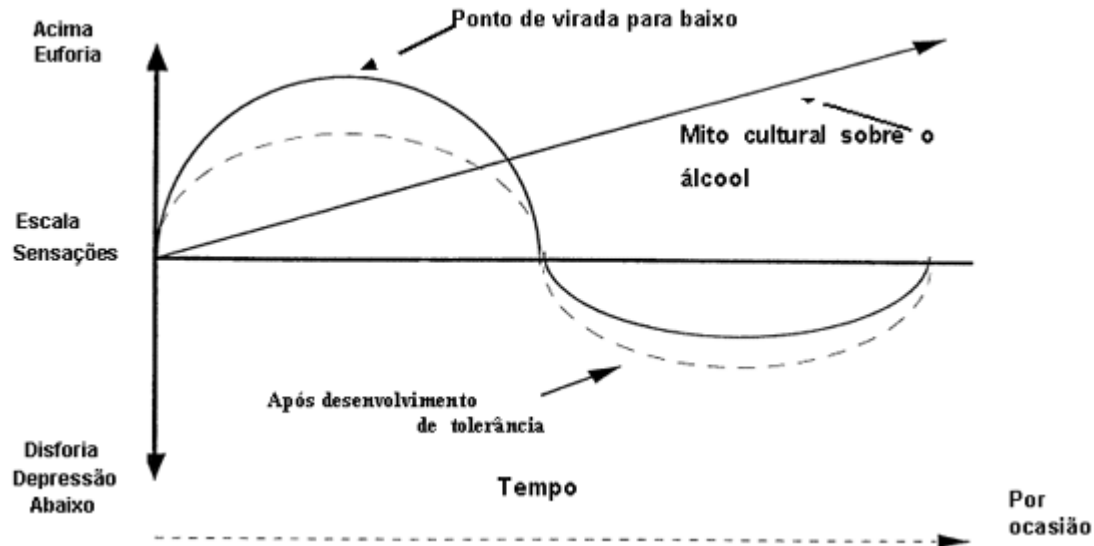


Figura 1 Fase bifásica do uso de álcool (DIMEFF et al., 2002)

Durante a primeira fase proporcionada pelo álcool, na qual os sentimentos de um modo geral são potencializados, é que se apresenta a possibilidade de envolvimento em brigas e conseqüentemente em violências não necessariamente previstas na situação de lazer à qual se está inserido.

No entanto, todos os danos elencados parecem permanecer escondidos por detrás da classificação lícita ilícita que a sociedade defende em seus discursos acerca do tema a partir da associação presente na qual lícito é seguro e inofensivo, enquanto o ilícito é perigoso.

Esta situação é denunciada por Noto et al. (2003, p.70):

De um lado a população recebe uma série de informações sobre a violência relacionada ao tráfico e sobre os “perigos das drogas” e, de outro, é alvo de sofisticadas propagandas para estímulo da venda de bebidas alcoólicas e de cigarro. Nesse contexto, esses grupos de “drogas”, semelhantes em vários aspectos farmacológicos, passam a ser encarados de modo distinto pela opinião pública, gerando posturas extremamente incoerentes sob a ótica da saúde.

O paradoxo apontado por Noto et al. (2003) pode também ser verificado de forma ainda mais gritante quando a transmissão dos principais campeonatos de futebol do país é patrocinada

pelas cervejarias, ou seja, por fabricantes de drogas que embora lícitas vêm causando inúmeros prejuízos sociais, além do que não partilham da mesma filosofia que pauta as práticas esportivas universais, tão estreitamente vinculadas à promoção de saúde.

A consequência da permissão de tais empresas patrocinando o esporte brasileiro reflete na quase que exclusividade de suas propagandas veiculadas durante a transmissão televisiva dos mais importantes campeonatos nacionais ou internacionais, desenvolvendo uma aproximação entre esporte e droga que pouco sentido faz na prática.

Tal paradoxo torna-se ainda maior se considerarmos a atual realidade, na qual a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol do estado de São Paulo se tornou realidade. Já que se trata de um produto de mercado cuja veiculação, comercialização e uso estão proibidos nos estádios, torna-se um contra-senso que esse mesmo produto patrocine as transmissões de espetáculos futebolísticos, fazendo-se tão fortemente presente e divulgado.

Trata-se, mais uma vez, de falta de direcionamento nas políticas, conjugada com ausência de critérios, rigor e coerência no que se refere a uma substância tão danosa em termos individuais e sociais, conforme o exposto.

Assim, ao pensar a questão do uso de drogas e os caminhos para a diminuição do consumo, o presente estudo destacou alguns pontos importantes a serem considerados: os impactos do uso do álcool entre a população jovem e os danos por ele provocados, tanto em termos individuais quanto sociais; a permissividade legitimada pela legalidade do uso e a permissividade consentida pela sociedade.

Acreditando que não haverá sociedade isenta da presença das drogas, considera este estudo que teremos de aprender a conviver com elas, o que torna imprescindível o esforço no caminho da conscientização da sociedade, pensando não haver outro caminho para o abrandamento do fenômeno que não seja o da prevenção direcionada a cada droga específica e a cada público particular. No que tange ao presente trabalho, a abordagem é do álcool e do grupo específico de usuários entre os jovens torcedores e freqüentadores de estádios de futebol.

A combinação que ocorre entre o uso de álcool e os efeitos que ele pode desencadear em um organismo, aliada aos reforços propiciados pela mídia com relação à massificação e banalização da violência, tornam-se fortes componentes geradores da violência nos estádios, embora não os únicos, se além desses também considerarmos outros de ordem social bastante significativos que reafirmam a complexidade do tema, como destaca Reis (2006c, p. 86):

[...] o alto índice de desemprego, o analfabetismo funcional e a baixa escolaridade, a pouca qualidade do ensino público gratuito, a precariedade do transporte público, a pouca oferta de lazer gratuito e de qualidade e a falta de condições de aquisição dos inúmeros bens de consumo propagandeados 24 horas por dia que associam o consumo com a beleza, a força, a vitalidade, a saúde e o poder.

Diante dos efeitos individuais e sociais provocados pelo uso de álcool, podemos facilmente avaliar suas proporções em grandes grupos, como no caso de grandes aglomerações do público jovem, em que se tornam potencializados quando da combinação com os demais fatores de ordem social mencionados pelos estudiosos do tema aqui citados, fatores esses que contribuem para a expressão da violência em público.

Não se trata de uma abordagem moralista do tema, tampouco de rotular o público jovem freqüentador dos referidos eventos de lazer, como o faz a mídia. O que se estuda são as conseqüências que o uso de álcool em determinadas proporções e situações pode provocar, principalmente em âmbito coletivo.

As conseqüências do uso de álcool anteriormente mencionadas se efetivarão, independentemente do grau de comprometimento que o indivíduo tenha com a bebida, pois para que a dependência se instale deverão ser levados em consideração fatores individuais conjugados com outros de ordem externa. Se os efeitos mencionados se referem ao uso esporádico e não se trata de um estudo voltado aos problemas provocados pela dependência, não importa por quanto tempo o indivíduo beba, e sim a quantidade de bebida ingerida em uma única ocasião, ou seja, seu padrão de uso.

O novo conceito de transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas rejeita a idéia da existência apenas do dependente e não-dependente. Existem, conforme apontamentos da OMS, padrões individuais de consumo que variam de intensidade ao longo de uma linha contínua denominados padrões de uso.

Não se trata de uma compreensão a partir da qual os danos referentes ao uso do álcool somente se verifiquem a partir da instalação da dependência, pois a partir do uso, mesmo que esporádico, grandes problemas individuais e sociais têm-se verificado.

Portanto, ao pensarmos em políticas públicas de prevenção, há que se ter em mente que não existe, como se pensou até pouco tempo, uma política de prevenção universal, que consiga atingir todos os usuários, de todos os padrões de uso, de todas as drogas, em todos os contextos.

Pensar políticas de prevenção requer que se eleja um foco específico a ser abordado: Qual droga? Quais usuários? Quais padrões de uso? Em quais contextos de uso?

Tais fatores devem ser considerados, pois para cada grupo distinto a droga tem uma representação, um significado, o que faz com que ela carregue em si diferentes símbolos, que necessitam ser desvendados e compreendidos, para então serem tratados.

O principal propósito da presente discussão não está na extinção das drogas da sociedade, uma vez que se considera impossível tal efetivação, no entanto, apresenta-se aqui a necessidade de busca por uma conscientização e um aprendizado de como conviver com tais problemas em sociedade amenizando ao máximo os impactos por eles causados.

O próximo capítulo do presente estudo aborda a temática do lazer vinculado à juventude a partir da visão do processo civilizador apresentada por Elias e Dunning (1992), tomando alguns de seus componentes históricos e estabelecendo forte vínculo entre a divisão das faixas etárias e a vivência das diferentes formas de lazer.

CAPÍTULO IV

Lazer e juventude: uma relação de busca do prazer

Alguns temas sociais, por conta de sua complexidade, revelam a possibilidade de abordagem por distintos aspectos e enfoques, devendo ser consideradas tanto as questões principais do problema quanto outras que por vezes se apresentam com caráter secundário, mas que de alguma forma também exercem sobre o fenômeno alguma influência.

As ciências humanas, ao se debruçarem sobre alguns temas sociais, para fins de estudo, fazem-no pelo enfoque psicológico, histórico, antropológico, filosófico, econômico ou sociológico, no entanto, tal fragmentação somente ocorre no nível dos estudos, uma vez que são inseparáveis e interdependentes.

Dessa forma, o enfoque dado aos estudos aqui desenvolvidos se encontra no campo sociológico, sem com isso perder de vista aspectos psicológicos, no âmbito dos domínios emocionais referentes à busca do prazer no lazer que recortam este ser social nas suas diversas manifestações individuais e coletivas.

A temática do lazer será aqui abordada com apoio na teoria sociológica do processo civilizador, apontado por estudiosos do tema, como um processo ainda em elaboração apresentado por Elias e Dunning (1992), que defendem a idéia de se estudar a sociedade tomando o homem integral, e não somente alguns aspectos particulares de sua vida. Para os referidos

sociólogos, a compartimentalização do homem em categorias como econômico, político e social somente pode ocorrer em termos de estudos, guardadas suas limitações.

Elegeu-se o lazer como objeto a partir do qual se buscará compreender determinadas manifestações do homem em sociedade por se entender que esse aspecto do cotidiano social constitui elemento de contribuição essencial para o estudo da vida humana em sociedade.

De acordo com Dunning (2003), o ponto principal dessa teoria é a existência de um processo “cego”, não planejado, com mudanças muitas vezes imprevisíveis que ocorrem a médio e longo prazo nas sociedades. Assim, afirma o autor com relação ao processo civilizador:

[...] processos cegos e não intencionais, produto da inter-relação de milhares de atos individuais, têm dominado, até agora, a história da humanidade, produzindo, desintencionadamente, não só avanços civilizadores, como o surgimento dos esportes modernos, senão também as guerras periódicas e crises econômicas, raciais/étnicas, sexistas, meio ambiente e de outro tipo. (DUNNING, 2003, p.280).

As relações e situações vividas em sociedade são frutos, muitas vezes não planejados, de ocorrências do passado que se foram configurando e perpetuando com o tempo, são seqüências ou a continuidade reelaborada de suas próprias decorrências não planejadas.

A partir do olhar do processo civilizador, este capítulo visa discutir algumas questões relativas às emoções vividas no campo do lazer, nas sociedades modernas, com ênfase no crescente consumo de álcool verificado na população jovem em situações de tempo livre, a partir de algumas aproximações entre juventude, lazer e a busca das emoções e as possíveis inter-relações propiciadas por alguns desdobramentos desses fenômenos sociais, que estão intimamente relacionados.

Embora o lazer também seja objeto de estudos e reflexões do campo da sociologia, este não tem recebido, por parte dos sociólogos, a devida atenção. Afirma Gutierrez (2001) que os estudos do lazer se encontram na semiclandestinidade no conjunto da produção teórica acumulada. Para o referido autor, a abordagem do lazer ocorreu nos clássicos da sociologia de forma indireta, especialmente por Marx, Weber e Durkheim. No mesmo sentido, Marcellino (1990) também alerta para as abordagens indiretas do lazer apresentadas pelo setor educacional.

Com relação às abordagens que os estudos da sociologia apresentam sobre o tema, Elias e Dunning (1992) ressaltam que os trabalhos desse campo do conhecimento têm-se restringido às suas áreas mais convencionais, e temas importantes como o lazer e o esporte ou ficam limitados a

uma abordagem indireta e por vezes incompleta, ou acabam sendo desenvolvidos por estudiosos de outras áreas que não a sociologia, área básica que poderia estar trazendo à luz do debate importantes contribuições para o estudo do esporte e do lazer.

Um fator que limita as discussões da área, conforme apontam Elias e Dunning (1992), é a escassez de diálogo entre as diferentes subáreas estudadas pela sociologia, deixando cada uma e seus pesquisadores em sua própria “torre de marfim”, caracterizadas pelo isolamento que proporcionam, inviabilizando a riqueza que permeia os diálogos e trocas, tão importantes para o avanço das ciências e da sociedade. Além disso, não consideram que problemas sociais não podem ser explorados nos limites fronteiriços de uma única especialidade.

Para os autores em questão, discutir o esporte, sem a devida contextualização e sem relacioná-lo aos demais aspectos da vida em sociedade, pode ocasionar ao pesquisador o risco de uma análise incompleta e superficial, pois ambos se encontram estreitamente vinculados.

A temática do lazer, quando abordada, é apresentada na perspectiva da dicotomia trabalho/lazer, semelhante ao que se observa na compreensão corpo/mente. Desta forma, o lazer é pautado pelo reducionismo ocidental, compreendido como algo não sério da vida, uma vez que não representa valor econômico. Sobre a situação levantada, observam Elias e Dunning (1992, p.16) que:

O abandono da sociologia do desporto tem sido uma das conseqüências dessa situação. Além do mais, a sociologia orientou-se para o campo restrito dos aspectos “sério” e “racional” da vida, o que teve como efeito que o divertimento, o prazer, o jogo, as emoções e as tendências “irracionais” e “inconscientes” do homem e da mulher tivessem merecido essa escassa atenção no âmbito da teoria e da investigação sociológicas.

Nesse sentido, os sociólogos em questão propõem desenvolver suas investigações rompendo as limitações impostas pela visão dicotômica, e, ao estudar temática referente ao lazer ou esportes e os seres humanos, defendem uma compreensão por meio da qual esses devam ser abordados de modo geral.

Afirmam Elias e Dunning (1992, p.49) que estudos do esporte que não sejam também estudos da sociedade representam análise desprovida de contexto, e destacam: “A relação entre o desenvolvimento da estrutura de poder inglesa e o desenvolvimento dos passatempos com características de desporto, no século XVIII, constitui um bom exemplo”. Essa relação

estabelecida entre as transformações ocorridas nos passatempos e o vínculo com o refinamento dos processos políticos e de conquista do poder serão abordados mais à frente neste capítulo.

Assim, as funções do lazer só podem ser compreendidas se forem consideradas em oposição ao trabalho, mas com suas rotinas de tempo livre referente tanto ao lazer como ao tempo livre de não-lazer, ou seja, se forem consideradas como parte constituinte de um todo indissociável, que se refere à vida humana em sociedade.

Observa-se nas discussões contemporâneas relacionadas às questões de trabalho e lazer que a vida no trabalho passa também a reger a vida fora do trabalho. Desse modo, Parker (1978) ressalta que devemos considerar tanto a cultura como o tipo de trabalho realizado para percebermos a importância do lazer na vida das pessoas.

A história do lazer encontra-se atrelada à história do trabalho; as atividades de tempo livre são compreendidas como atividades do tempo de não-trabalho, e o tipo de trabalho desenvolvido pelos homens incidirá, diretamente, no modo de vivência desse tempo de não-trabalho.

Ao estabelecer a relação entre trabalho e lazer, Friedmann (1983) ressalta que os trabalhadores buscam realizar no tempo livre aquilo que não realizam no tempo de trabalho, e toda sorte de insatisfações experimentadas na vida profissional de alguma forma exercerá influências na vivência do tempo livre. Para o autor, tal processo é facilmente compreensível, uma vez que não se verifica a fragmentação do humano, ou seja, o homem que trabalha é o mesmo que vivencia o lazer. Afirma ainda o autor que: “A insatisfação no trabalho, seja ela consciente ou não, exerce uma ação permanente e múltipla sobre a vida fora do trabalho” (p.169).

No mesmo sentido, a idéia é também defendida por Bosi, para quem a indissociabilidade das relações entre trabalho e lazer finda por provocar vivências alienadas. Argumenta a autora: “[...] se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de se esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios de outro” (BOSI, 1978, p.76).

Tanto Bosi (1978) quanto Friedmann (1983) observam a transferência de situações alienantes vivenciadas em um domínio da vida provocando reflexos em demais setores, o que permite afirmar que, na atual sociedade capitalista, o modelo de trabalho alienado gera, conseqüentemente, a possibilidade de vivência de lazeres alienados.

4.1 Lazer e Processo Civilizador

Os estudos do lazer são marcados pela discussão de duas vertentes que regem as principais formulações conceituais do termo – tempo e atitude. Esses dois aspectos do lazer poderão ser encontrados nas diferentes conceituações do termo, promovendo grandes polêmicas geradoras de produtivas discussões entre seus estudiosos³. Entre estes, pode ser destacado um conceito bastante abrangente e elucidativo do termo lazer, apresentado por Dumazedier, sociólogo que aprofundou suas reflexões acerca desse fenômeno social e assim o conceitua como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1980, p.19).

Cabe também ressaltar o entendimento de lazer apresentado por Marcellino (1990, p.31), para quem lazer é: “cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada, praticada e fruída no tempo disponível”. Esse autor explica que a preferência pelo termo tempo disponível se deve ao fato de não haver, na sociedade, um tempo livre, pois segundo ele nenhum tempo poderá ser considerado livre de coações ou normas de conduta social.

A questão tempo não será tratada de modo aprofundado no presente estudo; optou-se pelas afirmações apresentadas por Marcellino (1990), considerando que o tempo não empregado nas obrigações de trabalho acaba por ser dividido com outras obrigações e outros afazeres, para somente após o cumprimento dessas outras obrigações se efetivar, realmente, um tempo destinado à vivência do lazer.

Com relação a essas atividades de lazer vivenciadas no tempo disponível às quais se refere Marcellino (1990), verifica-se que são classificadas por Elias e Dunning (1992, p.70-71) como atividades miméticas:

³ Entre os estudiosos do tema, destacam-se os trabalhos de Riesman (1971), Dumazedier (1980), Requiya (1980), Friedmann (1983), Gaelzer (1986), Bacal (1988), Marcellino (1990), Padilha (2000), entre outros.

[...] muitas ocupações de lazer fornecem um quadro imaginário que se destina a autorizar o excitamento, ao representar, de alguma forma, o que tem origem em muitas situações da vida real, embora sem os seus perigos e riscos. Filmes, danças, pinturas, jogos de cartas, corridas de cavalos, óperas, histórias policiais e jogos de futebol – estas e muitas outras atividades de lazer pertencem a esta categoria.

Para os estudiosos mencionados, os sentimentos que são provocados durante esse tipo de atividade de lazer são muito parecidos com aqueles vividos em situações da realidade do dia-a-dia das pessoas. Essas são atividades que possibilitam uma vivência permitida, autorizada das emoções reprimidas, muito próximas daquelas presentes no cotidiano, porém sem que se tenha de estar exposto aos riscos e ameaças possíveis da vida real. Desse modo, as atividades de lazer situadas na categoria de atividades miméticas representam a vivência das emoções, ao mesmo tempo em que, até certo grau, com possibilidades de proteção daquele que a vivencia.

Ainda para Dumazedier (1980), poderá haver diferentes interesses pelo lazer, classificados como físico-esportivos, culturais, artísticos, manuais, sociais e intelectuais.

Apesar da diversidade de interesses conferida ao lazer, o presente estudo restringirá suas discussões nos interesses físico-esportivos referentes à modalidade esportiva aqui enfocada, além dos interesses sociais, caracterizados pelos encontros humanos, com ênfase no consumo da espetacularização do futebol.

Uma das principais características que acompanha o lazer se refere ao fato de que este apresenta como peculiaridade a busca do prazer e espontaneidade, devendo ser praticado em um tempo disponível, e ainda proporcionar um descanso mental ou físico, o divertimento e também o desenvolvimento humano.

Entretanto, se existe a tendência de se reproduzir, no tempo de lazer, o mesmo processo vivido no tempo de trabalho, conforme mencionado anteriormente, se pode verificar uma forte tendência da existência de um lazer consumista, uma vez que a atual sociedade capitalista valoriza a produção e o consumo dos bens, mercadorias ou entretenimento, destituindo de sentido a vivência do tempo livre.

Neste aspecto, Gutierrez (2001, p.30) baseia-se na compreensão marxiana, elegendo as relações de produção das condições materiais de sobrevivência em sociedade ao afirmar:

Na sociedade contemporânea capitalista e industrializada é de se prever que as atividades de lazer sejam condizentes com o desenvolvimento das forças

produtivas e a inserção de classe dos elementos observados. Nesse sentido, o desaparecimento de práticas tradicionais de entretenimento, substituídas por formas de lazer fetichizado e mediadas pelo mercado, é perfeitamente coerente com a evolução do capitalismo, sua expansão e o acirramento das contradições.

O processo de espetacularização sofrido pelo futebol consegue ilustrar a preocupação explicitada. Reis e Escher (2006) defendem que, a partir da década de 1950, com a chegada da televisão ao Brasil, é que ocorreu o início desse processo, mediante a massificação e popularização do esporte.

As inúmeras transformações no uso do tempo, tanto no nível social quanto no nível físico do universo, representam um meio regulador da conduta humana. De acordo com Elias e Dunning (1992), antes do século XVIII a luta pelo poder era marcada primeiramente pela violência, e posteriormente pelas vinganças e perseguições entre grupos rivais que se alternavam no poder.

Verificam os sociólogos que, embora até então uma das fortes características do desporto fosse a violência, a partir do século XVIII ocorre uma certa moderação nos passatempos, principalmente naqueles vividos pelas classes inglesas mais altas.

Ao afirmar que o regime parlamentar vivido na Inglaterra apresenta uma aproximação nada acidental com os jogos desportivos, Elias e Dunning (1992, p.51) ressaltam:

Um tipo específico de atividades de lazer, como, por exemplo, a caça, o boxe, a corrida e alguns outros jogos de bola, assumiu as características de desporto e, de fato, foi designado por desporto pela primeira vez na Inglaterra, durante o século XVIII, isto é, no mesmo período em que as antigas assembleias de estado, a Câmara de Lordes e a Câmara de Comuns, representando camadas da sociedade restritas e privilegiadas, constituíram a principal área de confronto onde se determinou quem deveria formar governo. Entre as principais necessidades do regime parlamentar, tal como esse emergiu no decurso do século XVIII, encontra-se a capacidade de uma facção ou partido no governo dominar os seus adversários através de um cargo público sem usar a violência, desde que as regras do jogo parlamentar assim o exigissem, como sucede no caso de uma importante votação no Parlamento ou uma eleição na sociedade serem contra isso. Essa regra básica só tinha oportunidade de ser respeitada enquanto a hostilidade e o ódio dos grupos oponentes no país e dos seus representantes no Parlamento não se aproximassem ou transgredissem os limiares de violência.

Com o passar do tempo e a perda da desconfiança mútua, os grupos desistiram das violências e começaram a desenvolver novas competências, técnicas e estratégias que passaram a

ser exigidas para um confronto não violento. Técnicas militares dão lugar a técnicas verbais, como retórica e persuasão, exigindo maior contenção geral. Esse fato marcou o início de um processo de mudança na civilização. Uma maior sensibilidade quanto ao uso da violência exigiu mudanças nos hábitos sociais dos indivíduos, compreendendo seus divertimentos, ou seja, sua vivência no lazer.

Nesse contexto, vai configurando-se um processo civilizador defendido por Elias e Dunning (1992) a partir de um aumento do controle social e do autodomínio das emoções em público. Para os autores, os principais elementos de constituição desse processo de civilização são: a formação do Estado, ou o aumento da centralização política administrativa, a elaboração e o refinamento das condutas e dos padrões sociais e um aumento da pressão social sobre as pessoas.

Nas sociedades modernas, industrializadas, o trabalho é apenas uma das esferas que exigem subordinação regular e equilibrada dos sentimentos pessoais, e “este manto de restrições”, como denominam Elias e Dunning (1992), é estendido às atividades de tempo livre, aliás, não somente a essas, mas a todas as atividades da esfera social do indivíduo.

Com respeito às restrições que a vida em sociedade impõe, Gutierrez (2001) destaca a presença de exigências e o sacrifício dos instintos, que, paradoxalmente, possibilitam o prolongamento da vida humana através da inserção social, ou seja, por meio de um controle e uma limitação do prazer que desencadearam tendências de neurotização desse ser social.

No processo civilizador, o controle social modera as relações humanas, reduzindo o campo das explosões apaixonadas de excitação espontânea, e as restrições emocionais figuram desde o campo profissional até o campo pessoal. Assim, é durante as atividades de lazer que a sociedade satisfaz a necessidade de experimentar em público a explosão de fortes emoções, no entanto, desde que essas sejam de um tipo que não perturbe, nem coloque em risco a ordem da vida social. “Os excessos das explosões fortes e apaixonadas foram amortecidos por restrições embutidas conservadas pelo controle social, que, em parte, são incrustadas de modo tão profundo que não podem ser abaladas” (ELIAS; DUNNING, 1992, p.112).

Portanto, nas sociedades altamente industrializadas, a interiorização do autocontrole é mais forte e resulta na armadura do autodomínio atuando em todas as esferas da vida; assim, para os adultos dessas sociedades, a auto-restrição e o não agir de acordo com os próprios sentimentos chegam a parecer normal, tornando-se um comportamento automatizado. Somente são permitidos

alguns traços de expressão das emoções durante as atividades de lazer, embora ainda nestas exista o mesmo controle sobre a expressão emocional. Dunning (2003) afirma que por meio da vivência do lazer podemos experimentar um descontrole controlado das emoções; observa-se tal controle presente nas atividades rotineiras, também podendo ser encontrado nas atividades de lazer, porém, de uma forma que permite certa expressão destas, desde que de forma ainda socialmente aceita. Afirmam Elias e Dunning (1992, p.115) que: “A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer, representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas ‘racional da vida’”.

Embora de modo controlado, ainda que em menor intensidade que nas demais esferas da vida, o lazer oferece a possibilidade de extravasamento das emoções, entretanto, pelo grau de opressão que estas sofrem na vida rotineira, acaba ocorrendo, por vezes, uma vazão mais intensa dessas reprimidas emoções, especialmente nos momentos de lazer.

Um dos principais traços que caracterizam uma situação ou atividade de lazer se refere à excitação que essa atividade ou situação proporciona naquele que a vivencia, normalmente distinta daquelas sentidas rotineiramente. Assim, para aquele que busca a vivência do lazer, fica implícita a busca da quebra da rotina por meio de atividades prazerosas que proporcionem excitação agradável.

Gutierrez (2001, p.7) ressalta a predominância da busca do prazer nas situações de lazer, e compreende o lazer como “[...] atividade não obrigatória de busca pessoal do prazer, no tempo livre”. A partir do conceito defendido pelo autor, o prazer apresenta-se como elemento básico na questão do lazer; embora essa vivência não dê garantias de consumação do prazer, o lazer representa importante oportunidade de que esse se verifique. Assim, mesmo existindo, durante as atividades de lazer, a busca pelo prazer, o primeiro não garante a consumação do segundo, pois essa sensação poderá ou não se verificar de fato. Para Elias e Dunning (1992, p.116), “[...] a excitação é, por assim dizer, o condimento de todas as satisfações próprias dos divertimentos”.

Nesse sentido, acrescenta Gutierrez (2001, p.62), como um dos grandes dilemas das ciências sociais, o fato de que: “[...] o ser humano é racional e procura racionalmente o prazer e a emoção, ao mesmo tempo em que vivenciar prazer e emoção é algo muito pouco suscetível de racionalização”.

Novamente aqui pode ser observada a dificuldade que permeia os estudos do lazer, pois a intrínseca relação existente entre lazer e suas possibilidades de busca de excitação e prazer defronta-se com o fato de o problema ultrapassar as fronteiras das diversas ciências. Conforme Elias e Dunning (1992, p.117-118):

O problema possui os seus aspectos fisiológico, psicológico e sociológico. Mas, embora estas distinções sejam suficientemente reais em termos de limites disciplinares atuais, elas andam, com frequência, associadas à ilusão de que o objeto de cada uma destas disciplinas possui uma existência separada. Em termos da realidade que definimos com a finalidade de a explorar, as áreas com as quais estas três especialidades estão envolvidas, ainda que distintas, são inseparáveis e interdependentes. Todas estão relacionadas com os seres humanos e estes não são constituídos por compartimentos estanques e independentes. O que foi separado para efeitos de estudo, deve ser reunido de novo para o mesmo fim.

Com relação aos aspectos fisiológicos, Elias e Dunning (1992) apontam para as pesquisas e os estudos desenvolvidos com ênfase nas excitações desagradáveis que frequentemente visitam o cotidiano dos homens, como fome, medo, raiva, buscando-se verificar estruturas orgânicas e as possibilidades de correspondência das reações nelas desencadeadas.

No que tange aos aspectos psicológicos, os referidos autores destacam pesquisas desenvolvidas com crianças ainda muito novas sobre as quais foram analisadas as agradáveis sensações que os movimentos ritmados, comumente utilizados para embalar o sono dos bebês, por exemplo, podem provocar. Nesse campo, conforme explicitam Elias e Dunning, as contribuições da ciência são bem restritas, podendo o mesmo ser também concluído com relação aos aspectos sociológicos do lazer.

Argumentam os estudiosos do tema ser difícil crer na possibilidade de desenvolvimento de uma adequada teoria do lazer sem prestar atenção aos aspectos agradáveis proporcionados por tais atividades. Pautados em Aristóteles, afirmam ser o prazer um ingrediente necessário às ocupações de lazer, sem se esquecer, no entanto, os tabus e preconceitos que a questão encerra. Nesse sentido, para além da dimensão individual, marcada pelo aspecto fisiológico, o prazer comporta uma carga de cultura que influenciará fortemente as escolhas de lazer.

Segundo Gutierrez (2001, p.14):

Há uma dimensão evidente de prazer, comum a todos os mamíferos, na qual se destacam as práticas reprodutivas, alimentares e o conforto com o próprio corpo.

Porém, se tentarmos transcender esta dimensão especificamente fisiológica, vamos cair num campo muito mais complexo, o campo da cultura, das relações construídas pelos próprios homens e mulheres, relações estas que os antecederam desde a perspectiva individual e que evoluem e se transformam num sentido difícil de perceber claramente.

Embora considerando e valorizando seriamente o aspecto cultural que interfere nas questões do binômio lazer/prazer, Gutierrez argumenta:

Se, por um lado, a questão do prazer é definida socialmente por meio da inserção do ator na cultura, por outro lado, ela possui uma dimensão absolutamente individual, já que a decodificação pessoal desta cultura e a expectativa do que pode vir a proporcionar prazer são determinadas subjetivamente num campo em que se cruzam a herança genética, o agente transformado em sujeito social pela adição de um sentido às ações que determinam a própria existência e a inevitável e sempre presente esfera orgânica. (GUTIERREZ, 2001, p.14).

Para além das interferências culturais, tanto quanto aspectos fisiológicos e psicológicos, há que se considerar essencialmente a subjetividade e a individualidade de cada ser para que se possa pensar em compreender os mecanismos de busca do prazer.

Com relação aos aspectos culturais e os costumes que marcaram os povos durante seu processo histórico, vimos no capítulo referente ao uso de drogas, por exemplo, que aquelas drogas que foram, em dada época da história da humanidade, compreendidas como perigosas, e portanto proibidas, em outros momentos passaram a ser livremente utilizadas e comercializadas. O exemplo mencionado ilustra bem as interferências que se dão nos costumes dos povos, de tempos em tempos. Aquilo que é tido por lícito, em determinada época, é tido como ilícito em outra época em dados contextos sociogeográficos, o que de forma direta ou indireta irá influenciar nas escolhas e vivências do prazer em público.

De acordo com Gutierrez:

Há uma contradição, que muito dificilmente pode ser resolvida, entre a busca individual da felicidade e a inserção, necessária e útil à sobrevivência, no contexto social [...] o homem e seu meio constituem, então, uma relação tensa e contraditória, na qual a realização do princípio do prazer termina subordinada às exigências da convivência em comunidade como alternativa inevitável para a sobrevivência. (GUTIERREZ, 2001, p.19).

Muito embora a busca pelo prazer seja característica inerente às situações de lazer, outros fatores interferem diretamente nesse processo, pois, conforme anteriormente assinalado, não há como fragmentar o ser humano nas distintas áreas da vida, uma vez que questões de ordem social, familiar, profissional, política, religiosa, pessoal, entre outras, compõem o mesmo ser.

É nesse contexto que o processo civilizador defendido por Elias e Dunning poderá ser verificado, quando os autores apontam as formas crescentes de controle sobre a natureza e sobre a sociedade, as quais denominam democratização funcional:

[...] “democratização funcional” a elaboração e o refinamento das condutas e dos padrões sociais; um aumento concomitante da pressão social sobre as pessoas para exercerem o autocontrole na sexualidade, agressão, emoções de um modo geral e, cada vez mais, na área das relações sociais; e, a nível da personalidade, um aumento da importância da consciência como reguladora do comportamento. (ELIAS; DUNNING, 1992, p.30).

Para os sociólogos estudados, todas as formas de controle registradas nas sociedades modernas são interdependentes. Asseguram ainda que, quanto maior for o nível de controle social exercido, maiores serão as necessidades de extravasamento dos sentimentos reprimidos; a falta de emoções e a rotina produzem certa necessidade de se exprimir em outros segmentos sociais, como, por exemplo, o esporte. Nesse aspecto, Elias e Dunning (p.68) destacam: “[...] a contenção de sentimentos fortes, no sentido de alguém preservar um controle regular firme e completo dos impulsos, afetos e emoções é um fator de origem de novas tensões”.

Essas novas tensões, desenvolvidas como resultantes dos controles sociais sofridos nas sociedades modernas, principalmente no âmbito profissional, serão, de alguma maneira, compensados no tempo de não-trabalho, conforme defendem:

[...] as atividades de lazer destinam-se a apelar diretamente para os sentimentos das pessoas e animá-las, ainda que segundo maneiras e graus variados. Enquanto a excitação é bastante reprimida na ocupação daquilo que se encara habitualmente como as atividades sérias da vida – exceto a excitação sexual, que está mais estritamente confinada à privacidade –, muitas ocupações de lazer fornecem um quadro imaginário que se destina a autorizar o excitamento, ao representar, de alguma forma, o que tem origem em muitas situações da vida real, embora sem os seus perigos e riscos. (ELIAS; DUNNING, 1992, p.70).

Assim, muitas formas de lazer, e entre essas destaca-se o esporte, seja na forma da prática ou da assistência, caracterizam-se como meios de se produzir um descontrolo de emoções agradável e controlado.

Conforme estudos apresentados por Reis (2006a), essa constatação também poderá ser verificada quando se tratar, por exemplo, da participação do espectador de futebol analisada pela teoria do processo civilizador e as cenas de violência por esses protagonizadas.

No entanto, surge aqui a indagação: qual é a função que o uso de bebidas alcoólicas desenvolve nesse contexto?

Ao discutir o futebol como preferência no fenômeno esportivo mundial, Reis (2006b) busca explicar a paixão que essa modalidade desperta, especialmente no público jovem masculino. Baseada em estudos da sociologia do esporte, com ênfase no espetáculo futebolístico, a pesquisadora afirma que várias características que formatam essa modalidade esportiva são motivos de excitação no espectador – as medidas do campo e do gol, o número de jogadores, os dribles, as jogadas, enfim, toda a composição desse esporte por si só desperta excitação.

Entretanto, ao levantar questionamentos acerca da necessidade da busca desse tipo de prazer na sociedade moderna, Reis (2006b, p.8) procura respostas no processo civilizador e explica que:

[...] os indivíduos foram criando uma espécie de autocontrole da expressão de seus sentimentos em público. Isto tem diferentes níveis se compararmos distintas sociedades. Mas algo parece semelhante em quase todas, a seriedade verificada no mundo do trabalho. O trabalho exigiu das pessoas seriedade, autocontrole e disciplina. Todas essas exigências são relaxadas nas atividades de lazer como é o caso do espetáculo futebolístico. Sendo dessa forma, o futebol é uma possibilidade de vivência controlada de descontroles (expressão de emoções em público), e a castração das emoções no ambiente de trabalho fez com que os indivíduos passassem a ter uma necessidade da busca de atividades miméticas como é o caso do espetáculo esportivo.

O desenvolvimento da sociedade moderna e as formas de controle por ela imposta ocasionaram certa monotonia, da qual os indivíduos buscam fugir através da vivência do lazer. Nesse sentido, as atividades miméticas apresentadas por Elias e Dunning (1992) são de grande importância, pois consistem na possibilidade de expressão das emoções, fazendo um contraponto à rotina e esterilidade emocional, além ainda, de contar com a aprovação da sociedade.

Desse modo, a assistência ao espetáculo esportivo tornou-se, nos últimos tempos, uma das formas de lazer que mais adeptos aglutinou.

4.2 Lazer e juventude

Pensar a juventude remete à idéia de um tempo permitido de se viver essa importante fase da vida, de modo estreitamente atrelado à possibilidade de desfrutar o tempo livre por meio do qual essa parcela da população vivencia suas relações, seus costumes e desejos, representados pelo tempo de lazer, dois temas atuais que aqui se entrelaçam.

Sobre a visão antes explicitada, Margulis (2001, p.44) denuncia certo ranço romântico que a mídia, por vezes, apresenta acerca do jovem:

[...] a imagem do jovem legítimo que a *mass-média* tem imposto como portadora dos símbolos da juventude: bela, alegre, despreocupada, desportiva e saudável, vestindo as roupas da moda e vivendo romances e aventuras amorosas, alheia à falta de dinheiro, ao rigor cotidiano do trabalho ou às exigências do lar.

Um dos elementos que motivam tal idéia acerca da juventude está relacionado à moratória vital e social, defendida por Margulis e Urresti (1998, p.20), tese já discutida no primeiro capítulo, na qual reside a idéia de um capital temporal, ou seja, a legitimação de um tempo de vida para o qual a morte se encontra distante, dando a sensação de imortalidade, que justifica os comportamentos de risco vividos pela juventude, desafios e exposição ao perigo. Já a moratória social se refere ao tempo permitido para a formação profissional e conseqüente ingresso no mercado de trabalho.

Esse tempo socialmente permitido à juventude confere a ela a possibilidade de vivenciar o lazer numa intensidade e quantidade maiores que a do indivíduo que já tenha se inserido no mercado de trabalho, e, portanto, com seu tempo mais voltado às obrigações profissionais. Entretanto, reside nessa compreensão um paradoxo, uma vez que a maioria das atividades de lazer contemporâneas demanda gastos, quer seja na aquisição de bens de consumo, ingressos para *shows*, eventos esportivos, viagens, quer seja no consumo de comidas e bebidas.

Ao destacar o tempo livre dos jovens como momento possível das próprias normas e expressões culturais que os diferenciam do mundo adulto, Brenner, Dayrell e Carrano (2004, p.1) ressaltam que:

No contexto de menor controle das gerações adultas os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis. Não é incomum que a sociedade enxergue nessas culturas traços de marginalidade quando essas fogem ao social e culturalmente esperado pela “adulter” dominante de determinada época histórica ou pelos valores de determinadas comunidades de referência.

O traço de marginalidade que o senso comum atribui à juventude em situações de lazer, conforme destacado pelos autores antes mencionados, encontra-se bastante presente nos discursos que a mídia veicula sobre as torcidas organizadas de futebol, preconceito e estigmatização fortemente sofridos por esses grupos organizados de jovens que têm como identidade primeira que os aproxima a paixão pelo esporte, e mais especificamente por determinada agremiação futebolística.

Essa visão do adulto sobre as manifestações de lazer da juventude é observada nas diversas formas de expressão da vivência do lazer do jovem, com destaque para as torcidas organizadas no mundo do futebol, sobre as quais o ranço moralista se encontra bastante presente, uma vez que elas são constituídas, em sua grande maioria, por um público jovem e do sexo masculino, oriundo das camadas de menor poder aquisitivo da sociedade.

A compreensão acerca de um tempo livre visto como um tempo prejudicial ao ser humano, a partir de um entendimento no qual a ociosidade é perigosa ao homem, vincula-se tanto a questões de controle sobre o homem, quanto às questões do capitalismo, legitimando a idéia de que por meio de sua capacidade de trabalho o homem se torna valorizado na sociedade.

Essa compreensão presente na sociedade pode ser também verificada na afirmação de Brenner, Dayrell e Carrano (2004, p.1):

A busca do controle dos lazeres juvenis faz parte da história de Estados e organizações sociais preocupados com o que comumente foi e ainda é considerado como tempo social potencialmente negativo e, em geral pensado em oposição ao trabalho, este entendido como tempo de positividade, naquilo que se refere à formação humana.

Embora no princípio da história da humanidade o trabalho fosse concebido como uma maldição e um castigo divino, conforme destacado por Chauí (1999, p.11):

A idéia do trabalho como desonra e degradação, não é exclusiva da tradição judaico-cristã. Esta idéia passa por todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas como efeito de um crime cuja punição será a necessidade de trabalhar para viver, e no decorrer do desenvolvimento das sociedades este trabalho passa a ser considerado exatamente o seu oposto.

Com o advento do capitalismo e as necessidades de produção e consumo, o trabalho passa a ser uma virtude de grande importância entre aquelas exercidas pelo homem, passando do *status* de castigo divino a oportunidade libertadora do homem.

Ao analisar a obra de Weber, Chauí (idem, p.15) defende que:

Essa mudança na percepção do trabalho e no novo lugar que passa a ocupar na sociedade, julga Weber, teria não só coincido com o advento do capitalismo, mas teria sido decisiva para a construção da racionalidade capitalista ocidental moderna, dando ao ócio um aspecto mais terrível do que tivera até então.

O lazer, fenômeno social fortalecido pela era industrial, vem sendo compreendido apenas como uma oportunidade de recuperação da força de trabalho, visto como uma possibilidade de compensar a alienação do primeiro, o que não impossibilita, da mesma forma, a alienação do segundo, uma vez que ambos se situam na mesma sociedade promotora dos mesmos modelos de relações, de produção, exploração e exclusão.

Nesse aspecto, a alienação de um gera a vivência alienante do outro, afinal, numa sociedade em que os escassos postos de trabalho se referem ao subemprego, altos índices de desemprego e a funções de estrutura alienante, não é de estranhar que os lazers caminhem na mesma direção... da alienação marcada por um consumo acrítico.

Nesse sentido, o uso de álcool pode situar-se em dois extremos: por um lado, o atual estado do consumo de bebidas entre o público jovem reflete uma possibilidade de denúncia, ou um modo de declarar que algo na atual sociedade não está bem, tornando-se, de algum modo, uma forma de expressão e, portanto, não considerada alienante; por outro lado, o consumo excessivo de álcool tem condições de tornar o homem alienado.

Entre as inúmeras vivências, destaca-se neste estudo aquelas que se reportam ao uso abusivo de bebidas alcoólicas assim consideradas, uma vez que o uso abusivo do álcool retira

daquele que o consome a possibilidade de crítica sobre ações exteriores como também sobre suas próprias atitudes. Essa situação torna-se potencializada quando o consumo excessivo se dá em meio às grandes massas, como, por exemplo, entre torcedores de clubes esportivos.

4.3 O risco da droga, ou a droga do risco?

Os estudos da sociologia desenvolvidos por Dumazedier (1994) demonstraram ser bem contundente a crítica dirigida aos usos e usuários de drogas ilícitas. Esses têm na mídia uma exposição dramática e espetacular; em contrapartida, as drogas lícitas, como o tabaco e o álcool, por exemplo, contam com maior indulgência e tolerância.

Encontra-se deflagrada aqui uma compreensão distorcida que o senso comum formulou a respeito das drogas e que conta ainda com o sensacionalismo promovido pela mídia, que contribui para a formação de uma compreensão mais indulgente para o álcool e o tabaco e um olhar mais severo para as demais drogas.

Para La Mendola (1999), a temática do uso de drogas exige uma reflexão aprofundada e criteriosa, e destaca: “Um fenômeno social complexo que mostra sinais contraditórios, considerando o aumento da disponibilidade à embriaguez e ao uso daquela que geralmente é chamada de ‘droga leve’ e a redução no uso de tabaco [...]”. Acredita ainda o autor que, para uma interpretação do uso e abuso das substâncias, assim como a mais ampla compreensão do comportamento dos usuários, seria aconselhável procurar fazê-lo dentro de uma análise mais ampla.

Embora não exista um consenso na conceituação das drogas, no que diz respeito ao aspecto drogas leves e pesadas, estudos têm apresentado distinções entre usos leves e pesados, uma vez que é a relação que o usuário estabelece com a substância que poderá apontar para essa avaliação, que apresenta, portanto, caráter individual. Mais uma vez aqui se observa a mudança de foco da droga, objeto inanimado, para o sujeito, responsável pela ação.

Alguns autores apontam as práticas e vivências do lazer como espaço mais propício para o uso de drogas lícitas ou ilícitas, uma vez que essas atividades apresentam como fator essencial

a quebra da rotina, ou, de acordo com Elias e Dunning (1992, p.69), a possibilidade de um descontrole controlado das emoções.

Os autores em questão afirmam que “[...] a contenção de sentimentos fortes, no sentido de alguém preservar um controle regular firme e completo dos impulsos, afetos e emoções, é um fator de origem de novas tensões”.

Nesse sentido, os controles desenvolvidos nas sociedades modernas, que provocam por um lado certa restrição da demonstração de sentimentos, podem provocar, por outro lado, a busca por válvulas de escape para a livre expressão dessas mesmas emoções reprimidas. Para tal o álcool acaba sendo um instrumento que viabiliza tais manifestações devido às possibilidades de desinibição e liberação das amarras sociais que provoca naquele que o consome, conforme discussão acerca dos efeitos bifásicos anteriormente apresentados.

Entre as situações de uso de substâncias lícitas ou ilícitas, verifica-se que, na maioria dos casos, o início do consumo se dá no tempo de lazer, uma vez que este representa um tempo e espaço mais liberado do controle e das regras sociais, portanto mais permissivo. Apontamentos de Schivoletto e Morishisa (2001, p.30) também sugerem que o uso de drogas se faz durante o tempo destinado ao lazer: “[...] estudos desenvolvidos em todo o mundo indicam que 50% a 80% das crianças em idade escolar usam drogas lícitas ou ilícitas com propósitos recreacionais”.

Dentro ainda da mesma relação que vincula o uso de substâncias às situações de lazer, Elias e Dunning (1992) as denominam “comunidades de *loisir*”, por seus autores apresentarem maior afetividade, diferente daquela vivenciada no cotidiano, sendo, conforme os autores, o combustível mais comum dessas reuniões, de norma, o consumo de álcool.

Aprofundando-se nos estudos do lazer, Marcellino (1996, p. 52) solicita atenção ao que se chama de “valores destrutivos do lazer”, caracterizados por atitudes desenvolvidas no tempo disponível que apresentam aspectos patológicos. Considerando aspectos moralistas, preconceituosos e ideológicos que envolvem essas classificações, o autor chama a atenção para as atitudes de lazer que não são desejáveis por chocar-se com os valores do desenvolvimento humano, colocando em risco a qualidade de vida do indivíduo, sua própria vida e a vida alheia. Para ilustrar tal afirmação, Marcellino (1996) menciona os rachas de carros e motos, fortes exemplos de atitudes destrutivas de lazer, que representam para ele a característica de um sintoma de que algo nesta sociedade não está bem. Outro exemplo bastante contemporâneo são as cenas de violência desencadeadas pelas brigas de supostos torcedores do futebol brasileiro,

com ênfase maior nas torcidas das equipes do estado de São Paulo, conforme já denunciado por Reis (2006a).

Outras tantas atitudes, como baixo índice de adesão ao uso de preservativos, os surfistas de trens, as direções perigosas realizadas por motoristas embriagados são sinais de uma provocação, por parte do público jovem, que segundo La Mendola (1999, p.10, grifo do autor) também representa a busca da auto-afirmação. Para esse autor:

As tentativas de afirmação de um EU livre e responsável, passam por recursos que por definição comportam um aumento no nível do perigo. É também verdade que, às vezes, esse processo se inscreve em processos de tipo auto-destrutivo. Mas o perigo é estruturalmente presente mesmo em muitas práticas que são largamente legitimadas do ponto de vista social.

Destaca ainda La Mendola (idem, p.15) que: “A carga de destrutividade, contra si e contra os outros, embutida nesses recursos é, por um lado, o inevitável fator constitutivo do risco – do enfrentamento do perigo – e da conseqüente assunção de responsabilidade”.

Esse representa um fator positivo do lançar-se ao risco, porque pode configurar elemento de desenvolvimento de responsabilidade por si e por seus atos. Entretanto, quando ultrapassa certos limites, finda por colocar em risco a própria vida, assim como a de terceiros. Nesse contexto, o álcool tem sido elemento propagador da ultrapassagem dos limites entre segurança e perigo.

Todas as situações anteriormente explicitadas trazem uma carga maior de negatividade, seja no sentido do risco, seja no da autodestruição, potencializado quando o uso desse tempo disponível se associa ao uso abusivo das bebidas alcoólicas.

A dificuldade de aceitação do prazer vivido no tempo livre, caracterizado como tempo de lazer, ou ócio, tem causado, desde a antiguidade, certo temor à sociedade, e principalmente aos seus dirigentes, políticos e religiosos. Influências dos dogmas religiosos, que sempre visaram ao controle do homem, de suas emoções e pensamentos, de seus desejos e de sua liberdade.

Assim como, também, por influência da visão capitalista que valoriza produção e consumo de bens, numa sociedade na qual o ser humano é medido e avaliado pela posição profissional, e conseqüentemente social, que ocupa, as atividades vivenciadas no campo do lazer, e especialmente aquelas praticadas pelo público jovem e distantes da filosofia capitalista, tornam-

se alvos de crítica, temor e incompreensão e, portanto, proibição, concretizando uma visão reducionista do lazer.

Ao surgirem tais críticas, não se percebe a consideração às possibilidades de inovação que, por vezes, as atitudes mais ousadas são capazes de provocar. Mannheim (1975) afirma que “Em contraste com essas sociedades dinâmicas que desejam tomar uma nova orientação, qualquer que seja sua filosofia social ou política, contarão principalmente com a cooperação da juventude”.

Para La Mendola (1999, p.14), “O risco adquire formas e relevos particulares para a ênfase juvenil, da vida, porque representa ‘a primeira vez’ de um processo de experimentação e construção da própria identidade”. Assim, segundo o autor, não se podem estabelecer conexões permanentes entre as dimensões do risco e questões do tipo psicopatológico.

Embora a busca do novo, da emoção, da adrenalina, represente elemento motivador de tais atitudes, o jovem não considera a possibilidade do fracasso, do erro, e, ao mesmo tempo, desafia o corpo, a vida, as regras.

Essas formas de vivência podem ser compreendidas como um sinal de que a situação atual não vai bem, como podem representar indícios de mudanças, costumes e valores na fruição do lazer.

Portanto, a vinculação entre juventude, lazer, emoções, riscos aqui apresentada para discussão não teve a intenção de representar o ranço moralista e paralisante defendido por determinados segmentos sociais, mas, sim, contribuir para a necessidade de reflexões mais aprofundadas acerca da temática central e dos entornos que a acompanham.

O uso abusivo de bebidas alcoólicas em determinadas ocasiões, como, por exemplo, nos espetáculos futebolísticos, pode contribuir para a potencialização dos riscos e a concretização dos prejuízos individuais e sociais que enseja.

A presença das torcidas organizadas durante as partidas de futebol sugere um exemplo de organização civil das novas gerações, e deve contar com o apoio da mídia e a atenção do Estado, no que se refere à necessidade de implantação de políticas públicas para a juventude.

O próximo capítulo abordará a questão das torcidas como forma de lazer do público jovem masculino no país, e em especial dos torcedores de clubes futebolísticos, reconhecidamente uma preferência de lazer do público jovem masculino no Brasil. Serão abordados alguns aspectos

relativos ao mundo do futebol e os mecanismos que o impulsionam e a presença dos jovens torcedores em espetáculos esportivos.

CAPÍTULO V

Futebol masculino e torcidas organizadas

Entre as situações de lazer existentes na atualidade, os esportes representam uma das possibilidades mais conhecidas e vivenciadas, quer seja em termos de prática ou assistência, e entre as modalidades esportivas mais populares encontra-se o futebol de campo masculino, capaz de mobilizar e emocionar as grandes torcidas que acompanham seus clubes prediletos pelos diversos campeonatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

A paixão que o futebol proporciona às massas tem provocado o desenvolvimento de diversos e importantes estudos referentes à evolução do esporte espetáculo, às conseqüências que este gera às torcidas e a seus comportamentos, entre tantos outros relacionados ao tema em questão, destacando-se Dunning (2003), Elias e Dunning (1992), Proni (2002), Lucena (2002), Reis (2003, 2006c), Reis e Escher (2006) e outros.

Assim, tanto o futebol quanto suas torcidas representam manifestações sociais de significativa relevância animadas por uma porção considerável do público jovem masculino, em sua maior parte.

De acordo com Reis (2003, p.85):

O costume de assistir jogos de futebol em estádios data do final do século XIX na Inglaterra, primeiro país a praticar esse esporte de forma amadora e, também, profissional. O crescimento do número de espectadores foi concomitante ao aumento de praticantes. Por onde o futebol se disseminou, agregou consigo grande número de adeptos e espectadores.

Ao longo dos séculos que compõem a história da civilização moderna, o esporte tem desempenhado importante papel, que ultrapassa a estreita compreensão da aferição de quem corre

mais, salta mais, é mais forte, mais ágil ou veloz, e passa a exercer influência na configuração da identidade individual e social dos povos.

Pode ser atribuído ao esporte, ainda, o caráter democrático nele implícito, uma vez que abrange diferentes camadas sociais, indistintamente. Enquanto algumas modalidades esportivas são praticadas e assistidas por determinadas camadas sociais, denunciando implicitamente a divisão social, como por exemplo o tênis e o golfe, reservado às elites, outras modalidades, como o futebol, conseguem fazer conviver em seu interior todas as classes sociais, quer seja na prática ou na assistência.

A importância conferida ao esporte é assim defendida por Dunning (2003, p.16):

[...] o esporte se tornou importante nas sociedades modernas para a identificação dos indivíduos com as coletividades a que pertencem, ou seja, para a formação e manifestação de seus sentimentos coletivos e o equilíbrio grupal. Mediante a identificação com uma equipe esportiva, a gente expressa sua identificação com a cidade a qual representa e com o subgrupo concreto, com uma classe social ou etnia.

Esses certamente compõem alguns dos sentimentos que justificam comportamentos característicos dos grupos que formam as torcidas dos clubes esportivos, tema que será abordado mais à frente.

Proni destaca que:

[...] o esporte é o meio institucionalizado e lícito que permite às massas descarregar seu excesso de energia, esvaziar seu ressentimento, suas frustrações e suas decepções. É a instituição moderna típica do desencadeamento relativamente controlado dos afetos e das emoções das massas, funcionando como um grande catalisador coletivo de sentimentos. (PRONI, 2002, p.48).

Diante do lugar que os assuntos referentes ao mundo esportivo ocupam, torna-se impossível não perceber sua importância na contemporaneidade, pois representa fenômeno mundialmente reconhecido, vivenciado, assistido e praticado em diferentes contextos, culturas e camadas sociais.

Trata-se, cada vez mais, de importante manifestação da indústria do entretenimento que movimenta grandes recursos financeiros oriundos do *marketing* promovido na divulgação de marcas.

Dunning (2003, p.11) destaca os feitos e cifras relativas ao esporte, a importância da mídia no mundo esportivo, além do volume de dinheiro público e privado destinado às questões a ele relativas.

Também destacando a popularidade mundial concernente às questões esportivas, Reis e Escher (2006, p.19) afirmam ser o futebol:

[...] o esporte que mais teve aceitação entre os povos do mundo inteiro, sendo até hoje o mais praticado em diversos países e contando com importantes campeonatos internacionais. É também o esporte espetáculo mais assistido, tendo se transformado no principal exemplo de telespetáculo esportivo, com grandes investimentos de redes de televisão abertas e por assinatura em todo o mundo.

Considerando ainda o vasto alcance determinado pelo esporte, além da importância e abrangência que este tem desempenhado na contemporaneidade, Dunning (2003, p.11) afirma que “Nenhuma atividade tem servido com tanta regularidade de centro de interesse e a tanta gente em todo mundo”.

No que se refere às infinitas possibilidades que o esporte desperta, Dunning (2003) ressalta ainda que os interesses do Estado diante do esporte vão desde o desejo de combater a violência dos espectadores, melhorar a saúde pública até o aumento do prestígio nacional, além de destacar o grande número de pessoas que praticam esportes com regularidade ou assistem como espectadores.

Com tantas possibilidades abarcadas pelo mundo esportivo, entende-se o porquê dos interesses que sobre ele se acumulam, assim como dos diversos olhares que para ele se voltam, empresas, mídia, governos, transformando-o em um universo fascinante aos olhos das grandes platéias arregimentadas para a assistência de seus espetáculos nos estádios esportivos.

5.1 Alguns apontamentos sobre o surgimento do esporte moderno

Conhecido e respeitado mundialmente como uma das modalidades mais praticadas, desde o surgimento dos esportes modernos, o futebol teve sua origem na Inglaterra, na segunda metade do século XIX.

Ao abordar questões relativas às origens do futebol, Dunning (2003) destaca a fragilidade dos estudos que apontam para a existência de uma atividade praticada com os pés na Itália e defendem que essa mesma atividade tenha dado origem ao futebol.

Dunning (2003) destaca que o início do futebol, juntamente com o *rugby*, como processos autônomos, se deu na Inglaterra. Afirmo o referido sociólogo que:

O século XVIII viu surgir formas mais civilizadas de boxe, caça à raposa, corridas de cavalos e *cricket*, enquanto que o século XIX foi testemunho da aparição de formas mais regulares de esportes de competição atlética e esportes de montanha e aquáticos, mas, acima de tudo, os inícios de jogos de bola mais civilizados, como o futebol, *rugby*, *hockey* e tênis. (DUNNING, 2003, p.69).

Para o autor, o surgimento dos esportes com bola deu lugar a um modo menos violento de esporte, quando as modalidades atléticas predominam sobre as campestres, principalmente aquelas que tinham por objetivo final o abate de animais, apontando o início de uma inclinação civilizadora.

Nesse sentido, Dunning (2003, p.69) afirma que a partir dos séculos XIX e XX os esportes deixaram de ser associados com a caça e outros esportes sangrentos, além de “o termo desporto ter se aplicado, com maior exclusividade, a atividades de lazer competitivas onde se realiza um exercício físico que não implica em atos violentos com um componente legítimo”.

Entre as obras que tratam do fenômeno esportivo na sociedade, as abordagens históricas foram realizadas com grande propriedade especialmente por Elias (1990), Elias e Dunning (1992), Dunning (2003) e Bourdieu (1983). No Brasil, os estudos que apresentam caráter histórico acerca do surgimento e evolução do futebol foram desenvolvidos por Gebara (2002), Bracht (2002), Reis (2006c), Proni (2002), tendo como base de suas reflexões os referidos pesquisadores internacionais, tornando desnecessário, ao presente estudo, um aprofundamento acerca de detalhamento das questões históricas pertinentes, especialmente ao surgimento do futebol em termos mundiais.

Esses pesquisadores relacionam a ascensão do futebol enquanto modalidade mais representativa na era dos esportes modernos, estabelecendo uma associação bastante estreita entre sua evolução e o advento da Revolução Industrial.

Dentre os estudiosos do tema mencionados, destaca-se a referida relação entre fenômenos da história estabelecida por Dunning (2003 p.94):

Uma hipótese óbvia para explicar a aparição do esporte moderno é a que relaciona o dito processo com o fato de que a Inglaterra se convertesse, durante o século XVIII, na primeira nação industrial do mundo. Em outras palavras, sugere que, provavelmente, houve algum tipo de conexão entre a Revolução Industrial e a Desportiva.

Na mesma direção, ao aprofundar as reflexões acerca do surgimento do esporte moderno, Proni (2002, p.46) também estabelece importante associação entre o nascimento do esporte moderno e o desenvolvimento do capitalismo industrial e do mercantilismo e, nesse sentido, defende que, por tal ótica de entendimento, uma instituição esportiva passa a ser compreendida também como uma entidade comercial.

Desse modo, tanto o esporte amador, em menor escala, como o esporte profissional, em maior escala, encontram-se, na atualidade, conduzidos por grupos comerciais, ocasionando, conseqüentemente, o surgimento de uma grande indústria.

Desse ponto de vista acerca dos bastidores que propulsionam o desenvolvimento do esporte moderno, Proni destaca:

Constituiu-se uma grande indústria capitalista do espetáculo esportivo de massa: o caráter massivo do esporte converteu-o em pólo atrativo para a publicidade; a televisão tornou-se responsável por ampliar o mercado esportivo em escala mundial. Dessa forma, o esporte foi integrado no circuito de acumulação de capital. (PRONI, 2002, p.47).

Também comungando da mesma compreensão antes referenciada, Gebara (2002, p.13) defende que:

Outro aspecto que não deve ser negligenciado, e que é evidente que nesse processo vivido pelos esportes nos últimos cem anos, é o seu deslocamento da área do saber articulada pelo lazer e tempo livre para aproximar-se do mundo do trabalho e da mercantilização.

Nesse sentido, podemos considerar o atleta como um operário, cuja produção resulta em dribles, passes, defesas, gols, além de servir, ao mesmo tempo, como veículo de divulgação das marcas esportivas das grandes empresas internacionais.

No entanto, deve ser ressaltado que o presente capítulo não tem a intenção de se aproximar das afirmações de cunho marxista que vêem no futebol o ópio do povo e que, de

acordo com denúncias de Dunning (em ELIAS; DUNNING, 1992), é visto a partir da compreensão dos críticos do marxismo como mais um reprodutor do sistema capitalista.

Atentos a um entendimento do significado social que o futebol tem representado, ultrapassando os limites de compreensão do jogo e adentrando questões de comportamento, hábitos, gestos, vestimentas, entre outras, Reis e Escher (2006) analisam não somente a espetacularização do futebol, como também sua transformação em mercadoria da indústria cultural, e assim o explicam: “[...] um melhor entendimento do esporte como atividade de lazer, e de como sua profissionalização também contribuiu para sua transformação em uma mercadoria da indústria cultural – altamente lucrativa e atrativa” (REIS; ESCHER, 2006, p.17).

Nesse aspecto, o grande destaque que a mídia atual propõe ao mundo dos esportes representa, além de outros fins, o de arregimentar um maior número de torcedores e fãs, que em outras palavras têm o significado de consumidores, tanto do espetáculo esportivo em si, quanto das mercadorias por ele e nele veiculadas.

Tais mercadorias, camisetas, bonés, distintivos, chaveiros, entre outras, proporcionam ao usuário um sentido de pertencimento, fator de grande importância especialmente durante a adolescência e juventude.

Ainda de acordo com Gebara (2002, p.7), a partir de uma análise proposta acerca do esporte europeu, nessa fase da história, na qual tem início o esporte moderno, o futebol torna-se o “culto proletário de massa”.

Além das funções que socialmente se atribuem ao esporte, anteriormente discutidas neste capítulo, faz-se também importante destacar a de agente disciplinador, especialmente junto a jovens institucionalizados, assim como forma de controle da ocupação do tempo livre das sociedades urbanas.

As práticas esportivas, de modo geral, representam grande parte das atividades oferecidas por instituições tanto de educação como de reeducação de crianças e jovens.

Nesse sentido, González (s/d.) destaca que, ao atribuir-se à educação a necessidade de maiores recursos e possibilidades junto às classes ascendentes do século XIX, se provocou a necessidade de algumas mudanças no interior das escolas, entre elas a de que o esporte passou a ser utilizado como ferramenta disciplinadora.

Nessa época, o esporte surgiu como parte de uma estratégia de controle do tempo livre e dos filhos adolescentes das classes dominantes e, em período

muito curto de tempo, acabou convertendo-se no elemento central do currículo, como conteúdo formativo mais importante (senão o único) destas instituições. (GONZÁLEZ, s/d., p.14).

Se considerarmos que o surgimento do tempo livre pode ser traduzido como uma das conseqüências da Revolução Industrial, conforme discutido no capítulo que aborda a temática do lazer mais pormenorizadamente, encontraremos mais um elemento reforçador das teses defendidas pelos autores anteriormente referenciados no presente texto, que vinculam o crescimento do esporte moderno à ocorrência da Revolução Industrial na Inglaterra.

Não obstante, ao aprofundar-se nos estudos referentes à história do futebol e deparar-se com as distintas abordagens a ele referidas, Gebara (2002, p.17) também ressalta que: “Buscar a origem do futebol em um amontoado de práticas, ainda que formalmente impliquem chutar algo parecido com uma bola, é sem dúvida arbitrário”.

O autor discute determinadas abordagens que conferem diferentes explicações ao surgimento do futebol e destaca que a importância de se estudar a referente modalidade esportiva consiste em determinar as possíveis causas que o tornaram universalmente conhecido, praticado e assistido. Para o autor, “A questão não respondida, ou sequer pensada, é justamente saber por que aqueles chutes, dados na Inglaterra a partir de meados do século XIX, estes sim, tornaram-se universais, ‘ditaram regras’, para ser preciso” (GEBARA, 2002, p.17). Nesse sentido, especial atenção deve ser dada às afirmações de Reis e Escher (2006) ao reivindicarem a necessidade de maior consideração à importância social que o esporte abarca, uma vez que, segundo os autores, existe uma complexa relação entre futebol e sociedade, não devendo um ser tomado sem a devida consideração das interferências do outro.

Faz-se importante, dessa forma, uma reflexão mais detalhada com base na sociologia do esporte e das torcidas, fenômenos sociais que não poderão ser analisados de forma isolada ou fragmentada, caso se deseje compreender mais profundamente alguns aspectos específicos de seus meandros.

5.2 Reflexões acerca da sociologia do esporte e suas torcidas

Se pensarmos as diferentes modalidades esportivas praticadas no Brasil e em outros países, o futebol certamente terá destaque como esporte representante das maiores torcidas, considerado, entre os brasileiros, paixão nacional.

Um dos motivos pelos quais isso ocorre se relaciona aos grandes espaços físicos destinados ao público desta modalidade. Se compararmos as dimensões físicas de um estádio de futebol às de um ginásio de basquete ou vôlei, teremos uma inicial compreensão da representatividade desse público.

O mesmo pode ser verificado em relação às atenções da mídia: são inúmeros os programas esportivos da televisão destinados às discussões referentes ao futebol, como também é bastante desproporcional a atenção que os noticiários televisivos, revistas e demais meios de comunicação dispensam aos fatos e atores do futebol, em comparação a outras modalidades.

Nos primeiros tempos de sua chegada ao Brasil, a prática do futebol esteve mais diretamente relacionada às elites do país, e somente depois de alguns anos, com a criação de clubes, o esporte foi-se popularizando e tornando-se acessível às camadas menos favorecidas da população.

De acordo com Pimenta (1997, p.65): “[...] freqüentar os estádios passou a ser um acontecimento social concorrido. As arquibancadas ficavam repletas de ‘moças de boa família’ e de cavalheiros da sociedade, enquanto, na geral, a população mais humilde disputava, no braço, um lugar melhor para acompanhar a partida”.

Com o tempo, foi ocorrendo uma substituição gradativa do público espectador das regatas para os campos de futebol. Surgem também os primeiros objetos de identificação, pequenos adereços alusivos às equipes esportivas, dando um sentido de pertencimento a um determinado grupo relacionado a uma agremiação esportiva (PIMENTA, 1997).

Ainda que se refira aos primeiros movimentos da sociedade em torno de equipes esportivas por meio de adereços e outros objetos de identificação, Pimenta destaca que esse momento não deve ser tomado como referente ao aparecimento das torcidas organizadas, pois, de acordo com o autor, não se verifica um consenso a respeito da cronologia do surgimento das torcidas organizadas no Brasil, além do que “[...] não é apenas a identificação com o clube, mas

sim a estrutura organizativa que cerca esse grupo de pessoas que poderá levá-las ao *status* de torcida organizada”.

Nesse aspecto, o início da história do futebol no Brasil infelizmente não dá indicativos de ter sido um espaço no qual se pudesse notar a democracia.

Entre as restrições pertinentes ao futebol, estava a proibição à participação de jogadores negros. Reis e Escher (2006, p.37-38) destacam que, no ano de 1921, o então presidente da República, Artur Bernardes, assinou um veto à participação de jogadores negros na seleção brasileira em jogo contra a seleção argentina.

Ainda de acordo com Reis e Escher (2006, p.36), “Somente a partir de 1908, com a criação de vários clubes de futebol, os homens pertencentes a qualquer classe social tiveram o direito à prática do futebol, mesmo assim, sofrendo algumas restrições”.

A partir de então é que o acesso ao referido esporte se tornou mais democratizado, possibilitando a participação das distintas parcelas da sociedade. Essa democratização experimentada nos campos de futebol passa a ser estendida também ao público, trazendo, assim, a heterogeneidade ao seio das torcidas.

Ainda que existam classificações mais detalhadas acerca desse público, de acordo com apontamentos de Reis (2003) e Pimenta (1997), aos torcedores mais comprometidos com sua equipe atribui-se o nome de “fã”, derivado do termo “fanático”, que pode apresentar, muitas vezes, um caráter religioso, visto que para alguns deles o esporte funciona como uma religião, se considerado o devotamento ao clube e à equipe esportiva eleita.

Embora não exista uma precisão de data que possa determinar o aparecimento das torcidas no Brasil, Pimenta (1997) afirma que os estudiosos do tema apontam a década de 1940 como marco inicial de surgimento das torcidas futebolísticas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse momento da história, os grupos de torcedores não podiam receber o título de torcidas organizadas, embora, de certa forma, representassem o início daquilo que mais tarde passou a ser os grupos organizados dentro do futebol.

De acordo com Pimenta (1997), com o tempo passam a existir duas categorias de torcedores: o comum e o organizado.

Torcedor comum é aquele que frequenta os estádios de futebol para assistir ao jogo ou torcer para uma determinada agremiação, sem se vincular

associativamente a um grupo de pessoas e, por sua vez, Torcedor Organizado é o torcedor que se associa a um determinado grupo, assimilando os padrões de comportamento cultuados. (PIMENTA, 1997, p.67).

Defendendo uma divisão e organização do público esportivo de modo mais detalhado, Reis (2003, p.83) apresenta as seguintes categorias de torcedores: “espectadores, torcedores, torcedores uniformizados e torcedores organizados”. Essa categorização do público esportivo dá uma dimensão dos diferentes interesses que cada um tem com relação ao espetáculo esportivo, como também do seu envolvimento emocional para com esta esfera do lazer.

Com relação ao público feminino nos estádios, verifica-se que, apesar da presença de representantes do sexo feminino junto aos grupos de torcedores, este se caracteriza ainda por ser um espaço predominantemente masculino, podendo-se verificar em suas ações a construção de uma identidade.

Algumas manifestações dos torcedores merecem reconhecimento, pois representam declarações de amor pelo esporte, de modo geral, e pelo time do coração. Esse sentimento e envolvimento com o mundo do esporte justifica, por vezes, acompanhar o time a jogos em cidades distantes, viagens desconfortáveis que consomem horas intermináveis e noites sem dormir, as coreografias nas arquibancadas dos estádios, os hinos etc. Reis (2003, p.85) destaca que “os torcedores brasileiros vivenciaram seu auge na década de 1980, com bonitos espetáculos de coreografias nos estádios, assim como seus cantos e hinos entoados durante quase todos os jogos”.

De acordo com Zucal (2005, p.46), determinados comportamentos como o conhecimento de técnicas de luta, a resistência à dor provocada pelos ferimentos em combate, representam alguns bens simbólicos próprios do universo masculino, fator bastante valorizado entre torcidas.

As afirmações de Zucal baseiam-se na teoria de Bourdieu (1989) que defende o capital simbólico como um conceito utilizado para que se possam compreender alguns fenômenos de ordem social.

Diferente das outras formas de capital, o capital simbólico não se faz facilmente perceptível e os efeitos de sua duração também obedecem a uma lógica diferente.

Para o sociólogo, trata-se de uma espécie de poder ligado a uma medida de prestígio ou carisma que um indivíduo ou instituição pode construir em determinado setor da sociedade.

O capital simbólico permite que um indivíduo desfrute de uma posição de destaque e respeitabilidade ante um grupo de pessoas ou campo social.

Ainda de acordo com Bourdieu (1989), esse capital pode ser de ordem social, cultural, econômica ou física. Especificamente, na presente discussão, cabe um olhar mais atento ao capital simbólico e sua relação com alguns comportamentos das torcidas, pois dentre elas, aquele que tiver maior força física e habilidades de luta, aquele que suportar maior ingestão de álcool, por exemplo, torna-se digno da respeitabilidade do grupo.

A posse de tal capital permite o imediato reconhecimento desse indivíduo pelos demais.

A existência desse tipo de capital pode explicar alguns comportamentos verificados junto aos torcedores, no que diz respeito às cenas de violência e ao consumo elevado de bebidas alcoólicas neste campo do lazer.

O termo *aguantes*, apontado por Zucal (2005) ao estudar o comportamento dos torcedores argentinos, refere-se aos componentes das torcidas organizadas dos barra bravas: significa fôlego, resistência; quanto maior o limiar desses indivíduos, mais *aguantes*, e, portanto, mais machos, o que evidencia a busca pela afirmação da masculinidade, que se pauta em demonstrações de força física e resistência, coragem e valentia, através das distintas formas de comportamento apresentadas pelos referidos grupos.

Segundo Zucal (2005, p.48):

Os estudos etnográficos realizados em clubes europeus exibem o masculino como essencial da identidade dos *hinchas*. [...] a masculinidade é um dos fatores mais importantes na estruturação de identidades para os simpatizantes europeus, exibindo o futebol como um espaço privilegiado onde os homens afirmam sua hombridade.

Para Dunning (2003), cenas de violência, tais como: invasão do gramado, ataques a jogadores e juízes, destruição de arquibancadas, vestiários ou outras dependências do estádio, brigas entre grupos de torcedores rivais não podem ser considerados fatos novos no universo esportivo, pois vêm ocorrendo desde 1870, quando teve surgimento o esporte profissional.

De acordo com esse sociólogo, diferentes épocas históricas fazem a distinção entre as formas de violência ocorrida. Segundo ele, antes da Primeira Guerra Mundial eram mais frequentes ações de violência direcionadas a jogadores e juízes; já na atualidade, verifica-se a predominância das brigas entre grupos de torcedores rivais.

Na mesma perspectiva de Zucal (2005), Dunning (2003 p.102) também afirma que

[...] desde os anos sessenta, o interior dos estádios de futebol, as ruas que o rodeiam, assim como as áreas específicas da cidade onde se joga este esporte profissional, se converteram em objeto de luta entre a polícia e os grupos violentos da classe trabalhadora. Para esses grupos, o futebol constitui um foco de representação de rituais de masculinidade violenta aos que lutam para impor seu controle territorial e para estabelecer o domínio físico sobre os rivais.

No mesmo sentido desse capital social conquistado por demonstrações de coragem e força física durante os enfrentamentos, também se pode entender o beber abusivo constatado no presente estudo, uma vez que beber em excesso, evidenciando a resistência ao álcool, também tem uma representação simbólica do universo masculino.

O sensacionalismo usado pela mídia televisiva no que tange às cenas de violência, que, quando captadas pelas câmeras, passam a ser incansavelmente reprisadas, finda por alardear e ampliar a violência de fato existente, e, por conseguinte, confere aos atores a imagem da virilidade, ratificando o rótulo da masculinidade por eles buscado, fazendo assim fortalecido entre esses um capital social pautado na força física e na violência, atributos do gênero masculino.

Tais imagens midiáticas suscitam no telespectador, de modo geral, uma visão marcada pelo preconceito no que se refere às torcidas organizadas, uma vez que alguns gestos e comportamentos que não necessariamente são comuns à grande maioria passam a figurar, na concepção do senso comum, como ações e comportamentos da totalidade, quer seja de um grupo específico de torcedores, como de todos os torcedores, generalizando-se assim condutas esporádicas.

Estudos como os de Zucal contribuem para a formação de tais conceitos negativos com relação a esses grupos de torcedores, quando o autor classifica o pertencimento aos referidos grupos como espaço propício para as brigas, o uso de drogas e a realização de pequenos delitos.

Se por um lado tais comportamentos podem ser comuns a um ou outro torcedor, por outro lado não poderá ser tomado como costume de toda agremiação, uma vez que esta é composta de sujeitos que deverão responder individualmente por seus atos.

Projetam-se, comumente, comportamentos isolados tornando-os generalizados, especialmente se estes forem de aspecto negativo, como cenas de violência, escândalos,

catástrofes, uma vez que é desse tipo de manchete que tem por objetivo evidenciar as mazelas humanas que sobrevive a mídia, alimentando seus espectadores.

Tal situação contribui para a construção de uma série de preconceitos combinados entre si. Os preconceitos que cercam as agremiações de torcedores, representadas, em sua maioria (95%), por um público jovem masculino, se concentram mais veementemente em grupos de torcedores, pois a imagem que no senso comum se veicula acerca do grupo se refere a um bando de jovens de baixo poder aquisitivo, desocupados, violentos, perigosos e desordeiros.

Com relação a esses atores e coadjuvantes do espetáculo esportivo, Reis e Escher (2006) lembram que:

[...] os indivíduos que praticam esportes, quando não estão desempenhando o papel de jogador, estão desempenhando outros papéis sociais, como, por exemplo, o de trabalhador (a), de pai ou mãe, de filho (a), de companheiro (a), assim, como os espectadores e torcedores de futebol, fora do estádio, estão desempenhando seus outros papéis sociais.

Assim, antes de qualquer generalização ou rotulação preconceituosa promovida contra as agremiações esportivas, normalmente verificadas quando se trata da temática das torcidas organizadas, deve-se considerar o estudante, trabalhador, o jovem e todo contexto sociocultural, político e econômico que os envolvem.

A análise dos dados indicou um perfil bastante distinto daquele comumente veiculado acerca dos torcedores no que diz respeito aos rótulos negativos a eles atribuídos.

O estigma construído sobre os torcedores não pôde ser verificado na sua totalidade, com exceção do elevado consumo de álcool, droga que o presente estudo elegeu para estudo no estabelecimento da relação juventude, lazer e álcool.

Tampouco se pode afirmar que a violência nos dias atuais é maior que aquela vivenciada na Grécia antiga ou em tempos remotos cuja violência física era parte do espetáculo.

Nesse sentido, Dunning (2003 p.89) estabelece algumas comparações entre os Jogos Olímpicos da antiga Grécia e os esportes modernos e, em relação ao comportamento dos torcedores, destaca o autor que, à época dos referidos jogos, seria necessária a presença de determinados funcionários portando chicotes ou cassetetes e cuja responsabilidade era manter sob controle os competidores e espectadores.

Essa descrição de Dunning (2003) faz supor que os eventos esportivos da época exigiam o controle por meio da força física de uma multidão difícil de ser controlada. Nada muito distinto daquilo que atualmente se verifica quando do confronto esportivo entre equipes esportivas e torcedores.

Ao abordar questões referentes a sociabilidades e conflitos como elementos que compõem a dinâmica do futebol, Toledo (1996, p.100) destaca que: “Se o futebol é um provedor de formas e padrões de sociabilidade na metrópole ele também é, concomitantemente, a manifestação de conflitos, preferências, paixões, excessos e violências”.

Pautado na Teoria do Processo Civilizador, Dunning (2003) defende que violência e civilização não são processos antagônicos, uma vez que ambos se caracterizam pela especificidade de sua interdependência.

As afirmações do referido sociólogo levam ainda a crer que as atuais iniciativas de proibição de uso de bebidas alcoólicas nos estádios não significam uma novidade em termos de tentativa de controle do comportamento e conseqüentemente da violência, uma vez que as bebedeiras nos Jogos Olímpicos da antiga Grécia atingiram um patamar elevado que levou à proibição de torcedores de levar vinho aos estádios.

No mesmo sentido, a relação entre consumo de álcool e violência encontra-se bastante considerada entre pesquisadores do assunto.

Recente levantamento realizado por Chalub, Lisieux e Telles (2006) sobre a relação entre uso de álcool, drogas e violência concluiu que diversas pesquisas abordando a temática coincidem na afirmação de uma associação entre transtornos do uso de substâncias psicoativas e criminalidade, constatando-se a alta proporção de atos violentos quando o álcool ou as drogas ilícitas estão presentes entre agressores, suas vítimas ou em ambos.

De acordo com o levantamento realizado por Chalub et al. (2006), o número de homicídios é considerado um indicativo internacional para dimensionar a violência; os autores mencionam duas importantes pesquisas que reafirmam a hipótese por eles levantada:

Pesquisa realizada em condenados por homicídio em Pereira, na Colômbia, encontrou importante porcentagem de consumo de substâncias, ou seja, 35,9% dos homicidas estavam sob efeito de álcool, à época dos fatos, e 24% das vítimas haviam consumido alguma substância (73% álcool e 27% cocaína). Na cidade de Curitiba, foram estudados 130 processos de homicídio julgados nos Tribunais do Júri daquele Estado, e os resultados apontaram para 58,9% dos

homicidas e 53,6% das vítimas sob efeito do álcool à época do delito. (CHALUB et al., 2006, p.12).

Assim, a associação entre uso de álcool e outras drogas e violência confirma-se ao mesmo tempo em que justifica a proibição da venda e do consumo de álcool nos estádios em dias de espetáculos esportivos.

Além das responsabilidades que se delegam aos torcedores, com referência a violência e incidentes recorrentes durante espetáculos futebolísticos, também devem ser considerados aspectos organizacionais de tais eventos, pois de acordo com Reis (2003, p.85) “a má organização dos espetáculos futebolísticos tem uma grande responsabilidade no desencadeamento de incidentes de violência nos estádios brasileiros”.

Ao pensar o futebol como espaço masculino, a partir do qual se reforçam alguns aspectos de gênero anteriormente mencionados, como também ao pensar tal espaço como o de manifestação das distintas desigualdades sociais, das quais os referidos torcedores são atores, e aliar a isso o alto índice de consumo de álcool, poderemos compreender, ao menos parcialmente, a violência que através dos espetáculos esportivos atualmente se exprime.

Se considerarmos a estreita relação existente entre futebol, torcidas e sociedade, a partir da compreensão de uma interligação entre fatos e personagens, sem perder de vista que o espetáculo esportivo constitui o cenário no qual as consequências sociais se manifestam, poderemos melhor entender os fenômenos que nele e por ele se exprimem.

A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos empregados no presente estudo, com especial enfoque nos resultados da aplicação do AUDI (*Alcohol user Disorders Identification Test*), teste para identificação de problemas relacionados ao uso de álcool, respondido por 263 torcedores em dias de espetáculos esportivos.

CAPÍTULO VI

Método

Estudaram-se nesta pesquisa três importantes fenômenos contemporâneos que se encontram inter-relacionados em várias situações da vida em sociedade; são eles: juventude, lazer e droga.

Com a finalidade de conhecer melhor alguns comportamentos vivenciados em momentos de lazer dos jovens brasileiros, optou-se neste estudo pela torcida de futebol como situação de lazer, os jovens torcedores como sujeitos da pesquisa e o uso de álcool foi aqui selecionado como a droga de consumo a ser estudada nessas situações.

Essa tríade deu-se por conta dos diferentes motivos expostos no quadro teórico que compõe a pesquisa, formado por quatro capítulos abordando cada um dos temas aqui trazidos à discussão: juventude, lazer, drogas e torcedores de espetáculos esportivos.

O quadro metodológico utilizou-se da combinação de diferentes técnicas de pesquisa visando maior clareza de resultados e proposição de caminhos para futuras reflexões.

O modo como se buscou atingir os objetivos propostos por este estudo está aqui descrito em partes. Inicialmente são descritos os participantes, o delineamento da pesquisa, as técnicas de pesquisa empregadas, o treinamento da equipe de entrevistadores, os procedimentos de entrevista e análise dos dados.

6.1 Os participantes

A amostra intencional foi composta por indivíduos cujo critério de seleção correspondia a sexo, idade e pertencimento à torcida organizada. Assim, foram entrevistados 263 indivíduos do sexo masculino, torcedores com idade entre 15 e 25 anos, e o critério de abordagem dos sujeitos foi aleatório. Os entrevistadores escolhiam os indivíduos que aparentavam ter entre 15 e 25 anos e lhes pediam autorização para realizar uma entrevista de cunho acadêmico. Após o aceite, perguntavam a idade do sujeito. Ao confirmar-se o pertencimento à faixa etária mencionada, perguntavam se ele era membro da torcida organizada investigada.

Preenchidos esses critérios, a abordagem aos sujeitos nos estádios em dias de jogos deu-se de forma aleatória. A escolha dos dias de jogos em que houve aplicação das entrevistas ocorreu por critério de acessibilidade por parte dos pesquisadores, considerando a mesma época do ano, ou seja, as pesquisas foram realizadas no mês de março dos anos de 2007 e 2008.

Estabeleceu-se que as entrevistas junto aos torcedores se dariam nos estádios de futebol, em dias de jogos, com aplicação das mesmas antes dos jogos, durante o intervalo e após os jogos.

Nessas ocasiões, foram entrevistados jovens torcedores com idade entre 15 e 25 anos de idade, todos do sexo masculino e residentes na cidade de São Paulo. A faixa etária foi assim delimitada para que pudéssemos, no futuro, comparar com outras pesquisas, como, por exemplo, com Murad (2007).

Na primeira coleta de dados, durante o campeonato de 2007, no mês de março, foram colhidas 47 entrevistas.

Na segunda coleta no mesmo mês foram realizadas 69 entrevistas e, na terceira coleta, já no Campeonato Paulista de 2008, foram realizadas 127 entrevistas.

A quarta coleta foi realizada em São José do Rio Preto. Por tratar-se de um jogo no interior do estado de São Paulo, foram realizadas 84 entrevistas, porém utilizadas para este estudo somente 24, correspondentes aos torcedores residentes na capital paulista⁴.

Foram realizadas, durante toda a fase de coleta de dados, um total de 267 entrevistas, das quais quatro tiveram de ser desprezadas por falta de clareza e não preenchimento dos requisitos básicos para participação da amostra, resultando num total final de 263 entrevistados.

⁴ A amostra intencional incluiu a escolha de entrevistas apenas com moradores da capital paulista.

6.2 Delineamento da pesquisa

Com relação ao tipo de pesquisa, o trabalho foi desenvolvido por meio da combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Com relação à especificação do método da pesquisa em ciências sociais, Gil (1995, p.34) ressalta:

Os métodos específicos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais [...] visam fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo, no referente à obtenção de dados pertinentes à problemática que está sendo investigada.

Ainda assim, o autor defende que, mesmo identificando vários métodos específicos no campo das investigações em ciências sociais, nem sempre um único método será adotado, pois, em muitos casos, dois ou mais métodos podem ser combinados, “Isto porque os métodos específicos de que dispõem as Ciências Sociais nem sempre são suficientes para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação”(GIL, 1995, p.4).

Diante do exposto, optou-se pela combinação entre pesquisa qualitativa com dados quantitativos e inclusão de análise estatística.

6.3 Técnicas de pesquisa

A pesquisa bibliográfica foi realizada no sistema de Bibliotecas da UNICAMP, USP e UNIFESP, e proporcionou a ampliação do levantamento bibliográfico inicial, correspondente aos temas-chave: juventude, lazer, drogas e esporte espetáculo.

Foi realizada a análise textual, análise interpretativa e análise crítica de todos os textos selecionados para a composição do referencial bibliográfico.

Ainda como técnica de pesquisa foram realizadas entrevistas com perguntas fechadas junto aos torcedores em dias de jogos nos estádios de futebol. Esse roteiro de entrevista continha

inicialmente questões que possibilitavam conhecer a vinculação religiosa e grau de instrução do torcedor, além de estado civil, vínculo familiar e de emprego, não somente do entrevistado, como também do chefe da família à qual este pertencia, quando não era ele próprio.

Para avaliar o envolvimento com o uso de álcool, foi incorporado ao instrumento de investigação o AUDIT, teste para identificação de problemas relacionados ao uso de álcool. O AUDIT é um teste desenvolvido pela OMS (BABOR et al., 1992) e adaptado ao Brasil por Mendez (1999) como método simples de investigação do uso excessivo de álcool e para ajudar na realização de avaliações breves. De acordo com Martins et al. (s/d.), “O teste é composto por 10 questões, sendo que as três primeiras avaliam quantidade, frequência e embriaguez; as três seguintes, sintomas de dependência; e as quatro últimas são questões que avaliam o risco de consequências danosas ao usuário”.

Afirmam Babor et al. (1992, p.7) que o AUDIT se revelou um instrumento para profissionais da saúde que auxilia na identificação de pessoas que fazem uso de risco de álcool, uso nocivo e dependência. Segundo os autores, “Uso nocivo é um padrão de consumo de álcool que aumenta o risco de consequências perigosas para quem usa e para os que o cercam”. Esses problemas não se restringem apenas a fatores individuais de saúde e passam a ser também de ordem social e econômica.

Martins (2006) ressalta alguns empregos de sucesso do AUDIT, instrumento utilizado na presente pesquisa para avaliar o hábito de beber dos torcedores de espetáculos futebolísticos:

Ele tem sido usado em ambientes médicos (BOHN, BABOR e KRANZLER, 1995; FLIGIE et al., 1997; SKIPSEY, BURLESON e KRANZLER, 1997; MÉNDEZ, 1999; TURISCO et.al., 2000), entre universitários (FLEMING, BARRY e MACDONALD, 1991; O'HARE e SHERRER, 1999; ROCHE e WATT, 1999; AERTGEERTS et al., 2000; GRANVILLE-CHAPMAN, YU e WHITE, 2001; KYPRI et.al., 2002; KERR-CORREA et al., 2002) população em geral (MENDOZA-SASSI e BÉRIA, 2003) [...]. (p.84-85).

O AUDIT é um instrumento de sondagem de uso de álcool composto por 10 questões fechadas cada uma pontuada de 1 a 4. O resultado da soma das 10 questões pode totalizar um máximo de 40 pontos.

A escala do instrumento determina que as somas que pontuam acima de 8 para homens e até 7 para mulheres evidenciam uma situação de risco. De acordo com a classificação da soma dos pontos estabelecida pelo AUDIT, os sujeitos que pontuam de 8 a 15 representam um grau

médio de problemas com o álcool e os que pontuam 16 ou acima representam alto nível de problemas com o álcool.

Ainda de acordo com Martins (2006), os referidos estudos têm indicado o ponto de corte em 8, assim, os entrevistados que apresentarem uma pontuação inferior a 8 são considerados “negativos” por representar um uso não problemático do álcool, enquanto aqueles que ultrapassarem os 8 pontos são considerados “positivos”, apontando um beber problemático.

Os torcedores que pontuaram igual ou maior que 8 são classificados como “positivos” neste estudo, pois testes indicam que estão bebendo excessivamente e, portanto, encontram-se em situação de risco.

6.4 Treinamento da equipe

A equipe esteve formada por 12 entrevistadores universitários.

A partir das explicações referentes ao modo de preenchimento do roteiro de entrevista e formas de abordagem aos torcedores, foram realizadas simulações de entrevista entre os próprios entrevistadores, oportunidade em que puderam sanar dúvidas referentes aos itens a serem preenchidos.

Além das orientações acerca do preenchimento do questionário, foi enfatizado, quando do modo de abordagem, o anonimato do respondente, além da liberdade de não participação na entrevista, deixando o torcedor abordado livre para decidir sobre a participação ou não.

6.5 Procedimento da entrevista

De forma aleatória, os torcedores eram abordados pelos entrevistadores ao adentrarem o estádio de futebol, quando então era feito o convite à participação voluntária na entrevista e em seguida ocorria a certificação da idade dos mesmos.

O entrevistador promovia a leitura da pergunta e realizava o preenchimento da resposta, respeitando o tempo necessário para que o entrevistado pudesse pensar e conhecer as possíveis respostas.

Embora no início da abordagem fosse sempre mencionado o sigilo e a não necessidade de identificação, ao término da entrevista era perguntado se o entrevistado desejava identificar-se, ficando a cargo dele a livre escolha para tal. Cada entrevista levou em média nove minutos desde a abordagem até o final da aplicação.

6.6 Análise dos dados

Os dados deste estudo foram coletados durante os dias de espetáculo futebolístico, conforme mencionado anteriormente, totalizando 263 entrevistas. Os resultados das entrevistas foram digitados em um banco de dados especialmente desenvolvido para este estudo e transportados, no segundo momento, para um programa de análises estatísticas (SPSS, 2003), onde foram computadas as frequências de cada uma das questões (PEREIRA, 1999).

Na sequência, apresentam-se as discussões referentes aos dados levantados objetivando confrontá-los com os relatos da comunidade científica, estabelecendo uma relação com o referencial teórico.

Com ênfase no grupo “positivo”, detectado a partir da aplicação do AUDIT, os resultados foram analisados à luz da literatura pertinente ao tema, conforme discussão, apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO VII

Resultados e Discussão

Os resultados são apresentados em dois conjuntos de informações. O primeiro conjunto está subdividido em três partes, formadas por: 1) levantamento inicial, que aponta dados específicos sobre idade e estado civil, vínculo familiar e de moradia dos 263 entrevistados, 2) em seguida são apresentados dados referentes ao nível de instrução do entrevistado e do chefe de família, com algumas análises que confrontam nível de instrução e ocupação profissional, para em seguida apresentar sua religião. A parte 3) aponta a classificação do AUDIT com os resultados positivos e negativos da análise. Para finalizar, no segundo conjunto de informações são tratados os 97 torcedores, que representaram 36,9% dos entrevistados que atingiram mais que 8 no AUDIT, sendo aqui classificados como “positivos”; com base nos resultados do primeiro conjunto de dados, foram realizados alguns cruzamentos considerados relevantes.

Com respeito à religião, 166 torcedores, que correspondem a 63% dos entrevistados, são católicos; 52 entrevistados, ou seja, 19,8%, afirmaram não ter religião e os outros 45 torcedores, representando 17,2%, declaram pertencer a outras religiões (espíritas, evangélicos, entre outras).

Dos entrevistados, 34,7%, ou seja, 90 torcedores, declaram ter frequentado 11 anos de escola, correspondendo ao ensino médio concluído, outros 71 torcedores, que representam 34,6%, estão relacionados ao terceiro grau, com mais de 11 anos de estudo. Constata-se assim o predomínio de bom nível de instrução entre os torcedores pesquisados, além do que os demais torcedores se encontram em processo de escolarização compatível com a idade.

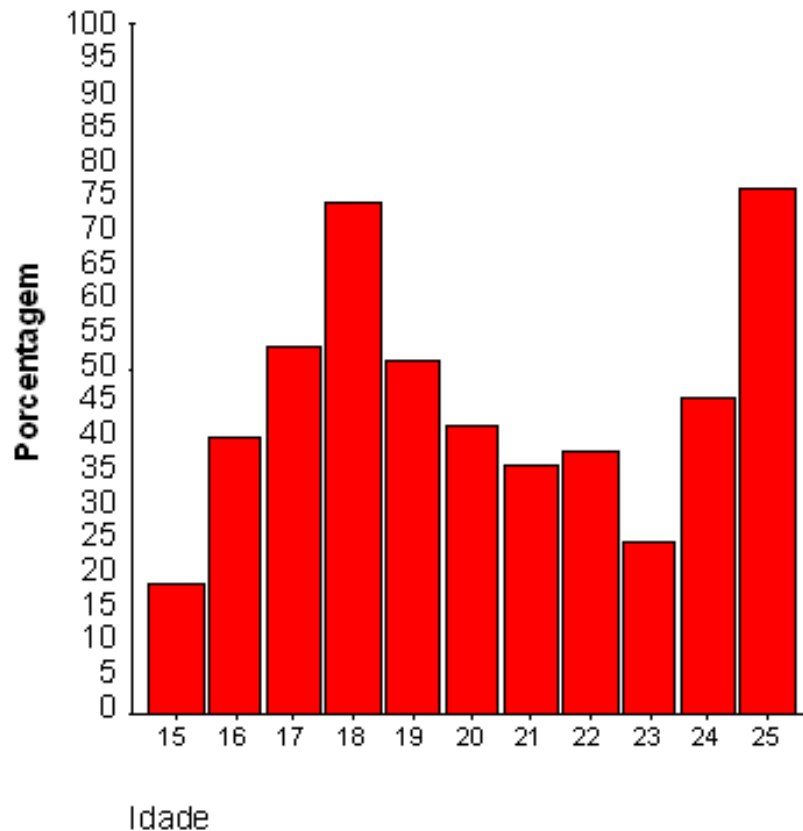


Figura 2 Porcentagem dos torcedores por idade

7.1 Levantamento inicial

A primeira parte do primeiro conjunto de análises, alusivo ao levantamento inicial, refere-se ao total geral de entrevistados e aponta informações acerca das idades, estado civil, vínculo familiar e de moradia dos entrevistados. Os sujeitos abordados na pesquisa estiveram compreendidos na faixa dos 15 a 25 anos de idade, sendo esta uma escolha intencional. De acordo com o resultado das entrevistas, a média de idade encontrada corresponde a 20,27 meses, apontando dois picos significativos: de torcedores com 18 anos, sendo 14,8% do total dos entrevistados, e com 25 anos de idade, correspondendo a 15,2% do total, conforme explicitado na Figura 2.

Com relação ao estado civil, observou-se que grande parte dos torcedores é solteira: foram apontados 246 torcedores solteiros, representando 93,5% dos entrevistados, contra apenas 17 torcedores casados, o que significa 6,5% do total.

Esses números podem ser compreendidos a partir de duas explicações, a faixa etária dos sujeitos selecionados para o presente estudo, além da maior porcentagem desses ainda com menos de 21 anos de idade, correspondentes a 63,1% do total.

Com relação ao vínculo familiar e de moradia, 221 torcedores, ou seja, 84% do total, afirmaram residir com a família original, pais e irmãos (foi considerada família original a presença só do pai, só da mãe, irmãos e todos juntos). Encontram-se morando com parentes (tios, avós) 3,4% dos torcedores, moram sozinhos 5,3% e constituíram família própria 7,2%.

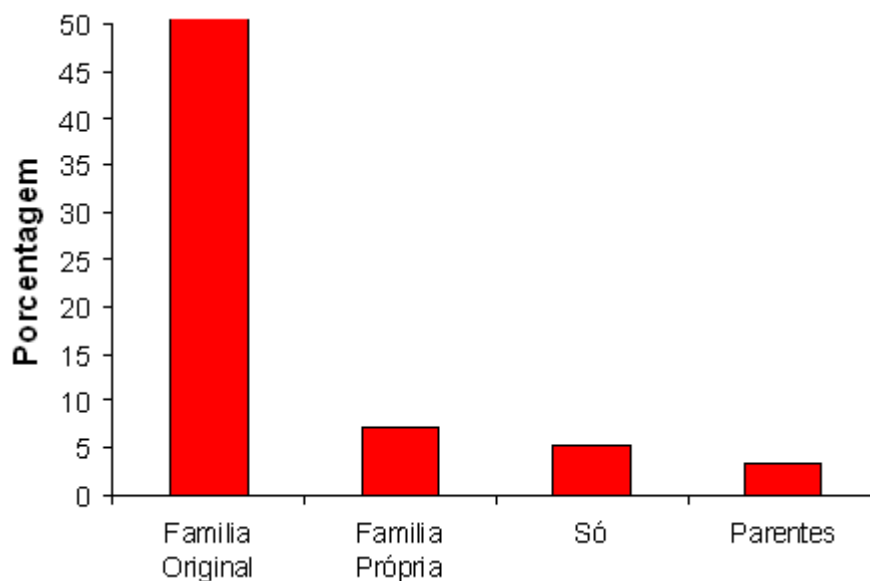


Figura 3 Vínculo familiar do torcedor

Por família original foi considerado pai, mãe e irmãos, no entanto, entre os 221 torcedores que disseram morar com a família original, nem todos se referiram à família completa.

Desse total, 142 jovens, correspondendo a 64,25%, moram em famílias compostas por pai, mãe e irmãos, seguidos de 58 torcedores, representando 26,24%, que afirmaram morar em companhia da mãe e irmãos; uma parcela de 5,8%, que corresponde a 13 jovens, afirmou morar somente em companhia de pai e irmãos e ainda uma parcela representada por 8 entrevistados, que correspondem a 3,61%, disseram morar com irmãos, sem a presença dos pais, conforme Figura 4.

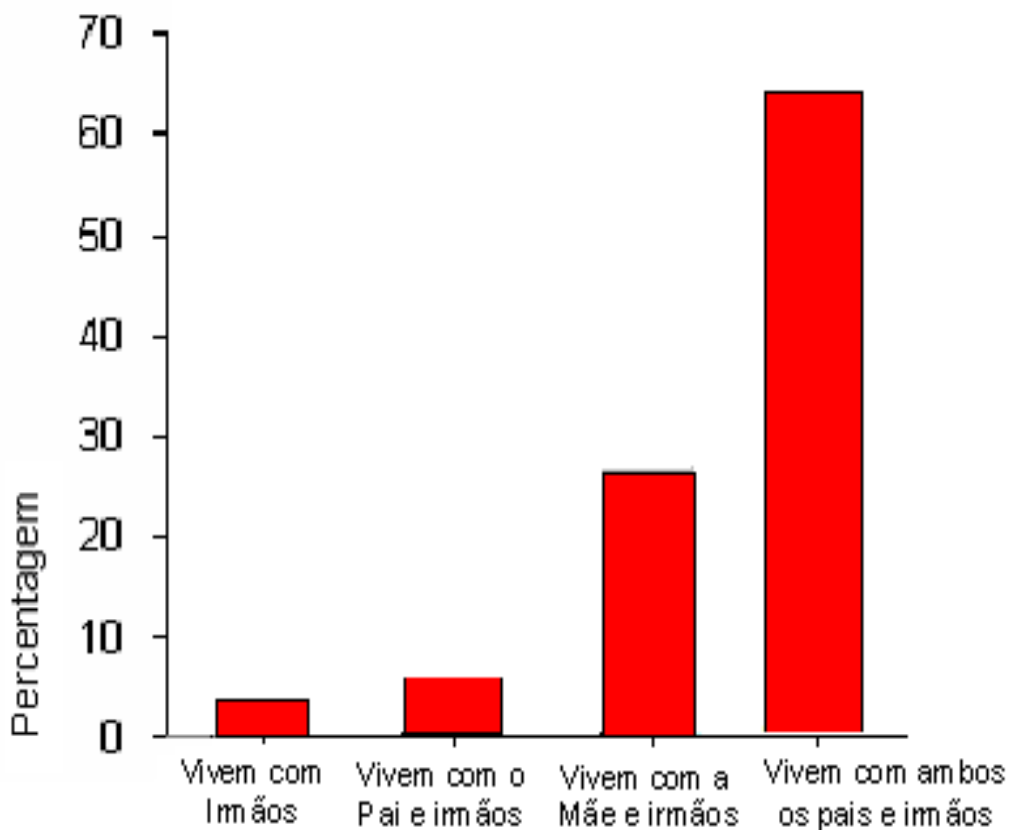


Figura 4 Torcedores que moram com a família original.

Com relação ao nível de instrução, foi solicitado que os entrevistados informassem seu nível de escolaridade e em seguida apontassem o nível de instrução do chefe de família.

Observou-se nesse quesito um bom nível de instrução entre os jovens, normalmente compatível com a faixa etária.

Apresentaram dez anos de instrução, correspondente ao segundo ano do ensino médio, 60 torcedores, correspondentes a 23,2% do total, com 11 anos de instrução apresentaram-se 90 torcedores, que correspondem a 34,7% do total, e 20 torcedores que correspondem a 14,9% freqüentam o ensino superior. Somente dois entrevistados não concluíram a primeira etapa do

ensino fundamental, correspondente aos quatro primeiros anos do processo de escolarização, indicando um bom resultado relativo ao ano de escolaridade dos jovens torcedores.

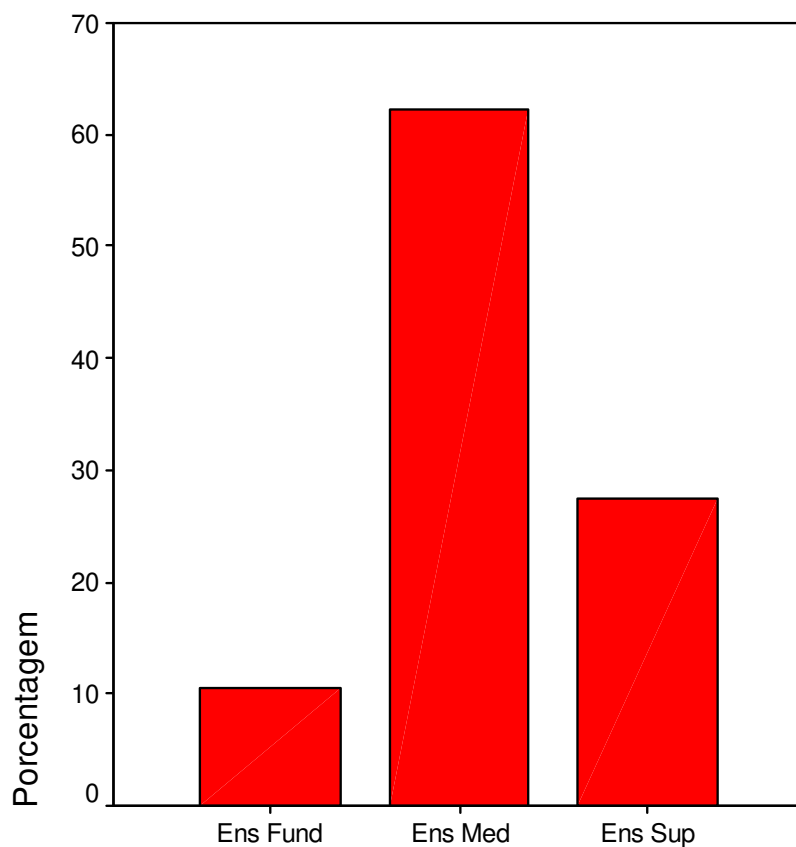


Figura 5 Porcentagem de torcedores por nível de instrução

Ao subdividir o nível de escolaridade em três grupos distintos, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, os torcedores dispuseram-se na seguinte classificação: 10,4% frequentaram o ensino fundamental, 62,2% cursaram o ensino médio e 27,4% encontram-se no ensino superior, conforme demonstrado na Figura 5.

Esses índices de instrução dos torcedores sinalizam uma realidade distinta daquela veiculada pela mídia e absorvida pelo senso comum, pois esses jovens, além de apresentarem um nível de instrução compatível com a idade, apresentam também um vínculo com trabalho e família.

Com relação ao grau de instrução do chefe da família, observou-se que os filhos superaram o nível de instrução dos pais, conforme apontado pelos resultados: existe uma maior porcentagem, 12,5%, de chefes de família que estudaram até a primeira fase do ensino fundamental, até a quarta série, correspondentes a 31 chefes de família.

Esses resultados mostram uma busca que tem marcado a atualidade, a da formação educacional, tanto da conclusão do ensino médio quanto do superior, ocasionada pela expansão da oferta de ensino, tanto no setor público quanto no setor privado no país comparado às gerações anteriores.

A maioria dos chefes de família, 30%, concluiu o ensino médio, o que corresponde a 11 anos de instrução.

Apresentaram-se também 74 chefes de família com ensino superior, correspondendo a 29,9% do total e ainda dois chefes de família pós-graduados.

A opção religiosa dos entrevistados apontou uma forte tendência ao catolicismo. Conforme os números, 166 torcedores, que correspondem a 63% dos entrevistados, afirmaram ser católicos, contra 52 sujeitos, 19,8%, que declararam não possuir religião, e 45 sujeitos, correspondentes a 17,2%, que afirmaram pertencer a outras religiões (evangélicos, espíritas, candomblé, entre outras).

A última parte do primeiro conjunto de análises aponta a classificação do AUDIT total e em seguida, no segundo conjunto, foram analisados os resultados positivos e negativos. Com relação à aplicação do AUDIT, os entrevistados foram informados da relação entre doses das diferentes bebidas e sua equivalência.

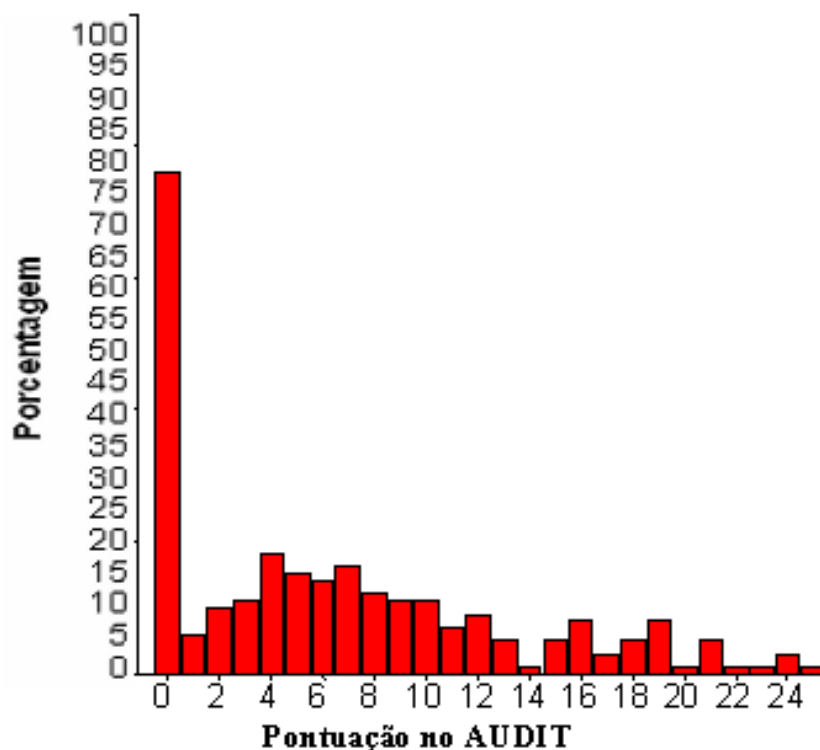


Figura 6 AUDIT: total dos torcedores

Com base na nota de corte em 8 pontos, conforme explicitado anteriormente, pontuaram negativamente 166 torcedores, correspondentes a 63,1% dos entrevistados, contra 97 “positivos”, que correspondem a 36,9% dos torcedores entre 15 e 25 anos.

Os dados apresentados permitem algumas discussões que se apresentam a seguir.

Embora entre o total de torcedores analisados neste estudo o alto índice de consumo de álcool, aqui delineado como “positivos”, seja de 36,9%, representando aproximadamente um terço dos sujeitos, se poderia julgar, a princípio, não ser o ato de beber um costume da maioria dos torcedores.

No entanto, se levarmos em consideração a literatura pertinente ao tema e os resultados nela apresentados, nota-se que as proporções aqui representadas se encontram bastante acima daquela apontada pela população de modo geral, conforme Martins (2006). Principalmente quando aliado às conseqüências promovidas pelos efeitos do álcool, podemos afirmar ser esse um beber bastante próximo do perigoso.

Ao analisar a porcentagem de torcedores que fazem uso abusivo de álcool, teremos entre o total uma parcela de torcedores menores de idade, evidenciando que uma parte grande da população com idade entre 15 e 17 anos, legalmente proibida de beber, faz uso de bebidas alcoólicas sem restrição, conforme aponta a Figura 7.

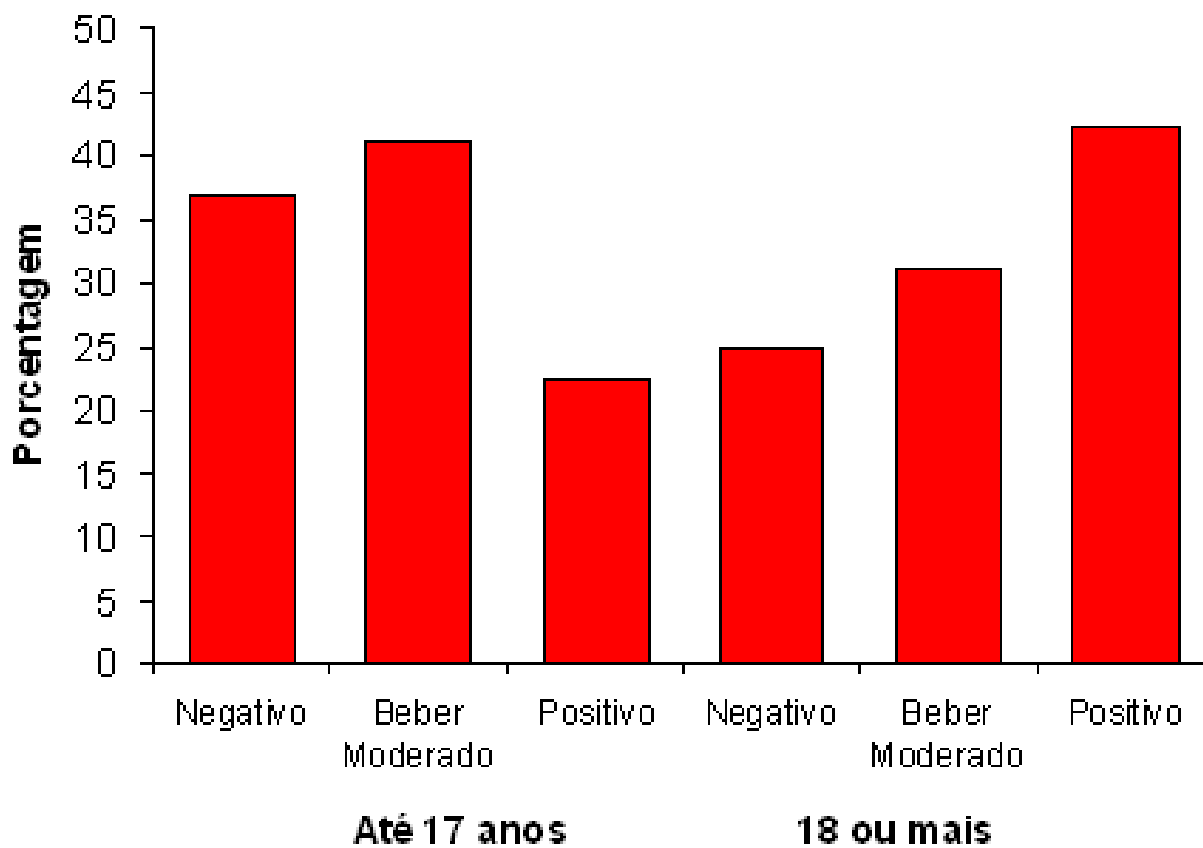


Figura 7 Porcentagem do padrão de beber no AUDIT por idade

Com relação às outras variáveis levantadas neste estudo, buscou-se relacionar o uso de álcool ao maior ou menor grau de instrução, ao estado civil e à presença ou ausência de religião, ao fato de morar só, com a família ou com outros, com o tipo de profissão, não sendo encontrada nenhuma relação significativa que pudesse ser explorada.

O alto índice de consumo de álcool foi verificado de modo indistinto e proporcional, percebido igualmente entre as diferentes classes, faixas etárias, profissões, religiões ou estado civil dos torcedores, mostrando ser esse um problema que independe de classe social, econômica ou cultural.

7.2 Discussão

A discussão referente aos dados levantados nesta pesquisa procura confrontá-los com os relatos da comunidade científica, estabelecendo uma relação com a pesquisa bibliográfica apresentada nos capítulos iniciais que perfazem o referencial teórico.

A base da pesquisa esteve vinculada ao padrão de beber dos jovens torcedores a partir de entrevistas feitas em dias de espetáculos esportivos, utilizando como instrumento de identificação desses padrões o AUDIT.

A escolha do referido instrumento de análise está justificada na metodologia do trabalho deste estudo, sendo comprovada sua adequação para os objetivos propostos.

A identificação dos bebedores utilizou a nota de corte 8, com a qual selecionou 36,9% dos torcedores entrevistados. Esse resultado mostrou-se bastante superior ao encontrado na população de um modo geral, assim como em populações jovens, conforme pesquisas anteriormente realizadas com a utilização dos mesmos instrumentos.

Ao estudar alunos do ensino médio de uma cidade no interior do estado de São Paulo, com a utilização do AUDIT como instrumento de avaliação, Martins (2006) identificou 17,9% de jovens que pontuaram positivamente.

Outro estudo desenvolvido com universitários brasileiros (KERR CORRÊA et al., 2002), também com uso do AUDIT, apontou para 25% de positivos entre aquela população específica de jovens.

Mendoza-Sassi e Béria (2003) estudaram a população geral de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, também com a presença do AUDIT como instrumento de avaliação, que registrou 7,9% de pontuação positiva na sua aplicação.

Considerando que a faixa etária estabelecida para esta pesquisa abrange menores de idade, os jovens entre 15 e 17 anos, verifica-se o não cumprimento de leis específicas que proíbem a venda de bebidas a menores de 18 anos, pois os dados apontaram 59 torcedores com idade inferior a 18 anos, representando 62,7% do total de torcedores entrevistados, que afirmaram fazer uso regular de bebidas alcoólicas.

O problema é agravado quando observamos que, ao completar 18 anos, esses índices aumentam consideravelmente, pois entre os 204 torcedores com idade entre 18 e 25 anos 32,4% pontuaram um beber moderado e 41,2% pontuaram o beber de risco, perfazendo nesse grupo um total de 73,6% de jovens torcedores que fazem uso do álcool contra somente 25,4% de abstêmios.

Esse resultado ratifica dados apresentados por estudo desenvolvido por Galduróz et al. (2000) através do CEBRID e Secretaria Nacional Antidrogas, quando foram ouvidas 8.589 pessoas de 107 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes e que revelaram um índice considerado alarmante: na faixa etária de 12 a 17 anos, 48,3% dos adolescentes ingerem bebidas alcoólicas regularmente.

Os resultados apontam para as incoerências da aplicabilidade e cumprimento das leis que proíbem ou limitam a venda e o consumo de álcool, pois, ao mesmo tempo em que a lei brasileira proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, se constata que o consumo de álcool pelos jovens desta faixa etária se tornou uma prática comum, por eles mesmo confirmada, indicando total despreocupação com as leis vigentes no país acerca da limitação referente ao consumo de álcool entre jovens menores de 18 anos.

Estudo de Martins (2006) sobre a relação entre drogas e jovens estudantes de cidade do interior do estado de São Paulo ressalta o uso de álcool em duas situações: nos finais de semana e em eventos esporádicos assim classificados: festas populares, festas com amigos, bar ou boate e festas em família. Pode-se afirmar que são todas situações marcadamente de lazer, assim como os espetáculos esportivos, abordado neste estudo.

Outro fator preocupante no que tange ao uso abusivo de álcool se refere ao aumento das situações de violência, conforme apontado por Minayo e Deslandes (1998), quando da realização de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro buscando a relação entre violência e uso de drogas em pacientes que deram entrada em duas importantes instituições hospitalares da cidade. O estudo mostrou que 13% e 12,6% foram as proporções de presença de algum tipo de droga nos eventos por causas externas, e, nos casos em que se confirmou a presença de algum tipo de droga, o álcool foi o responsável por 88% e 90,7%, respectivamente, das situações violentas.

De acordo com as pesquisadoras, os dados apontam para o fato de que uma em cada três agressões envolveu o consumo de drogas.

Somente nos EUA, estima-se que o custo econômico da criminalidade vinculada ao álcool seja de US\$ 61,8 bilhões, sendo a referida droga um “fator causal” em até 68% dos casos de

homicídios culposos, 62% das agressões físicas, 54% dos homicídios e tentativas de homicídio doloso, 48% das ocorrências de roubos e 44% dos casos de arrombamento; grande parte dos delitos interpessoais tem como vítima alguém que é, de certa forma, próximo do autor (parentes, cônjuges, vizinhos, amigos etc.). Conter o abuso do uso do álcool nos espaços públicos, positivamente, deverá resultar numa diminuição dos conflitos e danos resultantes do crime e da violência no seio das próprias comunidades e famílias.

A aproximação entre álcool e lazer é tão significativa quanto a relação existente entre álcool e violência, fatores que nos convidam a refletir sobre as políticas de lazer, de propaganda, entre outras, no sentido de reduzir o problema social aqui anunciado.

Considerações Finais

O consumo de drogas foi retratado nesta pesquisa por ser considerado um fenômeno crescente em todas as sociedades, e esse aumento vem sendo notado especialmente em situações de lazer dos jovens. A complexidade do tema exige estudos de todas as áreas do conhecimento, pois necessita de vários olhares e requer o diálogo entre elas, uma vez que inúmeras são as causas que promovem as situações aqui estudadas.

Ao mesmo tempo em que constatei o crescimento no número de usuários, acompanhado da diminuição da faixa etária, conforme apontado nas pesquisas do CEBRID, observei ainda uma escassez de estudos e bibliografia referentes ao tema, especialmente relacionando as interfaces lazer e drogas.

A temática das drogas ainda é mais representada na literatura por pesquisas da área da saúde, com enfoque epidemiológico, poucas na educação e raríssimas vezes na área do lazer. Essa escassez de estudos sobre drogas e sua interface com o lazer representou uma dificuldade em termos de levantamento bibliográfico, fazendo supor a necessidade de mais estudos envolvendo a inter-relação dos dois temas, uma vez que o uso de drogas se dá, preferencialmente, em situações de lazer.

A complexidade do assunto não permite o olhar por uma única perspectiva, tampouco uma única resposta. Os diferentes contextos da vida social precisam ser considerados na perspectiva do olhar dinâmico do caleidoscópio, conforme a metáfora de Quapper (2001), só que esse olhar deve ser dirigido não somente à juventude, mas também às outras esferas da vida em

sociedade, especialmente àquelas retratadas por este estudo, uma vez que o dinamismo e as mudanças constantes são as principais tônicas da atualidade.

Pensar a juventude é pensar um tempo permitido para a vivência do lazer, para a fruição da liberdade e do tempo disponível.

Com relação à questão adolescência e juventude, posicionei-me a respeito da existência de várias juventudes dentro da juventude, principalmente se considerarmos as inúmeras diferenças, sociais, culturais, econômicas, existentes dentro do Brasil. As diferentes juventudes foram constatadas a partir dos dados coletados, pois dentro da faixa etária de 15 a 25 anos pude observar a presença de diferentes juventudes, marcadas por desigualdades sociais e as conseqüências que estas geram.

Embora exista, segundo Margulis e Urresti (1998), uma moratória social e uma moratória vital oferecidas a essa fase da vida, não são todos os jovens que podem delas desfrutar, pois, se por um lado a moratória vital atribui ao jovem, indistintamente, um capital temporal, ou seja, um tempo de vida a ser desfrutado, por outro lado, o capital social, que permite que se estenda o tempo de estudo e formação profissional, não é privilégio da juventude indistintamente, mas somente daquela parcela do público jovem que detém o poder econômico.

Essa situação foi constatada ao identificar a heterogeneidade de juventudes presentes nas torcidas, confirmando que não existe uma única juventude, tampouco um único perfil do público jovem.

Diante das diversidades e desigualdades que caracterizam o país, pude encontrar, no interior da torcida, as várias juventudes que a bibliografia denuncia.

Essas distintas juventudes compõem a torcida, que acolhe em seu interior jovens de diversas classes sociais e trabalhadores, diferentes formações religiosas e níveis de instrução, apontando que a igualdade que os faz tornarem-se um grupo de jovens torcedores, muitas vezes, restringe-se prioritariamente à equipe esportiva que elegeram para torcer.

Essa constatação convida-nos a pensar a forma como a mídia, de modo geral, se reporta a esses grupos de jovens, legitimando as considerações dos autores aqui apresentados – Margulis (2001), Burak (2001) – que ressaltaram a veiculação pela mídia da imagem de jovem que lhe convém, pautada em um olhar que muitas vezes não coincide com o real estabelecido pela concretude do cotidiano.

A juventude é por vezes retratada de forma antagônica, numa perspectiva de extremo otimismo e em outras de forte pessimismo, por vezes abordada por uma ótica romantizada e em outras satanizada.

Quando os torcedores de futebol são matéria jornalística, ficam mais evidentes os resquícios de preconceitos e o traço de marginalidade projetada a esses grupos e aceitos pelo senso comum, legitimando algumas das subjetividades coletivas em torno das culturas juvenis, conforme apontaram Brenner, Dayrell e Carrano (2004).

As referidas abordagens tendenciosas veiculadas pela mídia, promovendo o mesmo enfoque sensacionalista, também são tema denunciado por Reis (2004, 2005, 2006) quando se refere à temática dos jovens associados às torcidas de futebol. Como demonstraram os dados, os grupos de jovens torcedores não são marginais, mas sim jovens com trabalho, estudo, família e religião. A questão que deve preocupar está no alto consumo de bebida de uma grande parcela da torcida.

O mundo esportivo representa um fenômeno mundialmente reconhecido, vivenciado, praticado e assistido em diferentes contextos e representa uma das vivências de lazer mais conhecidas dos jovens brasileiros, quer seja em termos de prática ou assistência.

Entre as modalidades esportivas, o futebol é, reconhecidamente, o esporte de maior popularidade entre os jovens, conferindo a ele e às torcidas a relevância que o presente estudo buscou retratar.

Em especial, de acordo com Reis (2006b), o futebol representa a preferência mundial do universo jovem masculino, onde várias situações do espetáculo são motivos de excitação no espectador.

A transitoriedade e a busca de uma identidade também são marcas da juventude, que busca a identificação junto aos grupos socialmente reconhecidos, as torcidas dos grandes clubes de futebol, conferindo a estes o sentimento de pertencimento, bastante importante nessa fase da vida.

Embora compartilhe da idéia de Escotado (1996) de que drogas sempre existiram e de que não existe sociedade livre da presença das drogas, o que se tem observado, na atualidade, ratificado pelas várias pesquisas CEBRID (1997, 1999, 2001, 2003, 2004), é que seu uso tem se apresentado cada vez mais intenso na população, de modo geral, e entre os jovens, de modo

especial; deve ser considerada também a afirmação de Martins (2006) que assegura não haver uso de álcool isento de riscos.

Ao adentrar a temática das drogas, devo ressaltar que, embora as preocupações sociais se voltem especialmente para as drogas ilícitas, nesta pesquisa optei por estudar o uso de álcool, pois, conforme mostram as pesquisas dos principais segmentos que abordam o tema, o álcool, e em especial a cerveja, a bebida preferida dos bebedores, representa a droga que maiores prejuízos tem causado à sociedade.

Aliado a esse fator está também a permissividade que a sociedade atribui ao consumo de bebidas, legitimado pela banalização com que a mídia trata essa droga, não somente pelo enfoque nos noticiários como também nas peças publicitárias.

Por parte da mídia, existe uma diferença de tratamento, quando o assunto abordado são as drogas lícitas e ilícitas, o que promove junto à opinião pública uma atitude de permissividade para o consumo de bebidas em diferentes situações. A mídia dá maior enfoque a questões relativas às drogas ilícitas, quando na verdade os maiores problemas sociais decorrentes do uso de drogas advêm do álcool, conforme constatou Noto et al. (2003), coincidindo com o maior número de usuários de drogas relacionados ao uso de álcool, conforme apontaram os estudos do CEBRID.

Existe uma discrepância entre os resultados dos estudos epidemiológicos desenvolvidos no Brasil e o tratamento que a mídia dá ao uso de drogas. Destaca de forma sensacionalista a maconha, cocaína e *crack*, as grandes apreensões que fazem dos grandes traficantes celebridades nacionais, ao mesmo tempo em que faz uma abordagem que legitima o consumo de álcool e tabaco.

No que tange à legitimação que a mídia promove com relação ao consumo de bebidas, Noto (2000) destacou também que um em cada três brasileiros prova bebidas alcoólicas pela primeira vez em casa, servida pelos próprios pais, ratificando a idéia de não enquadramento do álcool entre as drogas, assim como o desrespeito à legislação que proíbe o consumo do álcool entre menores de 18 anos.

Das distintas fases que compõem a vida humana, infância e juventude foram, até o momento, as mais pesquisadas em termos de uso de drogas, e em todos os estudos o álcool foi apontado como a droga mais usada e a mais consumida no Brasil, ratificando as preocupações da OMS com relação ao uso de bebidas entre os brasileiros.

Se por um lado o álcool tem um efeito socializador, por outro também estimula a violência e a impetuosidade, capazes de levar o jovem a assumir atitudes de risco, já que diminui o poder de avaliação, sendo um dos problemas de seu consumo em estádios de futebol.

A falsa sensação de estimulante que a bebida provoca nas primeiras doses inibe a crítica e a capacidade de julgamento, potencializa os sentimentos, dando ao bebedor uma sensação de liberdade para expressar-se verbal e corporalmente, agindo de forma mais violenta, corajosa e perigosa. É nesse momento em que a coragem se exagera que são comuns as brigas e situações que envolvem violência. Essa fase é seguida de uma sensação depressora que somente será sentida após a ingestão de algumas doses.

Comportamentos que ressaltam a irritabilidade, agressividade, autoconfiança e alteração da percepção são efeitos comumente observados nos bebedores, e esses fatos, aliados à identificação que o grupo promove, tornam-se elementos facilitadores de acidentes que envolvem o lazer e o uso de álcool, como, por exemplo, brigas, acidentes e a violência nos estádios.

Pinsky e Laranjeira (1998) apontaram que o álcool esteve presente em 60% dos acidentes de trânsito e em 70% dos laudos cadavéricos de mortes violentas.

Esses índices levam a crer que não há uso de álcool isento de riscos, cabendo ainda salientar que o risco não se refere especialmente ao uso crônico ou à dependência; o uso esporádico também pode provocar prejuízos pessoais e sociais.

Recentemente, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), estimulada pela Promotoria, assinou um convênio que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros. Finalmente o referido acordo foi assinado pelo presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais da Justiça (CNPJ), Marfan Vieira, proibindo a venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros em competições organizadas pela CBF.

A medida faz parte do Termo de Adendo ao Protocolo de Intenções, assinado pelas entidades em 2007, que busca prevenir a violência em estádios. Foi reconhecido que tal proibição produziu bons resultados nos estádios em que o fato aconteceu, como no caso do Mineirão, em Belo Horizonte, e nos estádios de São Paulo e Rio Grande do Sul. A necessidade de adoção de tais medidas já havia sido apontada por Reis em 2003.

Pude também constatar que vivemos em um país de contradições e paradoxos, o que torna a educação dos jovens fragilizada por vários aspectos: por um lado a população recebe da mídia

informações sobre a violência relacionada ao tráfico e o perigo das drogas e, de outro, é alvo das sofisticadas propagandas que estimulam o consumo de álcool e tabaco. De um lado está a proibição de venda de bebidas alcoólicas no interior dos estádios de futebol e, ao mesmo tempo, a venda ocorre na entrada dos estádios impunemente; os mais importantes campeonatos ou eventos esportivos são patrocinados pela indústria da cerveja, ocasiões em que a mídia tem promovido uma aproximação entre esporte e bebida que confronta os princípios da prática esportiva. Sem mencionar a proibição do comércio de bebidas para menores de 18 anos, pouquíssimas vezes respeitada no país. Vender ou servir bebida a menor de idade é crime, no entanto, nos bares, nas festas e nos lares esse fato é recorrente, conforme denunciado por Noto (2000).

O estudo observou que existe uma combinação de fatores perigosa, os efeitos do álcool no organismo humano e as alterações no comportamento, os esforços da mídia com relação à massificação e banalização da violência aliado a outros fatores de ordem social pelos quais atravessa o país, mencionados por Reis (2006c), como altos índices de desemprego, analfabetismo funcional e baixa qualidade da educação, precariedade de serviços públicos de transporte, educação, saúde, denunciando a enfermidade social e que se tornam fortes componentes geradores tanto da violência nos estádios como do aumento no consumo de bebidas.

Além de todos esses fatores, deve-se ainda considerar que mesmo controlado e em menor intensidade que nas demais esferas da vida humana, no lazer existe a possibilidade de extravasamento das emoções, uma vez que uma das características fundamentais do lazer se refere ao grau de excitação que este proporciona, distintamente daquelas sentidas na vida cotidiana, e que se torna ainda mais potencializado com o uso do álcool.

Alguns autores apontam ainda ser o lazer um espaço privilegiado ao uso de drogas, o que é ratificado neste estudo, no que tange aos hábitos dos torcedores e seus padrões de consumo, pois embora haja a proibição de consumo de bebida no interior dos estádios, uma parcela dos entrevistados apontou o uso freqüente de bebidas.

As conseqüências do uso de álcool mencionadas neste estudo efetivam-se, independente do grau de comprometimento que o indivíduo possa ter com o uso; em outras palavras, os prejuízos independem de o uso ser esporádico, pois não se trata de conseqüências relacionadas à dependência, isto é, não está se analisando por quanto tempo o indivíduo bebe, e sim a quantidade de bebida ingerida em uma única ocasião, ou seja, seu padrão de uso.

Grandes problemas de ordem pessoal e social relativos ao álcool não advêm somente a partir da instalação da dependência, mas sim do uso esporádico.

A juventude reflete o estado da sociedade na qual está inserida, portanto os índices de uso de álcool, que têm se mostrado abusivos, entre os jovens torcedores, denunciam uma sociedade na qual algo não vai bem, acusando um estado de enfermidade.

Nesse sentido, a união de várias mudanças sociais contribuiu, algumas de modo direto e outras de modo indireto, para o atual estado de uso de drogas, lícitas ou ilícitas pela sociedade, em especial pela juventude.

Não existe um único fator que possa ser isoladamente apontado como responsável pelo índice de uso de álcool pelos jovens na atualidade, principalmente quando em situação de lazer. Podemos sim pensar na combinação de vários fatores que concorrem para a atual situação, sendo estes fatores de diferentes raízes: familiar, religiosa, educacional, individual e principalmente social, pois ao uso de drogas estão vinculados aspectos culturais.

Assim, ao serem pensadas políticas públicas de prevenção, vários fatores devem ser considerados, pois não há uma política que seja universal e consiga abranger todos os usuários, de todas as drogas em todos os graus de comprometimento. As políticas de prevenção devem ter caráter focal, sobre qual tipo droga pretendem atingir, quais os usuários, quais os padrões de uso e quais os contextos, sendo essas as primeiras respostas que se deve ter para somente em seguida pensar na proposição de políticas de prevenção.

As políticas de prevenção devem considerar também os inúmeros fatores sociais que configuram a vida em sociedade, como qualidade de ensino e serviços, criação de empregos, políticas de lazer, entre outros.

As discussões envolvendo lazer, juventude e álcool não tiveram a intenção de abarcar o ranço moralista que por vezes paira sobre os temas, mas sim contribuir para que reflexões envolvendo o assunto se dêem de forma intensificada na sociedade e, principalmente, envolvendo as diferentes áreas do conhecimento.

Para finalizar este trabalho, considero que os dados aqui apresentados possam contribuir para a compreensão do padrão de beber dos jovens torcedores que frequentam espetáculos esportivos. Ressaltando que estes devem levar a novos estudos que comportem a inter-relação das áreas aqui enfocadas.

As considerações apresentadas não possuem caráter conclusivo, entretanto pretendem contribuir para as reflexões que envolvem o tema estudado considerando a necessidade de implementação de políticas preventivas focais, critérios mais rigorosos com relação à mídia, além do cumprimento das leis existentes.

A complexidade das questões exige vários outros estudos pressupondo sempre o diálogo entre as áreas do conhecimento que de forma direta ou indireta se relacionam ao tema.

Referências

ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis: punks e darks** no espetáculo urbano. São Paulo: Página Aberta; Scritta, 1994.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

BABOR, T.F; FUENTE, J.R.; SAUNDERS, J.; GRANT, M. AUDIT The alcohol use disorders identification test: guidelines for use primary health care. Genebra: World Health Organization; PAHO-92.4:1-29. 1992.

BACAL, S. **Lazer: teoria e pesquisa**. São Paulo: Loyola, 1988.

BALTIERI, D. A. Álcool, crimes e leis. **Jornal Brasileiro de Dependência Química**, v.5, n.1, p.37-49. 2004.

BANDURA, A. **Aprendizagem social e desenvolvimento da personalidade** (com Richard Walter). Madri: Aliança, 1977.

BAPTISTA, M.C.; NOTO, A R.; NAPPO, S.A.; CARLINI, E. O uso de êxtase (MDMA) na cidade de São Paulo e imediações: um estudo etnográfico. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v.51, n.2, p.81-89. 2002.

BOHN, M. J.; BABOR, T. F.; KRANZLER, H. R. The alcohol use disorders identification test. (AUDIT) validation of a screening instrument for use in medical settings. **Journal of Studies on Alcohol**, n.56, p.423-432. 1995.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRACHT, V. Esporte, história e cultura. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R.F.(Orgs.) **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p.191-206.

BRENNER, A K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: ABRAMO, H; BRANCO, P.P.M. (Orgs.) **Retratos da juventude brasileira**. Instituto da Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2004.

BUCHER, R. Drogas e drogadição no Brasil. Porto Alegre: Artes Médias, 1992.

BURAK, S. D. (comp.) **Adolescência e juventude na América Latina**. In: BURAK, S. D. (Comp.) **Adolescência e juventude na América Latina**. Cartago; Costa Rica: Livro Universitário Regional, 2001.p.118-130.

CARLINI-COTRIN, B.; CARLINI, E. A.; SILVA FILHO, A. R.; BARBOSA, M. T. S. O uso de drogas psicotrópicas por estudantes de primeiro e segundo graus da rede estadual, em dez capitais brasileiras, 1987. **Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987**. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde (Série C: Estudos e Projetos 5). p.9-84. 1989.

CARLINI, E. A.; CARLINI-COTRIN, B.; SILVA FILHO, A. R.; BARBOSA, M. T. S. **II Levantamento nacional sobre o uso de psicotrópicos em estudantes de primeiro e segundo graus - 1989**. São Paulo: CEBRID/Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina. 1990

CARLINI-COTRIN, B.; CHASIN. Prevalência de alcoolemia em vítimas de causas externas admitidas em centro. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.36, n.1 São Paulo, fev. 2002.
CEBRID. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br/folhetos/drogas.htm#psicotropicas>>.
Acesso em: 2 out. 2006.

CARRANO, P. C. R. . Se der tempo a gente brinca: O lúdico e o lazer da criança que trabalha e estuda.. **Contexto e Educação**, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, v. 29, p. 60-80, 1993.

CHALUB, M.; LISIEUX; D. TELLES. Álcool, drogas e crimes. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.28, supl.2, out. 2006.

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

DEBERT, G.G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDEUSP/FAPESP, 1999 (cap. 1. As classificações etárias e a juventude como estilo de vida).

DIMEFF, L.A.; BAER, J.S.; KIVLAHAN, D.R ; MARLLAT, G.A. **Alcoolismo entre estudantes universitários: uma abordagem de redução de danos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Nobel, 1994.

_____. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

DUNNING, E. **Él fenómeno deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización**. Barcelona: Paidotribo, 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador I: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ESCOHOTADO, A. **La historia elemental de las drogas**. Barcelona: Anagran, 1996.

ESTATUTO. **Direitos da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069 13/07/1990 (DOU Seção 1 16/07/1990).

FEIXA PAMPOLS, C. A construção histórica da juventude. In: BAVA, C.A.; FEIXA PAMPOLS, C.; CANGAS, Y.G. (Orgs.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Editora Escrituras, 2004. p.257-327.

FIGLIE et al. AUDIT identifica a necessidade de interconsulta específica para dependentes de álcool no hospital geral? **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v.46, n.11, p.589-593. 1997.

FLEMING, M.F.; BARRY, K.L.; MACDONALD, R. The alcohol use disorders identification (AUDIT) in a college sample. **The International Journal of Addictions**, v. 26, n.11, p.1173-1185. 1991.

FRIEDMANN, G. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

GAEZLER, L. O compromisso social da educação para o tempo livre. **Lazer e Trabalho**, Campinas, n. 35. 1986.

GALDURÓZ, J. C. F.; ALMEIDA, V.; CARVALHO, V.; CARLINI, E. A. **III Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras - 1993**. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina. 1994.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. **IV Levantamento sobre uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras**. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina. 1997.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; FONSECA, A. M.; CARLINI, E. A. **V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD; Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID. 2005.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A. e CARLINI, E. A. **I Levantamento Domiciliar Nacional sobre Uso de Drogas Psicotrópicas. Parte A: Estudo Envolvendo as 24 Maiores Cidades do Estado de São Paulo - 1999**. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina. 2000.

GEBARA, A. Norbert Elias e a teoria do processo civilizador: contribuição para a análise e a pesquisa no campo do lazer. In: BRUHNS, H. (Org.). **Temas sobre lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. História dos esportes: novas abordagens. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R.F.(Orgs.) **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p.5-30.

GIL, A .C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMIDE, P.I.C.; PINSKY, I. A influência da mídia e o uso das drogas na adolescência. In: BESSA, M. A.; PINSKY, I. (Orgs.) **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004. p.54-68.

GONZÁLEZ, J. I.B. **Materiales de sociología del deporte**. Madri: La Piqueta, s/d.

GUTIERREZ, G. **Lazer e prazer**: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 junho 2006.

KERR-CORRÊA, F. (Org.) **Projeto Viver Bem 2000**. Botucatu: Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UNESP, 1999. 33 p. (Apostila).

_____.et al. **Proposta de pesquisa na área de prevenção ao uso de álcool: avaliação da eficácia de terapia breve de redução de danos para estudantes universitários da Unesp que fazem uso de bebidas alcoólicas**. Botucatu: Faculdade de Medicina da UNESP, set. 1999. 31 p. (Apostila).

_____. High risk alcohol use in Brazil college students (UNESP): preliminary data from a preventive study. In: **28th Annual Alcohol Epidemiology Symposium**. Paris: KBS, 2002.

LARANJEIRA, R.; PINSKY, I.; ZALESKY, M.; CAETANO, R. I Levantamento nacional sobre padrões de consumo de álcool na população brasileira. Brasília: SENAD, 2007.

LA MENDOLA, S. O senso do risco. In: DIAMANTI, I. (Org.). **A geração invisível**. Milão: Il sole 24 Ore, 1999.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LUCENA, R. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2002.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Lazer e educação**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1990.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La Juventud és más que una palabra. In: MARGULIS, M. ***La juventud és más que una palabra***: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.

MARGULIS, M. Juventud: una aproximación conceptual. In: BURAK, S. D. (Comp.) **Adolescência e juventude na América Latina**. Cartago; Costa Rica: Livro Universitário Regional, 2001.p.41-56.

_____. ***La juventud és más que una palabra***: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.

MARQUES, A C.P.R.; RIBEIRO, M. Álcool: abuso e dependência. In: **Usuários de substâncias psicoativas**: abordagem, diagnóstico e tratamento. CREMESP; ABMP, 2002.

MARTINS, R. A. **Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sócio-moral em adolescentes que bebem excessivamente**. 2006. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

MARTINS, R. A., MANZATO, Antonio José; CRUZ, L. A. N.; POIATE, S.; SCARIN, A. C. C. F. Utilização do AUDIT para identificação do consumo de álcool entre estudantes do ensino médio. **Revista Interamericana de Psicología**, 2008.

MARTINS, R. A. et al. **Utilização do AUDIT para identificação do consumo de álcool entre estudantes do ensino médio.** No prelo.

MELUCCI, A. FABBRINI, A. *L'età dell'oro tra sogno ed esperienza.* Milão: Feltrinelli, 1992.

MENDEZ, E.B. Uma versão brasileira do AUDIT. Alcohol user disorders identification test. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1999.

MENDOZA-SASSI, R.A.; BÉRIA, J.U. Prevalence of alcohol use disorders and associated factors: a population based using AUDIT in southern Brazil. **Addiction**, n. 98, p.799-804. 2003.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, jan.-mar. 1998.

MURAD, M. A violência e o futebol. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

NAPPO, S. A; GALDUROZ, J.C.F.; NOTO, A R. Uso do “crack” em São Paulo: fenômeno emergente? **Revista ABP-APAL**, v.16, n.2, p.75-83. 1994.

NOTO, A. R. A dose certa. **Revista Superinteressante**, p.33, fev. 2000.

_____.et al. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.69-79, jan./fev. 2003.

O'HARE, T.; SHERRER, M. Validating the alcohol use disorders identification test with college first-offenders. **Journal of Substance Abuse Treatment**, v. 17, n.1-2, p.113-119. 1999.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas: Alínea, 2000.

PAIS, J.M. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

_____. **Ganchos tachos e biscates**. Lisboa: Âmbar, 2001.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, J.C.R. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PIMENTA, C.A.M. **Torcidas organizadas de futebol**: violência e auto-afirmação aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté: Vogal, 1997.

PINSKY, I.; LARANJEIRA, R. O fenômeno de dirigir alcoolizado no Brasil e no mundo: revisão da literatura. **Revista ABP-APAL**, v.12, n. 20, p.160-165. 1998.

PINSKY, I.; SILVA, M.T.A. As bebidas alcoólicas e os meios de comunicação: revisão da literatura. **Revista Associação Brasileira de Psiquiatria**, v.17, n.3, p. 115-121.1995.

PRONI, M.W. Brohm e a organização capitalista do futebol. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R.F.(Orgs.) **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002. p.31-62.

QUAPPER, K.D. Juventud o juventudes? Acerca de como mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, S. D. (Comp.) **Adolescência e juventude na América Latina**. Cartago; Costa Rica: Livro Universitário Regional, 2001.p.57-73.

REIS, H.H.B. Os espectadores de futebol e a problemática da violência relacionada à organização do espetáculo futebolístico. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.17, n.2, p.85-92, jul./dez.2003.

_____. **A violência nos estádios**: um estudo comparado entre Brasil e Espanha. 2004. Tese (Livre-docência, linha de pesquisa inter-relações do lazer na sociedade)– Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2004.

_____. Espetáculo futebolístico e violência: uma complexa relação. In: DAOLIO, J. (org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2005.cap.5, p.105-130.

_____. O cravo da violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 jun. 2006 (a). Caderno especial de esportes, p.9.

_____. A paixão pelo futebol. **Correio Brasiliense**, 15 maio 2006 (b), p.8.

_____. **Futebol e violência**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006 (c).

REIS, H.H.B.; ESCHER, T.A. **Futebol e sociedade**. Brasília: Líber Livros, 2006.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.

REYES, Y.C. Políticas públicas de juventude: desafio do novo tempo iberoamericano. In: BURAK, S. D. (Comp.) *Adolescência e juventude na América Latina*. Cartago; Costa Rica: Livro Universitário Regional, 2001.p.118 - 130.

RIESMAN, D. **A multidão solitária**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ROCHE, A. M.; WATT, K. Drinking and university students: from celebration to inebriation. **Drugs and Alcoholreview**, n. 18, p.389-399. 1999.

SCIVOLETTO, S.; MORISHISA, R.S. Conceitos básicos em dependência de álcool e outras drogas na adolescência. **Jornal Brasileiro de Dependências Químicas, ABEAD**, v.2 suplemento 1, p.30-33, jun. 2001.

SILVEIRA, D.X. **Dependência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

SKIPSEY, K.; BURLESON, J.A.; KRANZLER, H.R. Utility of the AUDIT for identification of hazardous or harmful drinking in drug-dependenct patients. **Drug and Alcohol Dependence**, n.45, p.157-163. 1997.

SPÓSITO, M.P. **A sociabilidade juvenil e a Rua**: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. Revista Tempo Social, Departamento de Sociologia da USP, SP,5 (1-2), 1994.

TOLEDO, L.H. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados, 1996.

TURISCO, J.L.; PAYÁ, R.; FLIGIE, N.B.; LARANJEIRA, R. As pessoas que precisam, procuram tratamento para alcoolismo? **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 49, n. 9, p.319- 320. 2000.

UNOCCP – United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention. **Global Illicit Drug Trends**, Statistics, 2002. Disponível em: <www.unodoc.org>. Acesso em: 25 maio 2002.

▲ WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global Status report on alcohol. Genebra, 2002. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE.

ZALESKI, M.; LEMOS, T. As principais drogas: como elas agem e quais seus efeitos. In: PINSKY, I.; BESSA, M.A. (Orgs.). **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004. p.16-31.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. Campinas: Escuta, 1994.

ZUCAL, J.G. “Soy macho porque me la aguanto”. Etnografia de las practicas violentas y la conformación de identidad de género masculino. In: ALABARCES, P.; CONDE, M.; DODARO, C. **Hinchadas**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005. p.39-74.

APÊNDICES

A Instrumento de entrevista

	<i>Jogo:</i>..... <i>Data</i>/...../.....	Nome do entrevistador: Importante: Entrevistar rapazes entre 15 e 25 anos de torcida organizada	Quest. N°:
--	---	--	--------------------------

1) Qual é a sua idade?									
2) Estado civil		Casado/vive junto		Solteiro		Divorciado/separa do		Viúvo	
3) Quem mora com você?						Moro só			
Filhos		Irmãos		Amigos		Esposa/companheira/namorada			
Mãe		Pai		Companheiro da mãe		Companheira do pai			
4) Qual é o seu grau de instrução?									
Analfabeto / 1º ciclo Ensino fundamental				Superior incompleto					
Ensino fundamental incompleto				Superior completo					
Ensino médio incompleto				Ensino Médio completo					
6) Qual é a sua religião?									
7) Qual é a sua ocupação (trabalho)?									
8) Quem é o chefe da sua família?									
9) Qual é o grau de instrução dele (a)?									
Analfabeto / 1º ciclo Ensino fundamental				Superior incompleto					
Ensino fundamental incompleto				Superior completo					
Ensino médio incompleto				Ensino Médio completo					
10) Qual é a religião dele (a)?									
11) Qual é a ocupação dele(a)?									

B Instrumento de levantamento inicial

Nas questões abaixo cada dose equivale a:

1 coquetel (batida)

1 garrafa de ICE

1 dose de pinga ou whisky à 40% (36 ml)

1 lata de cerveja (355 ml)

1 taça de vinho (150 ml)

12)	Com que frequência você toma bebidas alcoólicas?			
0	Nunca	3	De 2 a 3 vezes por semana	
1	Mensalmente ou menos	4	4 ou mais vezes por semana	
2	De 2 a 4 vezes por mês			
13)	Nas ocasiões em que bebe, quantas doses você costuma tomar?			
0	1 a 2 doses	3	7, 8 ou 9 doses	
1	3 ou 4 doses	4	10 ou mais doses	
2	5 ou 6 doses			
14)	Com que frequência você toma "seis ou mais doses" em uma ocasião?			
0	Nunca	3	Semanalmente	
1	Menos que uma vez ao mês	4	Todos ou quase todos os dias	
2	Mensalmente			
15)	Com que frequência, durante o último ano, você achou que não seria capaz de controlar a quantidade de bebida depois de começar?			
0	Nunca	3	Semanalmente	
1	Menos que uma vez ao mês	4	Todos ou quase todos os dias	
2	Mensalmente			
16)	Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu cumprir com algum compromisso por causa da bebida?			
0	Nunca	3	Semanalmente	
1	Menos que uma vez ao mês	4	Todos ou quase todos os dias	
2	Mensalmente			
17)	Com que frequência, durante o último ano, depois de ter bebido muito, você precisou beber pela manhã para se sentir melhor?			
0	Nunca	3	Semanalmente	
1	Menos que uma vez ao mês	4	Todos ou quase todos os dias	
2	Mensalmente			
18)	Com que frequência, durante o último ano, você sentiu culpa ou remorso depois de beber?			
0	Nunca	3	Semanalmente	
1	Menos que uma vez ao mês	4	Todos ou quase todos os dias	
2	Mensalmente			
19)	Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu se lembrar do que aconteceu na noite anterior por causa da bebida?			
0	Nunca	3	Semanalmente	
1	Menos que uma vez ao mês	4	Todos ou quase todos os dias	
2	Mensalmente			
20)	Alguma vez na vida você ou alguma outra pessoa já se machucou, se prejudicou por causa de você ter bebido ?			
0	Não	4	Sim, durante o último ano	
1	Sim, mas não no último ano			
21)	Alguma vez na vida algum parente, amigo, médico ou outro profissional da saúde já se preocupou com você por causa de bebida ou lhe disse para parar de beber?			
0	Não	4	Sim, durante o último ano	
1	Sim, mas não no último ano			

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.